



***Economia Solidária: bem viver, cooperação
e autogestão para um desenvolvimento
justo e sustentável***

RELATÓRIO FINAL

Aos militantes

Nesta plenária a força da autogestão é mais evidente que nas anteriores. Muitas delegações deixaram seus estados, às vezes sem a presença de todos/as aqueles/as que tinham sido escolhidos para representá-los/as na etapa nacional. Muitas delegações viajaram mais de um dia para chegar até Luziânia-GO e fizeram diferentes atividades em seus estados para conseguir recursos e custear suas despesas de viagem.

Outros aqui estiveram e foram uma força marcante em cada momento da nossa plenária. Em especial, lembramos do nosso companheiro, educador popular e da Economia Solidária, Deusdete de Oliveira, que nos deixou no início de 2013, cuja energia, mística e mobilização foram fundamentais para a realização desta V Plenária. Também com emoção recordamos e homenageamos a grande Sandra Magalhães, a nossa Sandrinha, militante histórica da Economia Solidária e no campo das finanças solidárias, que também fez sua passagem em junho deste ano.

É através da lembrança do Deusdete e de Sandrinha que queremos homenagear todos os militantes que participaram e que por um motivo ou outro não puderam estar conosco neste lindo momento para o movimento de Economia Solidária no Brasil. Para eles, oferecemos um poema recitado por Deusdete na plenária:

***"Não sei...
se a vida é curta ou longa demais pra nós,
mas sei que nada do que vivemos tem sentido,
se não tocamos o coração das pessoas.
Muitas vezes basta ser:
colo que acolhe, braço que envolve,
palavra que conforta, silêncio que respeita,
alegria que contagia, lágrima que corre,
olhar que acaricia, desejo que sacia,
amor que promove.
E isso não é coisa de outro mundo,
é o que dá sentido à vida.
É o que faz com que ela não
seja nem curta, nem longa demais,
mas que seja intensa, verdadeira,
pura...enquanto durar..."***

(Cora Coralina)



Índice

1. Introdução.....	6
1.1. Processo de construção da V Plenária Nacional de Economia Solidária.....	6
1.2. Metodologia.....	8
1.3. Comissões de Trabalho.....	9
1.4. A V Plenária em números.....	12
1.5. Resumo das Mesas Temáticas.....	15
1.6. Ato político de encerramento da plenária.....	26
1.7. Carta Política Final da V Plenária.....	27
2. EIXO 1 – Orientação política do movimento.....	31
2.1. Sustentabilidade.....	31
2.2. Autogestão e autonomia.....	39
2.3. Economia Popular.....	42
2.4. Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária....	46
2.5. Território e Territorialidade.....	50
2.6. Diversidades.....	53
2.7. Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado.....	55
3. EIXO 2 – As propostas de ações do movimento de Economia Solidária.....	61
3.1. Marco Legal.....	61
3.2. Educação e Cultura.....	65
3.3. Estratégias Econômicas (produção, comercialização, consumo e finanças solidárias)	73
3.4. Integração territorial e luta pela continuidade de políticas públicas.....	83
3.5. Comunicação e visibilidade.....	92
4. EIXO 3 – Organicidade do movimento.....	97
4.1. Natureza, estrutura e forma de funcionamento do FBES.....	98
4.2. Da natureza e finalidades.....	98
4.3. Dos segmentos e representação.....	99
4.4. Da estrutura e forma de funcionamento.....	104
4.5. Orientações de sustentabilidade e personalidade jurídica.....	115
5. Anexos.....	116
Anexo A: Programação.....	116
Anexo B: Regimento de Funcionamento da V Plenária Nacional de Economia Solidária	117
Anexo C: Lista dos participantes.....	121
Anexo D: Documento “Reflexões Diárias”.....	134
Anexo E: Prestação de contas da V Plenária Nacional.....	135
Anexo F: Prestação de contas financeira do FBES no período de 2009 a 2012.....	137
Anexo G: Relatório de Atividades do Fórum Brasileiro de Economia Solidária de abril de 2008 a dezembro de 2012.....	140



Apresentação

*O amor de todo mundo para mudar o mundo
Para mudar o mundo, o amor de todo mundo.*

É com muita alegria que apresentamos à toda militância o relatório final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada de 09 a 13 de dezembro de 2012 em Luziânia, Goiás, cuja temática foi *Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável*. O relatório é uma síntese de nossas discussões durante a plenária, mas nada pode ser comparado à beleza da vivência daquele momento tão especial para o movimento de economia solidária no Brasil. Ele consolida os debates realizados no período preparatório de quase dois anos e indica elementos importantes para o horizonte político do movimento de economia solidária para o próximo triênio (2013-2015), expressados neste documento final.

A etapa nacional contou com a expressiva participação de todos os estados do país, totalizando 474 representantes estaduais com direito à voz e voto, cerca de 58 integrantes das comissões de trabalho e 33 convidados, entre representantes do governo, parceiros e outros movimentos sociais.

Os debates realizados na plenária nacional tiveram como guia orientador o Documento Síntese, e este documento final foi feito por muitas mãos e vozes, trazendo a sistematização das deliberações organizadas nas três dimensões de orientação do movimento: Política, Ações e Organicidade. No documento síntese, assim como neste relatório final, a linguagem utilizada traz a diversidade de expressões da Economia Solidária no país, do popular e do intelectual, e longe de ser um documento acadêmico, busca mostrar a nossa riqueza de saberes e práticas coletivas, de forma que cada trabalhador/a que esteve neste grande processo possa se identificar neste documento. Além disso, o documento como um todo tem conteúdos que se entrelaçam e dialogam entre si.

É importante compreender esta plenária como mais uma etapa na construção e fortalecimento do movimento de economia solidária no Brasil e, portanto, são muitos os conceitos e aspectos que ficam para serem aprofundados posteriormente. Entendendo que as plenárias são momentos organizados pelo movimento e para o movimento para discutir suas grandes linhas orientadoras. Uma plenária é diferente de uma conferência, pois as conferências são o que a sociedade civil tem a dizer ao poder público na elaboração e execução das políticas públicas, enquanto que as plenárias são as orientações que o movimento coloca para si mesmo, mesmo que possam indicar elementos para as políticas públicas e para os gestores que integram o movimento.

Inauguramos um novo momento para o movimento de economia solidária no Brasil, que sai dela fortalecido e tem agora o desafio de buscar trabalhar junto às bases os aspectos discutidos e definidos na plenária nacional.

Vale destacar que publicamos este documento no ano que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) completa seus 10 anos de existência e sua comemoração ocorre com a campanha “Envolve-se para o Bem-Viver”.

Desejamos a todas/os uma excelente leitura !

Comissão Organizadora Nacional, outono de 2013.



1. Introdução

1.1. Processo de construção da V Plenária Nacional de Economia Solidária

As Plenárias Nacionais são a instância máxima de deliberação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), espaço que define as diretrizes políticas mais amplas e que orientam a Coordenação Nacional e Coordenação Executiva do FBES. A partir da IV Plenária, definiu-se que as Plenárias devem ser realizadas a cada três (3) anos.

A V Plenária Nacional teve sua preparação iniciada em 2011, concretizando-se entre 9 e 13 dezembro de 2012, num amplo processo de convocação de todos/as os/as militantes da economia solidária. No total, este processo envolveu mais de 10.000 trabalhadoras/es que debateram a Economia Solidária como movimento social organizado e estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário; movimento de opção de organização popular e luta emancipada das/os trabalhadoras/es associada/os para o enfrentamento e superação do capitalismo. As reflexões também contribuíram para a organicidade do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) bem como para articulações e diálogos com outros movimentos sociais. Na **X Reunião da Coordenação Nacional do FBES** (agosto/2011), foram definidos temas, objetivos, eixos e orientações gerais. A Coordenação Executiva do FBES foi designada como Comissão Organizadora Nacional da V Plenária e atuou na sua organização, preparação e mobilização nacional. A Comissão Organizadora Nacional propôs a construção da V Plenária Nacional em 3 níveis: territorial, estadual e nacional. Além de plenárias temáticas e de balanço.

No início de fevereiro de 2012, a Comissão Organizadora Nacional da V Plenária realizou uma **videoconferência** com a participação da Coordenação Nacional do FBES, tendo como objetivo debater a metodologia, questões gerais e a agenda da V Plenária. Estiveram presentes nesta atividade 20 estados e cerca de 150 pessoas.

A mobilização também ocorreu junto à **movimentos sociais** parceiros, com o convite à reflexão deste importante momento para a economia solidária no país. Neste sentido, foi realizado em março de 2012 um diálogo que contou com a participação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), o Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE) e a Plataforma pelo Marco Regulatório. Este diálogo se estendeu às esferas governamentais, envolvendo diretamente a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA).

Em abril de 2012, a Comissão Organizadora Nacional da V Plenária divulgou os dois documentos provocadores para a construção das plenárias preparatórias: *Documento 1* - orientações gerais e metodologia e *Documento 2* - questões orientadoras para as plenárias locais e estaduais.



Para trabalhar metodologicamente a proposta, entre 18 a 20 abril de 2012, ocorreu o **Encontro Nacional Preparatório da V Plenária**, com a participação de 100 representantes das comissões estaduais organizadoras, movimentos sociais e outros convidados. O Encontro permitiu um aprofundamento formativo e metodológico do processo desta plenária, além da reconstrução histórica das Plenárias Nacionais de Economia Solidária realizadas.

No Encontro Nacional Preparatório foi iniciada a confecção da **bandeira** da V Plenária Nacional de Economia Solidária, tendo como símbolo uma árvore. Suas raízes simbolizam os princípios da economia solidária, no tronco as plataformas de ação e nas copas os frutos da economia solidária de cada uma das regiões. Durante as Plenárias de Balanço, que ocorreram em abril e maio de 2012, as regiões completaram a construção da bandeira, refletindo a nossa diversidade.



Em toda esta preparação da V Plenária Nacional, foram realizadas cerca de 160 plenárias locais (abril-agosto/2012), 27 plenárias estaduais (julho-outubro/ 2012) e 5 plenárias regionais de Balanço (abril-maio/2012). Também foram realizadas duas plenárias temáticas: Plenária Temática de Educação e Economia Solidária (Porto Alegre, julho/2012): organizada pela Cáritas, IMS, UFRPE, UFPA, ECOCUT e UNISINOS; e a Plenária Temática de Finanças Solidárias (Fortaleza, outubro/2012): organizada pelo NESOL USP, Cáritas e Instituto Palmas.

Vale destacar como foram as participações nas plenárias estaduais, em especial a forte presença das **mulheres**, que chegaram a cerca de 70% do público e da seguinte proporção entre os segmentos: 60% de Empreendimentos de Economia Solidária (EES), 27% de Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e 13% de Gestores Públicos (GP). Os movimentos sociais também estiveram presentes nas plenárias, com maior presença de movimentos feministas, da agricultura familiar e da reforma agrária, havendo também a participação do movimento de catadores, indígenas, cultura e educação popular, pescadores, sindical, quilombolas, agroecologia, moradia, saúde mental, deficientes, desempregados, pastorais, pela democratização da comunicação, juventude, LGBTT e fundos de pasto.

Todas estas etapas preparatórias foram sistematizadas pela Comissão Nacional Organizadora em um **Documento Síntese**, divulgado em novembro de 2012, que buscou consolidar os pontos de convergência e destacou os posicionamentos diversos, a partir dos relatórios encaminhados de todo o processo preparatório.

Todos os documentos das etapas preparatórias, bem como de todo o processo da V plenária estão disponíveis no site: <http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria>



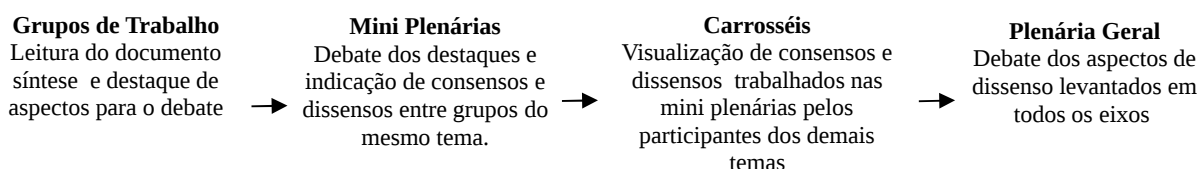
1.2. Metodologia

A V Plenária foi extremamente inovadora na construção metodológica, o que alterou significativamente a forma de condução de plenárias. É importante salientar, que buscamos em cada eixo construir consensos, a partir da compreensão de que a discussão sobre o projeto político não seria votada, mas deveria debater aspectos centrais e indicar elementos a serem aprofundados posteriormente. Assim, em cada um dos eixos foram utilizados formatos metodológicos diferentes para a construção dos consensos que estão indicados na parte do relatório relativa a cada um deles. Vale ressaltar que houve votação apenas no eixo 3, que trata da organicidade do FBES, para definir sobre a estrutura e funcionamento do FBES.

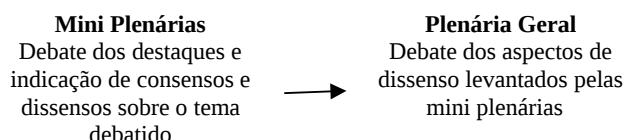
A metodologia da nossa plenária **aprofundou o que praticamos sobre a educação popular, a democracia participativa e a busca pelo consenso**. Buscou-se que as pessoas pudessem contribuir e debater em todos os temas, a partir do documento síntese. A organização dos debates durante a plenária não foi a mesma para todos os eixos.

Cada um dos momentos teve o objetivo de aprofundar o debate com os conteúdos encaminhados para a plenária geral. O fluxo e o sentido de cada momento podem ser visualizados no esquema abaixo:

No eixo 1 (Orientação Política do Movimento) foram formados 21 grupos de trabalho sendo 3 por tema debatido: Sustentabilidade; Autogestão e autonomia; Economia Popular; Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária; Território e Territorialidade; Diversidades; e Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado.



No eixo 2 (Orientação das ações do movimento), foram formados 5 mini plenárias a partir das temáticas prioritárias para a ação, ou seja: Educação e Cultura; Marco Legal; Estratégias Econômicas (produção, comercialização, consumo e finanças solidárias); Integração Territorial e luta por políticas públicas; e, Comunicação e Visibilidade. Por outro lado, no eixo 3 (organicidade do movimento), as cinco mini plenárias foram organizadas por região, mas nos dois eixos, o fluxo metodológico foi semelhante:



Nos três eixos, os grupos de trabalho foram organizados para permitir uma boa fluência nos debates, contando com 2 relatores indicados pela comissão nacional de sistematização e 2 mensageiros escolhidos pelo grupo que podiam levar elementos de um grupo para o outro, caso necessário. Além disso, antes do início do debate de cada eixo na plenária, a programação contou com uma **Mesa Temática** de reflexão, para subsidiar e provocar o debate junto a todos os participantes. E, finalmente, os participantes foram incentivados a fazerem sua própria sistematização a partir de uma orientação dada com o material da plenária denominado “**Reflexões Diárias**”, que pode ser visto nos anexos do presente documento.

1.3. Comissões de Trabalho

A força da autogestão foi visível na condução da V Plenária, tanto nos momentos preparatórios quanto no momento de sua realização.

A Comissão Organizadora Nacional teve o apoio de militantes das comissões estaduais de referência, gerando o que se chamou de Comissão Organizadora Nacional Ampliada. No processo preparatório, a comissão organizadora ampliada se organizou em cinco grandes comissões de trabalho: 1) Sistematização, 2) Metodologia, 3) Finanças, 4) Logística e Infraestrutura, 5) Comunicação e Mobilização. No momento de realização da plenária mais duas comissões foram criadas: 6) Animação, Mística e Cultura (que no momento preparatório trabalhou de maneira integrada com a comissão de metodologia) e 7) Saúde. Vale salientar que no decorrer da plenária, as comissões de sistematização e metodologia se fundiram e se organizaram a partir dos eixos de trabalho, quando constatamos na reta final de preparação que seria importante manter as mesmas pessoas na coordenação dos trabalhos e na sistematização ao longo dos debates. Durante os quatro dias da Plenária estas comissões foram ampliadas, com a valiosa contribuição dos militantes dos estados, sem a qual a plenária não seria realizada. Em anexo segue a listagem dos integrantes de cada comissão.

Aprofundamos rapidamente abaixo como cada comissão realizou seu trabalho coletivo, no objetivo de socializar esta experiência autogestionária, ressaltando a militância das pessoas presentes nas diferentes comissões, que trabalharam com afinco e sem remuneração no período preparatório e de realização da V Plenária.

Comissão de Sistematização

A sistematização desta plenária foi realizada em três partes. A primeira parte foi realizada pela Comissão Organizadora com a construção dos documentos orientadores (1 e 2) para as plenárias preparatórias. As contribuições vindas das plenárias preparatórias foram, por sua vez, sistematizadas no chamado Documento Síntese.

A segunda parte foi a sistematização da plenária em si. O primeiro passo foi a composição da equipe de sistematização em setembro de 2012, a partir da indicação da comissão nacional ampliada de militantes com experiência em sistematização e conhecimento do movimento de



economia solidária. Foi formada uma equipe de 42 pessoas, considerando a necessidade de momentos a serem sistematizados e a metodologia da plenária.

Por fim, esta equipe continuou trabalhando após a plenária para a organização e revisão deste documento final.

Comissão de Metodologia

Esta comissão foi formada pela comissão organizadora ampliada, responsável por desenvolver a proposta metodológica na condução da plenária. A comissão organizou a proposta de caminho metodológico para permitir a reflexão em torno dos temas que estiveram em debate e permanente reconstrução durante todo o tempo de preparação e realização da V Plenária Nacional, revisando tempos, métodos e estrutura proposta para adequar as ferramentas desenvolvidas aos objetivos do encontro.

Comissão de Finanças

Esta comissão ficou responsável por levantar os recursos necessários para a realização da plenária, escrevendo projetos, encaminhando ofícios e dialogando com parceiros, principalmente com órgãos do governo federal. Em anexo se encontra a prestação de contas da plenária e cada recurso aportado pelos apoiadores. Vale destacar quem foram as principais organizações apoiadoras diretamente na etapa nacional: Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE, Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA, Instituto Marista de Solidariedade, Banco do Nordeste do Brasil, Fundo Nacional de Solidariedade, Conab, Cáritas Brasileira, UNB, Contag, Renajoc e Sesol/BA.

Comissão de Comunicação e Mobilização

A plenária contou com a cobertura colaborativa por um grupo de 14 jovens e 05 adultos com experiência na produção multimídia. Este grupo foi formado por integrantes do FBES, da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadoras e Comunicadores (*RENAJOC - Brasília*) e do Projeto TV Reflexo Digital – Colégio Cem 111/Recanto das Emas, que de forma militante integraram a comissão de setembro a dezembro de 2012.

Durante a plenária a equipe realizou reuniões de organização das pautas diárias, organizando-se em equipes de trabalho por atividade. Na produção de notícias foram focadas as seguintes mídias: Site FBES (www.fbes.org.br); Canal no Youtube (Economia Solidária); Facebook (www.facebook.com/v_plenaria_ecosol); Flickr (www.flickr.com/photos/vpnecosol) e ; Agência Jovens de Notícias (www.agenciajovem.org). O formato utilizado no processo do trabalho foram – Foto Legenda, Vídeo (ao vivo e gravação de entrevistas/homenagens), Texto (Análise e entrevistas) e Intervenções.

Além disso, também mobilizaram a mídia formal para divulgar o evento, lançaram 3 boletins informativos preparatórios à plenária, mobilizaram e fizeram a cobertura de intervenções livres oriundas dos participantes durante a plenária com: jornal-mural, 600 fotos das pessoas com o Balão



"Envolva-se para o Bem-Viver" e Fotografias durante os momentos de confraternização, e também gravação do show da Companhia Bate Palmas.

A comissão exerceu de forma lúdica a cobertura colaborativa, e ainda, realizado um processo educativo sobre a economia solidária com os jovens integrantes da comissão, que até então pouco conheciam da economia solidária.

Comissão de Animação, Mística e Cultura

Esta equipe atuou fortemente durante os 4 dias de plenária, dando as boas-vindas, o bom-dia de cada manhã, buscando resgatar os princípios da economia solidária nas canções, no teatro, nas imagens e no ambiente da plenária de forma acolhedora.

A mística da V Plenária tinha como intuito de reencantar cada participante para sua atuação no movimento como militante. Assim como fazer um chamado para o envolvimento de cada um e cada uma, consigo mesmo, com as pessoas que nos rodeiam, com a mãe terra, com a construção de um novo mundo. Cada atividade realizada, no amanhecer, nos intervalos, no encerramento de cada dia foi um convite ao compromisso militante envolver-se para o Bem Viver.

Também foi organizado o momento de cada atividade cultural, com destaque para a apresentação do Grupo Bate Palmas/CE e do Grupo Zé Costa Alegria do Forró/BA, além da mobilização feita anteriormente à plenária para inscrição de atividades culturais e formativas livres.

Esta comissão contou com a dedicação incansável do nosso companheiro Deusdete Oliveira, de Goiás.

Comissão de Saúde

A comissão da saúde organizou seu trabalho partindo da experiência da Contag na organização da saúde para grandes eventos, com a contratação de enfermeiros e médico durante todo o evento, bem como a aquisição de farmácia básica e instrumentos necessários para a grande quantidade de participantes vindos de todos os estados do país. Além da medicina alopática, contamos também com profissionais em massoterapia e reiki, que tiveram uma grande demanda atendendo aos participantes da plenária por preço de custo. Contamos também com uma integrante da comissão nacional como coordenadora da comissão, verificando necessidade de encaminhamento hospitalar, medicamento, itens emergenciais, entre outros.

As fichas médicas relataram casos de constipação, pressão alta, dores de cabeça, garganta, nuca, ouvido, coluna, lombar, mal estar, alergia, taquicardia, ansiedade, sonolência e cólica, sendo que os maiores casos foram de cefaleia e constipação, o que pode ter sido uma consequência do clima seco do cerrado, das longas viagens de ônibus feito por grande parte dos participantes e da mudança alimentar. Foram registrados mais de 200 casos medicados com alopatria durante a plenária, incluindo também a medicação de pessoas que já tinham antecedente e orientação médica anterior, como hipertensão e diabetes, mas que precisaram recorrer ao medicamento oferecido no evento.



Comissão de Logística e Infraestrutura

Esta comissão tinha o papel de organizar os espaços para a realização do evento e prezar para que tudo funcionasse harmonicamente e que as atividades pudessem ser desenvolvidas da melhor maneira possível. Antes de iniciar o evento os membros da comissão dividiram os trabalhos em sub comissões, a saber:

1 - Espaço: O trabalho consistia desde arrumar os espaços até garantir que todos os equipamentos estivessem disponíveis para a realização dos grupos de trabalho, mini plenárias e plenárias gerais. Este trabalho demandava uma imensa capacidade de organização das pessoas da comissão e compromisso dos condutores dos processos para garantir que os equipamentos fossem devolvidos ao final de cada dia de trabalho em bom estado.

2 - Secretaria Executiva: Além da acomodação do espaço esta comissão foi responsável pelo funcionamento da Secretaria Executiva do FBES durante a realização do evento, que dava suporte aos participantes e a comissão organizadora durante a realização dos trabalhos, fazendo cópias, impressões, recebendo pagamentos, cuidando do credenciamento e das listas de presenças, localização de pessoas, almoxarifado, alojamento, informações variadas, entre outras funções.

3 - Traslados: Por ser um lugar distante de Brasília foi preciso organizar uma boa logística de traslados para que pudéssemos atender a todas as demandas previamente planejadas e aquelas emergenciais. Talvez este tenha sido o trabalho mais difícil da comissão de infraestrutura, já que tínhamos poucos veículos disponíveis, além disso, as emergências de saúde eram atendidas pelo mesmo carro, motivo pelo qual era preciso muitas vezes fazer um trabalho de engenharia para conseguir acomodar todos os traslados e demandas emergenciais. Apesar de todas as dificuldades e contratempos o trabalho foi realizado com grande sucesso.

1.4. A V Plenária em números

A plenária tinha previsão da participação de 808 representantes estaduais, no entanto, a participação efetiva na etapa nacional contou com 474 participantes, cerca de 60% da presença prevista.

A participação na etapa nacional foi semelhante às plenárias estaduais, com 70% de mulheres e 30% de homens. Isso confirma os dados anteriores da **maior participação das mulheres na economia solidária**, atingindo um dos critérios do FBES que é a participação de mais de 50% de mulheres como representantes.

A participação de representantes estaduais na etapa nacional teve impacto pelas condições que cada estado teve para a vinda à Luziânia-GO. Os estados mais prejudicados, que tiveram menos de 50% de presença foram: AM, RR, PB, RS, PA, SE, MT, GO. Já os estados com mais de 70% de presença foram: DF, MS, MG, SP, RN e AL. Os demais estados ficaram na faixa dos 50 a 67% de presença. De uma forma geral, a participação por região frente ao previsto na distribuição das vagas foi: Norte 42,86%, Sul 50,00%, Nordeste 56,81%, Centro-Oeste 72,45% e Sudeste 75,00%.



Infelizmente, neste aspecto a **desigualdade regional permaneceu em nossa plenária**, pois a região Norte foi a mais prejudicada em sua participação. Vale destacar que esta região apresenta maiores desafios de deslocamento, distância e estrutura de acesso à internet. Por outro lado, a região Sudeste e Centro-Oeste tiveram maiores condições de presença na plenária nacional.

A participação dos segmentos também seguiu o reflexo das plenárias estaduais, com 14% de gestores públicos (GP), 22% de entidades de apoio e fomento (EAF) e 64% de empreendimentos de economia solidária (EES). Embora a proporção inicial na distribuição das vagas dos segmentos fosse 50% EES, 25% EAF e 25% GP, foi a **forte presença dos empreendimentos solidários** na plenária. Em anexo apresentamos o aporte de recursos para a etapa nacional da V Plenária. E no site da plenária estão disponíveis todos os documentos, atas, fotos, notícias, agendas e informações: <http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria>

1.4.1. Pesquisa do perfil dos participantes da plenária

A Comissão Nacional circulou antes da etapa nacional uma pesquisa para conhecer o perfil das pessoas indicadas pelos estados como representantes. Isso objetivou conhecer quem são estes sujeitos políticos que constroem a economia solidária neste país.

A plenária tinha previsão da participação de 808 representantes estaduais, no entanto, a participação da pesquisa foi de 196 pessoas, cerca de 25% dos representantes. Considerando que a maioria das respostas à pesquisa de perfil ocorreu pela internet, a participação dependeu de quem teve condições e acesso para responder ao questionário. No entanto, vale destacar que um terço da pesquisa respondida foi realizada em papel, durante a própria plenária. Assim, temos uma pesquisa com uma **amostra** destes participantes eleitos para a V Plenária.

Considerando este universo de respostas, tivemos 65% de mulheres e 35% dos homens. As respostas ao questionário por região, frente as vagas distribuídas por região foi de: Norte 12%, Nordeste 25,00%, Centro-Oeste 15,3%, Sul 20% e Sudeste 28%. Infelizmente manteve-se a desigualdade de acesso a internet para esta participação, com prejuízo das regiões Norte e Centro-oeste. Destaca-se que tivemos participação incipiente dos seguintes estados nesta pesquisa: AC, RR, AP, RN e PB. Com relação a participação dos segmentos que enviaram resposta: 59% EES, 23% EAF e 18% GP.

A idade dos participantes é majoritariamente adulta, 83% entre 30 e 60 anos, em específico entre 29-39 anos com 20%, 40-50 anos com 38% e 51-61 anos com 26%. A participação de idosos e jovens é semelhante, com 8% das que responderam. Isso levanta o **desafio intergeracional da economia solidária, em especial de sua presença no universo juvenil** e do envolvimento dos jovens para dar continuidade à proposta.

Sobre a escolaridade, todos os participantes frequentaram a escola e cerca da metade tem ensino superior, em específico na distribuição: ensino fundamental 8%, ensino médio 28%, técnico 11%, graduação 31% e pós-graduação 22%. No geral, a renda dos participantes é maior que a



base de um salário mínimo e se apresente distribuída em faixas, com destaque para 28% das pessoas com renda entre R\$ 600,00 e R\$ 1200,00, 27% entre R\$ 1200,00 e R\$ 2400,00, para 26% a renda é abaixo de R\$ 600,00 e para 18,5% a renda é superior a R\$ 2400,00.

Sobre o exercício da economia solidária na vida de cada um, o resultado mostra que ainda temos muitos **desafios para que a economia solidária seja plenamente exercida na produção e reprodução da vida** de cada militante. Destaca-se que esta pergunta tinha possibilidade de múltiplas respostas, e para a maioria este exercício ocorre junto ao fórum local e estadual de economia solidária, e ainda em atividades pontuais, como feiras e reuniões; a presença da economia solidária no trabalho, renda e consumo principal dos respondentes foram menos citadas. Em outro aspecto a maioria dos respondentes afirmou que sua atuação política ocorre principalmente nos fóruns estadual e local de economia solidária, e também em outros movimentos sociais, refletindo a **transversalidade da militância na economia solidária**, sendo que as áreas mais citadas foram nos movimentos sociais de mulheres, reforma agrária, agricultura familiar e agroecologia, e em menor proporção nas temáticas étnicas e urbanas.

A pesquisa também mostra que a **maioria das pessoas e seus coletivos tem uma grande trajetória de atuação política no FBES**, com mais de 4 anos participando deste espaço: 32% iniciam em 2004 ou antes, ou seja, cerca de um terço das pessoas/coletivos acompanham o desenvolvimento do FBES desde seu início; 23% iniciam atuação entre 2005 e 2008; 27% entre 2009 e 2010 e apenas 15% de forma mais recente, entre 2011 e 2012.

Nas questões sobre o Cirandas (www.cirandas.net), visualiza-se o **desafio da sua apropriação e uso** pelos militantes, porque um terço dos respondentes afirmaram não utilizar a ferramenta. Dos que utilizam foram destacados o uso para post e notícias e em blog pessoal, e também mas em menor medida, a página de comunidades, EES e bate-papo. Coerente com o desafio posto, a principal sugestão para o Cirandas foi de ter um passo-a-passo para começar a utilizar o Cirandas, sendo também citados: ter comércio eletrônico para os EES para compra direta; tornar os Cirandas mais fácil e intuitivo; e ainda, identificação automática de possibilidades de articulação econômica. Destacamos que já existem tutoriais na página do Cirandas para sua utilização.

O último bloco das perguntas foi a **avaliação do FBES** em alguns aspectos. No geral **todos os aspectos foram avaliados positivamente** (da pontuação média para a mais alta), sendo as maiores pontuações para: Democracia e participação e Socialização das informações e comunicação. E o aspecto com menor pontuação foi Rotatividade e troca das representações. Os demais critérios com pontuação de boa a regular: Incidência, atuação política e visibilidade; Viabilidade das atividades (estrutura e secretaria executiva); Dinâmica de funcionamento e organização das reuniões e atividades, e Mobilização da economia solidária no território.



1.5. Resumo das Mesas Temáticas

As mesas temáticas da V Plenária Nacional da Economia Solidária tiveram sobretudo um caráter formativo para provocar os participantes da plenária acerca das temáticas centrais que o movimento de Economia Solidária planejava debater. A perspectiva foi ainda de trazer elementos para subsidiar os momentos de trabalho de grupo, carrosséis, mini plenárias, onde os participantes tiveram a ocasião de levantar questionamentos e indicar pontos para o movimento aprofundar. A seguir temos um resumo de cada uma das mesas, com os principais elementos apontados pelos debatedores. É importante dizer que um registro bruto das mesas foi realizado e poderá ser solicitado à secretaria do FBES e que as apresentações disponibilizadas pelos debatedores se encontram no site da V Plenária: <http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria>.

Mesa Temática 1 (10/12/2012)

Tema: ***Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável***

Debatedores: Ana Dubeux, Euclides Mance, Sandra Quintela, Shirlei Silva

Coordenação: Diogo Rego

Esta mesa debateu o tema central da plenária, contou com a presença de ricas intervenções pelos debatedores, que conseguiram ser complementares entre si, com a mediação da coordenação executiva do FBES por Diogo Rego.

Ana Dubeux, iniciou a provocação trazendo para a reflexão o desafio para o movimento da economia solidária de aprofundar o debate em torno da questão da economia na atualidade. Para isto, partindo do significado etimológico da palavra economia (“administração da casa”) e resgatando o que os economistas clássicos indicam como sendo o principal objetivo desta ciência (“a administração da escassez”), Ana Dubeux provoca a plenária sobre o real sentido da palavra economia. Será que o movimento de Economia Solidária concorda com a definição clássica que diz que a economia é a administração de recursos escassos, limitados, com a satisfação de necessidades ilimitadas cada vez maiores, conforme o progresso da ciência e da tecnologia, ou temos uma outra compreensão ?

Em seguida, usando os quatro princípios do comportamento econômico indicados pelo teórico Karl Polanyi, Ana Dubeux faz uma retrospectiva histórica do fortalecimento do capitalismo no mundo e de como, ao longo dessa história, os princípios econômicos coexistiram. Para Polanyi, todo e qualquer ato econômico é motivado por quatro princípios que podemos resumir da seguinte forma:

- **Domesticidade:** indica a motivação de fazer economia (monetária ou não monetária) para satisfazer as necessidades domésticas, ou seja, do núcleo familiar. Neste princípio, encontramos ainda os trabalhos (normalmente não remunerados e não reconhecidos como trabalhos) das mulheres no cuidado com a reprodução da vida nas famílias.



- **Reciprocidade:** quando fazemos economia há sempre duas partes com interesses recíprocos que nem sempre são monetários. Além disso, o comportamento econômico indica relações de reciprocidade entre pessoas, que muitas vezes são solidárias, como por exemplo, as relações entre vizinhos, familiares e amigos.
- **Redistribuição:** Este princípio tem a ver com a possibilidade de que, uma vez que vivemos em comunidade, estamos preocupados com o todo do nosso grupo social, seja ele pequeno ou grande. Assim, há sempre uma perspectiva de poder redistribuir os acúmulos do grupo para aqueles que não podem (por diferentes razões) sobreviver sozinhos. Atualmente, este princípio está muito ligado à ação do estado através das políticas sociais.
- **Mercado:** O mercado é o princípio e também o lugar onde acontecem as trocas dos excedentes entre aqueles que geram produtos e serviços. Podemos associar este princípio por exemplo às nossas feiras e mercados populares, onde as pessoas levam seus produtos para vender ou trocar.

Em sua exposição, Ana Dubeux continua analisando como os princípios acima foram se equilibrando ao longo da história da humanidade e demonstra que aos poucos, com o desenvolvimento do capitalismo, o princípio do mercado vai se desvirtuando em termos da sua tradição e se sobrepõe aos outros, e de como a humanidade vai esquecendo o exercício dos demais princípios. Existem comunidades no Brasil que ainda podemos observar certo equilíbrio entre os princípios, mas tais comunidades normalmente são conhecidas como “atrasadas” ou “sub desenvolvidas”, pois de certa forma resistem às investidas do modelo urbano-industrial, o que nem sempre é compreendido pelo todo da sociedade que crê majoritariamente no modo de vida imposto pelo capitalismo.

Assim, ao longo da sua exposição, os participantes da plenária puderam observar alguns dos elementos centrais para entender o desenvolvimento do capitalismo, como por exemplo, o nascimento da burguesia, a criação da propriedade privada, a importância do debate sobre a propriedade da terra, as relações entre estado e mercado. Ela finalizou sua fala falando do projeto atual de desenvolvimento brasileiro e as implicações nefastas que o mesmo tem tido para a economia solidária e o desenvolvimento sustentável no Brasil, a partir de um “casamento” entre o mercado e o Estado.

Em seguida, **Sandra Quintela** toma a palavra e relembra que hoje (10/12/2012) é o Dia Internacional dos Direitos Humanos, em função da Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e que em 1986 a Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de discussões de países do terceiro mundo (América Latina, Caribe, África), publica uma declaração sobre o Desenvolvimento. Nesta última carta a ONU afirma o direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável, implicando no pleno direito dos povos à soberania plena de todas as suas riquezas e recursos naturais.

A partir desta introdução, ela indaga: é possível garantir esses direitos no capitalismo? O capitalismo se baseia na exploração máxima e não garante



esses direitos, impossível seria concretizá-los na vigência deste sistema e precisamos aprofundar cada vez mais a luta pelos direitos humanos. E, diante disso, a V Plenária apresenta um enorme desafio de construir cotidianamente uma outra economia, como elemento de luta pelos Direitos Humanos. E, para construir esta economia pergunta-se: para onde, com quem e como vamos ? Este foi o mote para trabalhar na mesa o tema das “economias adjetivadas”, ou mais precisamente a “economia verde”, a “economia criativa” e a “economia da comunhão”, explicando porque estes adjetivos que são colocados na palavra economia não são a mesma coisa do que estamos buscando construir na economia solidária, que se constrói no Brasil enquanto organização popular para o enfrentamento e superação do capitalismo.

A **economia verde** não está em nenhum momento colocada para a superação do sistema capitalista através da associação dos/as trabalhadores/as, tendo ela surgido como uma economia onde transformamos a natureza em mercadoria. É um “esverdeamento” do capitalismo através do apelo para a diminuição da emissão de gás carbônico, mas mantendo os mesmos níveis de consumo e de exploração dos seres humanos entre si. Assim, as árvores, o céu, o mar, os pássaros passam a ter preço e a serem comercializados em bolsas de valores específicas. O capitalismo e a ecologia são questões opostas que não podem conviver num mesmo planeta e, por isso, na Cúpula dos Povos, todos os movimentos sociais brasileiros rejeitaram as propostas da economia verde.

Por outro lado, a **economia criativa**, nasce como conceito em 2001, na busca da conquista de nichos de mercado, colocada, não como superação ao capitalismo, mas para reproduzi-lo, dado que não questiona de modo algum a quem ou a que serve esta forma de economia. É a utilização da criatividade humana, da arte, da cultura, para a ampliação da exploração dos seres humanos entre si seguindo o modelo capitalista. É uma economia ligada à economia da indústria cultural que disputa os nichos de mercado, com recursos públicos e privados, mas não entra no enfrentamento ao modelo em vigor. Ao contrário, vai aos poucos extinguindo as formas tradicionais de cultura, massificando o que a grande mídia quer afirmar como conteúdo cultural em nossa sociedade.

A **economia da comunhão**, criada em 1991 na Itália, está focada nos princípios do cristianismo, calcada dentro de uma lógica atual e voltada ao meio empresarial, para iniciativas individuais, mais voltada para um lado assistencialista, dando conta que haja uma certa partilha dos lucros, mas não questiona a propriedade privada dos meios de produção e, portanto, não enfrenta o modelo capitalista.

Por fim, o **empreendedorismo social** tem a ver com a responsabilidade social das empresas atuais, uma forma de dizer que a empresa é “legal”, “maravilhosa”, mas que viola direitos e destrói o meio ambiente. Muitas empresas fazem isto através de suas fundações, destinando recursos para os projetos sociais. Um exemplo claro da “responsabilidade empresarial” é o que a Vale faz, sendo ela um meio de “justificar” os impactos da mineração, que exaurem os recursos naturais.



Desse modo, claro está que todas as iniciativas acima evidenciadas não se colocam ao lado da superação do sistema, do “pós-capitalismo”, nem contra a hegemonia ao mercado global. Principalmente a economia verde, que é a mais global. Será que temos condições de resolver os dilemas profundos da crise apresentada? Este é um momento importante de reflexão para os atores da economia solidária: Como avançar na construção de cadeias produtivas solidárias e na mudança da macroeconomia? Como enxergar para além da produção dos nossos grupos? Como trabalhar outra comercialização? Como dar mais organicidade ao consumo? Como avançar neste movimento contra hegemônico de superação do capitalismo que é a economia solidária? Estes são desafios concretos que temos para sair da teoria e ir para a prática.

Em seguida, **Euclides Mance**, traz reflexões sobre o bem viver, tema central da mesa. Para ele, a Economia Solidária é definida a partir de sete enfoques diferentes:

- ✓ uma forma de gerar trabalho e renda;
- ✓ uma concepção estratégica de desenvolvimento sustentável, com caráter ecológico;
- ✓ um instrumento de política pública para a inclusão social;
- ✓ um setor econômico;
- ✓ um novo modo de produção ou um sistema econômico pós-capitalista;
- ✓ um eixo de lutas, contando com a mobilização de amplos setores sociais que responde às demandas imediatas, negando as estruturas capitalistas de produção, distribuição, consumo, financiamento e acumulação e de degradação ambiental, combatendo igualmente o individualismo, a exploração dos trabalhadores, a expropriação dos consumidores e diversas formas de dominação cultural e afirmando novas estruturas de produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, justas e sustentáveis e,
- ✓ um modo de vida para a realização do bem-viver.

O bem-viver surge em discussões da filosofia da libertação, nos anos 1990, com Paulo Freire e sua conhecida frase de libertação coletiva: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”¹. A partir daí, ele evidencia em suas próprias obras e trabalhos, assim como de outros autores, a construção do ideal e da concepção da economia solidária como modo de vida para realização do bem viver. E assim, tratando do artigo intitulado “Questões Éticas no Mundo Globalizado”, escrito por ele mesmo em 1998, sustenta o Bem-Viver como um Horizonte de Libertação. Trata-se, portanto, da “efetivação de outro modelo de sociedade, em que a economia seja determinada a partir da política, subordinando assim as transações no mercado ao bem viver, eticamente orientado, de toda a humanidade”.

¹ Freire, Paulo – Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987



A expressão bem-viver, quando traduzida para o espanhol, fora escrita como “vivir bien”, ou como “buen vivir”; depois, em 2006, como “Sumak Kawsay”, uma palavra em Quechua (língua indígena) que significa “boa saúde” – “Sumak” = tudo de bom; “Kawsay” = vida, viver. Exemplo emblemático da utilização de uma dessas expressões foi o debate constitucional do Equador, que resultou em vinte e três positivamente do bem-viver como “buen vivir”; e assim, aparecem três formas de economia naquele país.

O bem-viver, nesse sentido, encontra-se sempre realizado e sempre negado, ou seja, a nossa liberdade, por mais que negada, ainda existe como direito de resistir, de enfrentar as situações postas, desse modo, o bem-viver jamais está totalmente aniquilado, ou totalmente realizado. O capitalismo nega o bem-viver, porque ele não é ético, é imoral; por outro lado, os processos de libertação começam a garantir direitos e os seus meios começam a se acumular, podendo-se chegar, ao fim, em um novo processo de dominação. O bem-viver, diversamente, não permite que os processos de libertação se tornem processos de subjugação, porque é ético.

De fato, com o surgimento nos anos 1990 do conceito de bem-viver nasce, também, sua relação com as liberdades públicas e as liberdades privadas, como um “horizonte de libertação”. E assim, discussões éticas sobre outro modelo de sociedade, onde o mercado esteja subordinado ao bem-viver, tomou corpo, motivo pelo qual se necessita, hoje, de uma difusão da categoria filosófica de bem-viver para a reflexão sobre a práxis de libertação. Esse modo de viver (práxis) exige mudar o modo de produzir e de consumir, havendo, assim, o consumo solidário (consumo de produtos da Economia Solidária), que promove o bem-viver dos outros também. Nesse contexto, portanto, temos a organização dos movimentos sociais embasada no bem-viver, construindo sociedades pós-capitalistas, bem como a realização de liberdades materiais, políticas, educativo-informativas e éticas.

Entre os anos 1998 e 2002 foram lançados dois livros considerados marcos na discussão da construção do conceito de bem-viver. Os livros “A Revolução das Redes” e “Redes de Colaboração Solidária” abriram discussões que resultariam em um outro, de 2004, intitulado “Fome Zero e Economia Solidária”. As duas primeiras obras, pois, tratam da organização de redes colaborativas solidárias, conectando consumo, comércio, produção, serviços e finanças, organizando cadeias produtivas de economia solidária, para o desenvolvimento sustentável e a realização do bem-viver na construção de sociedades pós-capitalistas.

Sob o capitalismo, disse Euclides, não há democracia na esfera econômica, diferente da Economia Solidária. Nas democracias antiga e moderna há uma negação do bem-viver; nas democracias contemporâneas latino-americanas, por outro lado, encontra-se campo fértil para a concretização do bem-viver. Por fim, é do socialismo democrático que vem a possibilidade de concretização dos anseios de Bem-Viver e de Economia Solidária.

Euclides conclui afirmando que a Economia Solidária e o Bem-Viver têm o objetivo da revolução das redes colaborativas, que conecta o local com o



global, tendo no consumo solidário uma forma de promover o bem-viver das outras pessoas, sem exploração dos ecossistemas, etc. Em uma dimensão ética pode-se dizer que a minha liberdade promove a liberdade dos outros (escolas, teatro, religião, cultura, exercer seu poder, acesso informação e educação) e o bem-viver, portanto, permite a realização de uma análise crítica para a libertação, ou seja, sobre o paradigma da abundância contra aquele da escassez.

Finalmente, **Shirlei Silva** traz a reflexão da economia solidária na concepção do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Para ela, o nosso desafio é ser verdadeira, diferente do modelo econômico profundamente injusto para muitos e que necessita de mudanças radicais. Somos seres cooperativos e, portanto, necessitamos de uma sociedade profundamente saudável no espírito, nas relações e na nossa prática cotidiana. Diante disso, os movimentos sociais pautam a política para outro mundo possível, dando conta de que nós ocupamos alguns espaços públicos, pois assumimos um espaço que anteriormente não era comum ao povo da Economia Solidária. Levantamos a bandeira diante do capitalismo. Mas o nosso desafio é enorme. Somos um movimento de luta contra o capitalismo, uma luta conjunta com outros movimentos sociais. Temos uma visão muito romântica, uma visão utópica e temos que tê-la, mas não podemos deixar de ver as dimensões econômica e social, bem como a ambiental e a cultural. O consumo consciente e responsável não é “para os outros”, mas para nós, pois somos todos uma única sociedade. Não vamos nos juntar ao “neo-capitalismo” disfarçado de empreendedorismo, tal como a “economia verde”, pois os conceitos de Economia Solidária cunhados tanto pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, quanto pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, revela uma complexa estrutura política da Economia Solidária no Brasil (redes, fóruns, conselhos etc.) que tende à superação do sistema posto. É da base que surge a luta e que se forma o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a partir do qual são apontados novos desafios.

A V Plenária, por fim, é o tempo para a reflexão sobre a prática, avaliar a caminhada, organizar a luta, construir novas relações e para sonhar o sonho possível de realização do bem-viver e da Economia Solidária.

Mesa Temática 2 (11/12/2012)

Tema: *Movimentos Sociais no Brasil*

Debatedores: Chicão (MST), Vera Machado (Marcha Mundial de Mulheres), Tiana (FBES), Denis (ANA), Ana Mercedes (Rede de ITCPs)

Coordenador: Daniel Tygel

Esta mesa teve como objetivo principal subsidiar nossas reflexões no eixo 3 da plenária, quando refletimos sobre a natureza do FBES. A partir deste objetivo, os debatedores foram convidados a refletir sobre duas questões: Por que e de que maneira o seu espaço se considera ou não como um movimento social? Quais são as características que fazem com que vocês se identifiquem ou não como um movimento social? A centralidade do debate proposto era portanto a natureza e a finalidade dos movimentos sociais.



O primeiro a fazer uso da palavra foi o **Chicão** do **Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)** que indica a necessidade de olhar o passado para entender o presente e pensar no futuro em termos do movimento e da história da luta pela terra no Brasil, que para ele se inicia no dia 21 de abril de 1500. A luta pela terra no Brasil não começou com o movimento dos sem terra. Tivemos a luta de Canudos, Sabinados no Pará, contestado em Santa Catarina (1912), as ligas camponesas na década de 60. No Centro Oeste e no Norte, a luta dos posseiros, das ligas camponesas e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Mas a luta do sindicato era municipal, o que facilitava acabar com o movimento, por que matavam a liderança. E foi somente a partir de 1980 que começa a organização do MST no Brasil, cuja fundação acontece em 1984.

O MST não tem personalidade jurídica, não é oficializado, é um movimento legítimo que luta pela terra. Esta característica não depende de alguém que se filia a ele, basta a vontade de contribuir. Quem quer lutar pela terra entra no movimento sem terra. Seu objetivo é lutar para democratizar a terra no Brasil de maneira ampla e foi este objetivo que superou a luta individual ou só local. Além da luta pela terra, o MST busca a mudança na sociedade e a implantação do socialismo, pois na ordem do capital sempre haverá sem terra e a centralidade da luta é a não existência da propriedade privada da terra.

Sobre a organização do movimento, Chicão afirma que o MST não pertence a um partido político nem a uma central sindical, se considera como autônomo. A instância maior do movimento é o congresso nacional que se realiza a cada 5 anos, porém, a direção do movimento é escolhida a partir dos estados que escolhem duas pessoas, um homem e uma mulher que não possuem salário. Há ainda uma coordenação nacional que não tem número fixo de pessoas e pode-se afirmar que na condução do movimento somos rígidos nos princípios, mas flexíveis na forma. Esta instância está organizada em setores, que seguem os princípios do movimento, mas que servem para suprir as necessidades dos assentamentos, como por exemplo, o setor de saúde comunitária, o setor de produção, de formação, entre outros.

Nos Estados, além dos setores temos as Brigadas e os assentamentos são organizados em núcleos, aonde as decisões são tomadas. Os congressos e os encontros nacionais são momentos de encontro de formação, capacitação e de comemoração das vitórias. Essa é a forma que encontraram de se organizar, começando da base até o âmbito nacional. No congresso não são discutidas as grandes teses, mas sobretudo a capacitação para a luta.

Em seguida, a **Vera Machado**, representando a **Marcha Mundial de Mulheres** tomou a palavra. Começa explicando que marcha não é algo parado, marchar é estar em movimento e a partir daí, explica que a marcha começa a sua história em 2000 quando, a partir de um quadro de pobreza avassaladora e violência contra as mulheres, levou a uma marcha contra a violência sexista no mundo, iniciada pelas mulheres no Quebec - Canadá. A Marcha desde o seu início tem um importante objetivo que é a luta contra a pobreza das mulheres e contra o sistema capitalista. A Marcha é um movimento organizado em mais de 100 países. No Brasil



está nos Estados e nos municípios. O princípio é de organizar as mulheres urbanas e rurais em parceria com os movimentos sociais (ANA, MST,...), fazer com que todas as mulheres sejam sujeitos da sua luta pela sua transformação de vida, basicamente ligada contra o sistema capitalista, racista, sexista e desigual. Está inteiramente ligado com os outros movimentos, contra o sistema capitalista vigente, e não basta ter autonomia econômica e independência dos homens para ter autonomia plena.

A centralidade da luta levada à frente pela Marcha é a promoção da autonomia econômica das mulheres, e a economia solidária é um instrumento central nesta caminhada. A economia solidária precisa assumir a pauta da economia feminista que inclui a luta pelos bens comuns: moradia, água, infraestrutura, saúde, mudança no sistema capitalista, mobilização pela paz e pela desmilitarização, superação da divisão sexual do trabalho, entre outras pautas. Em cada uma dessas pautas, a centralidade está na busca da igualdade de direitos entre homens e mulheres, bem como um maior equilíbrio entre os sexos na estrutura econômica e social do planeta.

Podem participar da Marcha todas as mulheres, movimentos, grupos, mas quem participa tem que aderir ao projeto da marcha, se sentir parte deste projeto. Há cada cinco anos há uma ação internacional que é organizada pelo comitê internacional, cuja representante brasileira é a Miriam Nobre. A Marcha não tem personalidade jurídica e se organiza em uma coordenação no Brasil de âmbito estadual e municipal.

O terceiro debatedor foi o **Denis da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)** e inicia sua fala realçando a importância de momentos como estes de construção de alianças e estratégias, entre os movimentos, contra o sistema capitalista (agronegócio). Estas alianças devem ter o caráter não apenas de denúncia, mas também para apresentar as propostas a partir das nossas práticas, superando a fragmentação das lutas para o fortalecimento de todos.

A ANA, um dos articuladores do processo de diálogos e convergências entre movimentos sociais, compartilha com o movimento da economia solidária os princípios da solidariedade econômica a partir de uma ética de respeito à natureza. Os bens da natureza são bens comuns que não podem ser privatizados, e nós valorizamos e apoiamos as lutas dos povos que estão sofrendo com esses avanços das empresas sobre os recursos naturais.

Nos territórios, temos várias lutas que são comuns, pois compartilhamos uma estratégia de construção a partir das lutas e práticas concretas dos agricultores em seus locais de luta, como princípio político pedagógico. Nosso trabalho é de dar visibilidade a essas experiências e não organizar a partir de grandes teorias, mas trazer as experiências que estão sendo realizadas para o centro das discussões políticas.

A Associação Nacional de Agroecologia surgiu como herança estratégica da articulação entre vários movimentos que já em seus territórios desenvolvem práticas de respeito a natureza, evitando comprar insumos das multinacionais. O movimento foi construído a partir de 2002 no



primeiro encontro de agroecologia no Rio de Janeiro, como estratégia de união dos movimentos, que nos seus territórios desenvolvem práticas da agroecologia, evitando comprar alimentos no mercado capitalista.

A ANA é uma união de redes, busca construir unidade política para avançar na caminhada respeitando a diversidade de movimentos, enfrentando o agronegócio e buscando incidir sobre a construção de políticas públicas. Foi criada buscando romper o isolamento destas redes, para fortalecer os avanços políticos, pois de um ponto de vista tecnológico muitas respostas já estão sendo dadas pelas experiências.

A ANA se organiza a partir de uma coordenação nacional, um núcleo executivo, uma secretaria executiva e vários grupos de trabalho temáticos (soberania alimentar, mulheres, etc) que busca apoio de outros atores da sociedade, inclusive dos centros urbanos, para mobilizá-la em torno das temáticas do movimento, através de estratégias de comunicação.

A quarta debatedora da mesa foi **Tiana do Fórum Brasileiro de Economia Solidária** que apresentou o fórum a partir dos debates da IV plenária, indicando que a sua natureza e finalidade é uma das questões em debate na V plenária no eixo da organicidade. Na IV plenária, definimos que o FBES é um instrumento do movimento de economia solidária que tem por finalidade a representação, a articulação e a incidência na elaboração de políticas públicas na área a partir do apoio na base. Os seus integrantes são trabalhadores que estão em diversos movimentos e esta é uma grande diferença que nos fortalece e fragiliza ao mesmo tempo.

O FBES se organiza a partir de três segmentos de representação: Empreendimentos econômicos solidários (EES), composto por trabalhadores de diversos ramos que se organizam de forma autogestionária; Gestores Públicos (GP), que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas públicas de economia solidária, organizados em rede; e, Entidades de Assessoria e Fomento (EAF), que prestam apoio, assessoramento técnico, político, infraestrutura ou financeiro aos EES e à própria organização da Economia solidária.

A organização do fórum se dá à partir da base com fóruns locais (municipais, microrregionais) e estaduais. Mas, sua estrutura é organizada com uma coordenação nacional, uma coordenação executiva, uma secretaria executiva e grupos de trabalho, mas a instância maior é a plenária nacional que acontece há cada três anos. Estamos em um momento importantíssimo de deliberações para o movimento de economia solidária, onde a fragilidade de alguns dos segmentos em certas regiões indica a necessidade de fortalecimento dos EES como atores econômicos nos territórios, buscando organização em redes e cadeias econômico solidárias.

Finalmente, a **Ana Mercedes da Rede de ITCs**, provoca o debate com os demais da mesa, trazendo a questão: Economia Solidária como movimento social, o que isso significa? E um primeiro aspecto para provocar a plenária, foi a questão da construção da nossa identidade: quem somos, o que nos identifica, por que agimos juntos? Construimos



elementos que nos identificam – fazemos parte de “estamos juntos para lutar”, porque:

1. Projeto de transformação social: uma proposta para a sociedade.
2. Forma como nos organizamos para a ação.
3. Para dentro (estrutura, funcionamento, sustentabilidade..)
4. Para fora (comunicação, formas de luta e resistência, relação com o governo, com os aliados e formas de luta contra o inimigo comum).

Quando falamos de organicidade do movimento temos que pensar em nossa organização. Alguns elementos:

- Velhos e novos movimentos sociais.
- Mudança no capitalismo e na sociedade. Novos atores sociais, sociedade mais diversa e fragmentada (diversidade dos movimentos hoje).

Para refletirmos se a Economia Solidária ou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária é um movimento, é necessário não perder de vista as contradições essenciais do capitalismo e pensar na direção da articulação com outras lutas no sentido de pensar redes de movimentos. A economia solidária é um novo movimento social? É necessário sempre ter presente a história, a gênese, o momento. Não se pode simplesmente decretar um movimento de cima para baixo. A mera existência de um grupo social ou de uma injustiça não significa que há um movimento. O processo de emergência e constituição do movimento social é diverso e depende da dinâmica: quem, para que, como? Assim, é importante que nos façamos algumas questões: O FBES é uma instância nacional ou só a coordenação reflete este caráter? O FBES tem um projeto político ou só busca a inserção econômica dos EES?

Um outro aspecto que temos que refletir é se o FBES é o movimento de economia solidária no Brasil ou um dos movimentos? O movimento sempre é maior que as organizações que se criam, ambas dimensões estão presentes mesmo entre quem se chama de movimento. Instrumentos há muitos, mas a questão é identificar por onde passa o momento e as necessidades para dar organicidade (interna) e visibilidade (externa) às lutas.

Há diversas compreensões e manifestações sobre o Fórum. De diálogo entre atores e com o governo para incidência na política pública, de espaço de diálogo não permanente, entre outros. De que maneira nós assumimos a nossa organização? Para dentro e para fora. Há a afirmação que existe um movimento de economia solidária.

Fragilidade e limites:

- Representação
- Dificuldades de comunicação entre os diversos níveis
- Diminuição dos participantes nas reuniões
- Sustentabilidade financeira



- Falta de captação de recursos

Os desafios são:

- Articulação entre fóruns locais
- Fortalecer e ampliar os fóruns estaduais e locais
- Superar as dicotomias entre os segmentos
- Estruturação e regularidade nas reuniões, sensibilização e formação para autogestão
- Reestruturar e revitalizar os Gts

Ana Mercedes fez o fechamento da mesa, dizendo que os documentos reafirmam a Economia Solidária como movimento social, e perguntou para a plenária se concordam, todos responderam que sim. Por que se dizem enquanto movimento social? Por que tem uma identidade em comum. O que identifica a Economia Solidária? Fazem parte disso, estão juntos para lutar. Tem um projeto de transformação social, uma proposta para a sociedade, por que não basta somente gerar renda, é necessário ter uma proposta de mudança.

Por fim, apresentou formas de organização para a ação, uma para dentro (estrutura, funcionamento, sustentabilidade), para fora (comunicação, formas de luta e resistência, relação com o governo, com os aliados e formas de luta contra o inimigo comum).



1.6. Ato político de encerramento da plenária

No dia 13 de dezembro a plenária teve seu ato político final, com a leitura da carta política da plenária por Márcia Lima, representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O ato foi aberto pela grupo Bate Palmas, com uma linda música criada para a V Plenária:

*Parabéns povo guerreiro
presentes nesta plenária
Nós estamos construindo
uma prática libertária
que se chama economia
economia solidária
(...)*

Este momento contou a presença de parceiros de redes e movimentos sociais, presentes também entre os representantes estaduais da plenária, a saber: Movimento Indígena, Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, Movimento Quilombola, Articulação Nacional de Agroecologia, Via Campesina, Marcha Mundial de Mulheres, Articulação de Mulheres Brasileira, Comissão dos Pontos de Cultura, CUT Nacional, Faces do Brasil, Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral, Fetraf, Comissão Pastoral da Pesca e Rede Saúde Mental.

Também houve a presença do governo executivo e legislativo, a saber: Deputada Érica Kokay representante da Frente Parlamentar de Economia Solidária, professor Paul Singer pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e Ministro Gilberto Carvalho pela Secretaria Geral da Presidência da República, e ainda das Secretarias de Juventude, de Desenvolvimento Territorial/MDA, de Política Especial para as Mulheres, e das instituições públicas BNDES e Conab.

Em sua fala, o secretário Paul Singer homenageou o evento e destacou que a "economia solidária é uma revolução pacífica porque é democrática, esta plenária inaugura uma nova etapa da economia solidária, rumo aquilo que nós trabalhadores e trabalhadoras queremos". Na sequência o Ministro Gilberto Carvalho ressaltou a caminhada do projeto socialista, trazendo uma reflexão sobre a importância das empresas públicas e a limitação do governo, aonde as riquezas ainda estão a serviço e de posse das elites. "O movimento de economia solidária busca espaço e cria uma nova forma de produção rumo a um novo tipo de economia solidária, vocês são proféticos e precisam do reconhecimento do estado e do governo". Também destacou a luta em 2011 frente ao PL 865, e afirmou que "nós teremos o ministério da economia solidária, há uma grande abertura do governo Dilma para isso", o que foi comemorado pelos participantes.

No final da plenária foram lidas duas moções, uma das mulheres contra o machismo, o capitalismo, a exploração e o patriarcado. E outra moção dos



indígenas sobre as pressões nos seus territórios, a falta de respeito à sua cultura e tradições e aos abusos do governo e dos fazendeiros.

Por fim, em mais um momento emocionante, foi realizada a troca de anéis de tucum entre os presentes, simbolizando a união e o compromisso militante entre cada um, seguido da abertura da grande bandeira da economia solidária, saudada por todas e todos participantes.

1.7. Carta Política Final da V Plenária

Nós, mulheres e homens, reunidas/os na V Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada de 09 a 13 de dezembro de 2012, em Luziânia, Goiás, apresentamos para toda a nação brasileira nossas propostas para o fortalecimento do **“Bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”**, temática da nossa plenária.

A atual crise internacional provocada pelo capitalismo, afeta a América Latina e o Brasil, nos mais diferentes aspectos da vida na terra e envolve várias crises: energética, alimentar, ambiental, climática, econômica, ética, social e política. Essa crise é resultado do modo de produção capitalista e sua lógica concentradora e excludente, porque valoriza a acumulação do capital. No sistema econômico hegemônico, os trabalhadores e trabalhadoras não detêm os meios de produção, não possuem poder de decisão, e são subordinados aos donos do capital.

A atual crise estende-se para o meio ambiente, através do processo de devastação das florestas, bem como da extração mineral e ocupação desordenada do solo pelo agronegócio, contaminando os rios pelo uso descontrolado de agrotóxicos e do apelo ao consumismo desregrado. Além disso, há uma tentativa constante de subordinar os saberes locais aos interesses das grandes corporações e de colocar os bens comuns da natureza a serviço das práticas mercantis egoístas.

Estes setores encontram-se representados nas estruturas políticas, estimulam as privatizações, apropriam-se das nossas terras, promovendo a especulação fundiária e imobiliária, fortalecendo as grandes corporações. E, além disso, a acumulação de capital constituída ao longo dos 500 anos de história pós-colonialista faz com que estes setores sejam cada vez mais fortes. Em sua relação com os trabalhadores/as e com a natureza, tais setores permitem o trabalho escravo, a mercantilização da natureza e contribuem, através da mídia, para a criminalização dos movimentos sociais. Portanto, contrapomo-nos a estas forças para que o exercício do bem viver, por meio de um novo projeto de economia e sociedade, seja baseado nos princípios da Economia Solidária.

A Economia Solidária tem como princípio a autogestão, a solidariedade, o reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais. É uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, que não se confunde com o microempreendedorismo individual, nem com a economia criativa, nem com a economia verde e propõe ações urgentes para garantir as condições de vida no planeta, sem degradar o meio ambiente e respeitando o ciclo completo da natureza.



Na nossa V Plenária afirmamos que a Economia Solidária é um contraponto ao Capitalismo. É uma forma diferente de organizar o trabalho, onde não temos patrão nem empregado, o trabalho é coletivo e autogestionário e a nossa principal preocupação é com as pessoas, com a vida, com o meio ambiente e não com os lucros. Com isso, entendemos que é fundamental fazer valer a igualdade de direitos entre homens e mulheres, respeitando a diversidade de raça, orientação sexual, gerações, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema prisional, portadores de transtornos mentais, usuários de álcool e outras drogas, comunidades estrangeiras e garantir a defesa dos direitos sociais, políticos e econômicos destas pessoas.

O movimento de Economia Solidária se alia aos movimentos sociais comprometidos com a construção de uma sociedade justa e igualitária no Brasil, na América Latina, Caribe e no mundo. As práticas de Economia Solidária estão presentes nas lutas e bandeiras de todos os movimentos sociais e devemos trabalhar nossa unidade, fortalecer nossas alianças e buscar realizar processos de diálogos e convergências de nossas ações.

Mesmo com práticas isoladas, cada movimento vem fazendo a sua parte em prol de uma nova sociedade. Acreditamos que a convergência de nossas ações só poderá nos fortalecer na consolidação de uma economia que já acontece, mas é pouco reconhecida e apoiada pelo Estado. Portanto, devemos promover ações conjuntas a partir dos territórios e dos fóruns locais e estaduais de Economia Solidária, promovendo o debate sobre as pautas comuns e sensibilizando a sociedade e o poder público.

Conclamamos a união de nossas forças na construção de agendas comuns, na defesa do bem viver, da cooperação e da autogestão para os povos das águas, das florestas, do semiárido, dos pampas, do cerrado, do pantanal, promovendo o acesso à informação para que esses grupos também possam participar da Economia Solidária que já é uma realidade.

Reafirmamos o nosso compromisso com as lutas, bandeiras e campanhas dos movimentos sociais no Brasil e os conclamamos a fortalecer nossas campanhas e refletir sobre a nossa relação com os governos e a sociedade em geral. Além disso, construir juntos propostas de políticas públicas que fortaleçam a luta dos trabalhadores e trabalhadoras que querem viver numa economia sem patrão, pois o trabalho associado é um direito!

O movimento de Economia Solidária propõe que os movimentos sociais construam conosco o viver e trabalhar nos princípios da autogestão, da democracia e da solidariedade, construindo uma nova cultura política, repartindo resultados, organizando empreendimentos econômicos solidários, redes e cadeias de produção, comercialização e consumo, bancos comunitários, fundos rotativos solidários, clubes de troca, centrais e pontos fixos de comercialização, feiras de produtos e serviços, processos educativos baseados na pedagogia da autogestão, entre tantas outras coisas.

E, para tanto, encaminhamos ao Estado brasileiro, em suas diferentes esferas, as seguintes sugestões:

- Que a economia solidária se torne uma política de Estado e não de governo, através da criação do Ministério da Economia Solidária e de



Secretarias Municipais e Estaduais de Economia Solidária, garantindo o direito ao trabalho associado;

- Criação de leis que instituem a política pública de Economia Solidária em todas as esferas de governo, em especial a Lei Geral da Economia Solidária que já está em tramitação no congresso, PL 4685/2012;
- Implantação de políticas públicas, organizadas a partir do território, que fortaleçam os Empreendimentos Econômicos Solidários, priorizando o apoio ao seu financiamento, a comercialização solidária e o estímulo à sua organização em redes e cadeias econômico-solidárias;
- Criação de Centros Públicos de Referência em Economia Solidária que promovam processos de educação, finanças, consumo consciente e comercialização dos produtos e serviços dos Empreendimentos Econômicos Solidários;
- Criação de fundos públicos específicos em apoio e fortalecimento aos empreendimentos;
- Criação de espaços de controle social e acompanhamento da elaboração dos Planos Plurianuais e Orçamentos Públicos, respeitando a dinâmica territorial e monitoramento dos projetos desenvolvidos;
- Desburocratização da relação do estado com os empreendimentos da economia solidária no acesso às políticas públicas e às compras governamentais, como o PAA, a PNAE, o Banco de Alimentos, os Restaurantes Populares, cozinhas comunitárias, entre outros, inclusive ampliando as leis que designam o percentual de compra de produtos da Economia Solidária pelos órgãos públicos;
- Inserção a Economia Solidária como modelo de desenvolvimento na educação formal;
- Garantia de recursos e estrutura para serem realizados os processos continuados de educação em economia solidária, como definido na I conferência temática de Formação e Assessoria Técnica realizada em 2010;
- Que os órgãos de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia devem reconhecer a importância e financiar a construção do conhecimento e de tecnologias sociais em Economia Solidária valorizando o saber local;
- Fortalecimento do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e garantia de uma tributação diferenciada para Economia Solidária e fortalecimento de moedas sociais;
- Divulgação dos produtos e serviços da Economia Solidária nas rádios, TVs, jornais e nos meios de comunicação em geral, principalmente nos espaços estatais das mídias;
- Fortalecimento das políticas públicas de coleta seletiva com o protagonismo dos catadores de materiais recicláveis para termos



uma melhor relação com a natureza e a educação da sociedade para a cultura da reciclagem e do reaproveitamento;

- Uma reforma política ampla com financiamento público de campanha e participação popular.

Para a Sociedade brasileira queremos reafirmar algumas das nossas preocupações, pedindo que busquem apoiar o movimento de Economia Solidária:

- nas campanhas e práticas de consumo responsável;
- na vigilância e denúncia da exploração de uma pessoa por outra;
- na divulgação das práticas de Economia Solidária;
- na aproximação e conhecimento sobre as práticas de trabalho associado que valorizam uma relação mais próxima das pessoas com o meio ambiente;
- na participação e engajamento na luta da Economia Solidária em cada território, no dia-a-dia dos diversos homens e mulheres da cidade e do campo.

E, para finalizar, reafirmamos:

Economia é todo dia, a nossa vida não é mercadoria!

Brasil, Luziânia/GO, 13 de dezembro de 2012.



2. EIXO 1 - Orientação política do movimento

2.1. Sustentabilidade

Existem iniciativas de trabalhadores/as que se distinguem pelo fato de incorporarem em suas práticas a solidariedade, entendida como a valorização da pessoa no centro da organização e realização das atividades econômicas, considerando-as como parte de outras dimensões de natureza social, política, ecológica ou cultural. Essas iniciativas promovem uma economia de dentro para fora, numa visão emancipatória e de autonomia. Essa tendência singular coloca em evidência o surgimento de outra economia, denominada de Economia Solidária: outra forma de produção, outra forma de consumo e outra forma de distribuição de riquezas, com características distintas daquelas que se praticam no mercado capitalista.

O atual modelo de desenvolvimento dominante no Brasil para o enfrentamento da crise econômica é o incentivo ao endividamento e ao consumismo e, portanto, não representa os anseios e as necessidades de uma sociedade sustentável. A Economia Solidária no Brasil, por sua vez, está criando um novo modelo de desenvolvimento territorial, sustentável, solidário e voltado ao bem viver de toda a população, identificando-se assim como um movimento político, econômico e social que fortalece e valoriza a cultura local, respeitando a diversidade e o meio ambiente.

Infelizmente, constatamos que o governo tem muitas vezes reduzido os programas de Economia Solidária exclusivamente ao quadro de ações sociais, em especial no combate à extrema pobreza, não a considerando como estratégia mais ampla de desenvolvimento.

Na contraposição ao capitalismo, é necessário buscarmos a superação das desigualdades sociais, econômicas e políticas, construindo uma sociedade mais justa e igualitária. Isto se traduz na prática pela busca da igualdade e boas condições de vida para todas/os.

Um exemplo de desigualdade que enfrentamos na realidade é o lugar que ocupam homens e mulheres em nossa sociedade. As mulheres são a maioria na construção da Economia Solidária. Porém, a igualdade de participação entre homens e mulheres, em todos os seus espaços, ainda é um desafio a ser superado. Para construir a sustentabilidade não podemos continuar reproduzindo a contradição, afirmando que as mulheres estão em condição de igualdade, sendo que, no cotidiano da ação, isto não se observa. Ainda é forte a condição de desigualdade entre homens e mulheres, e este é um fato que temos que superar. Um debate central para a construção do feminismo dentro da Economia Solidária é o questionamento e o rompimento com a divisão sexual do trabalho. Para isto, é preciso ampliar o conceito de trabalho e compreender que as chamadas esferas da produção e da reprodução não são separadas e independentes, pelo contrário, são esferas articuladas.

Esta condição de igualdade somente será possível pela promoção de um processo educativo amplo que busque melhorar entre nós um



entendimento comum sobre a Economia Solidária. Além disso, pela busca da construção de estratégias coletivas que fortaleçam as redes de empreendimentos econômicos solidários que não visam apenas a busca de resultados econômicos, mas que procuram a satisfação de outras necessidades humanas como, por exemplo, o resgate da cultura local e a necessidade de promover o consumo responsável nas localidades.

Outra contraposição necessária é a construção de um modo de produção diferente do capitalista. Isto se concretiza, por exemplo, no uso de materiais que não agredam o meio ambiente, na busca da diversidade na produção, na inversão da padronização, investindo na singularidade, buscando sobretudo qualidade e não quantidade, na segurança alimentar e não na produção em larga escala com agrotóxicos e transgênicos, na geração de trabalho e renda para todas/os e não apenas para alguns, nas necessidades e não nos modismos.

A Economia Solidária se contrapõe ao capitalismo quando valoriza uma concepção de desenvolvimento baseada nas potencialidades locais, e provoca naquelas/es que com ela se envolvem uma mudança de postura diante da vida e da economia. É o enraizamento comunitário que permite aos Empreendimentos Econômicos Solidários o compartilhamento de dificuldades com o coletivo local, gerando uma nova cultura pautada no trabalho coletivo, autogestionário e emancipatório.

Buscamos, ainda, construir uma sociedade mais justa, onde o valor mais importante seja o trabalho humano, realizado de forma associada, que garanta a equidade social de consumo para a satisfação das necessidades, sem divisão de classes, nem acúmulo de bens. No mundo capitalista em que vivemos, a mudança de vida com relação ao consumismo exagerado é urgente para que possamos superar o modelo de mercado, combatendo-o com ferramentas de promoção da sustentabilidade, resgatando as relações sociais dos seres humanos e destes com a natureza.

Ao sistema capitalista, baseado na produção e sobretudo no lucro, no acúmulo de bens e capital, não interessa a formação de uma consciência crítica da população e nem a promoção de direitos. Cabe aos movimentos sociais, num processo contínuo de formação/educação cidadã, articulação e mobilização, pautar e cobrar políticas emancipatórias e promotoras de direitos sociais e ambientais, na busca do **Bem Viver** e da **sustentabilidade**.

O movimento de Economia Solidária está construindo uma nova lógica, uma nova cultura de produção e comercialização justa e sustentável, com o desafio de ampliar a renda dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), sem utilizar as práticas do modelo atual. Para o avanço do movimento e do bem comum na sociedade, é necessário que haja um maior engajamento político das/os militantes da Economia Solidária, no envolvimento da sociedade como um todo e que destas ações e pressões resultem políticas públicas que criem melhores condições de consolidação das redes produtivas solidárias.

Nada disto será possível se não buscarmos (re)humanizar o ser humano: usando mais emoção, despertando a consciência para a preservação ambiental e a valorização da vida, construindo novas práticas e novas



posturas. Assim, contrapomos o sistema capitalista e consequentemente, fortalecemos os Movimentos Sociais Populares, consolidamos o Movimento de Economia Solidária, afirmando-o como Movimento Social contra o capitalismo e por uma nova sociedade, com acesso a recursos financeiros, para produção sustentável e uma justa distribuição de renda. Com políticas públicas nas várias esferas de governo que propiciem, além do apoio técnico, capacitação, resultados econômicos, orientação e conhecimento.

A Economia Solidária vai para além de um processo econômico, perpassa pela relação de cuidado com os/as trabalhadores/as, processo de relação e produção interpessoal. Não é competição, é solidariedade. Queremos mais vida coletiva, indivíduos fortes, que cuidem de si mesmos, de sua família, da sociedade e do meio ambiente necessário à vida. Queremos pessoas que busquem os processos de conscientização e reflexão crítica ao modo de vida capitalista e à economia de mercado, refletindo sobre nossos objetivos e focos.

Pela construção de uma nova cultura, de uma nova política, de uma nova forma de viver, produzir e construir o futuro

Para construirmos na prática a Economia Solidária, precisamos pensá-la enquanto espaço de construção de um modo de vida diferente do capitalismo e para tanto é necessário uma nova cultura política em que o pleno exercício dos princípios da Economia Solidária, em especial a autogestão e a solidariedade entre trabalhadores/as, seja a base.

A antiga ideologia já provou que é falha, e uma nova cultura se mostra necessária. Na atual cultura política, o que observamos é a privação do conhecimento, a falta da democracia real, a imposição da mídia. A cultura política atual é baseada na especialização, na padronização e no individualismo. Na Economia Solidária queremos construir uma cultura política que reflita uma nova ideologia, baseada na justiça social e centrada no ser humano. Queremos construir uma nova cultura política, socioambiental, uma política sincera, sem corrupção. Para isso, precisamos ter uma mudança de atitude, pela necessidade de enfrentamento ao capitalismo, exigindo a implantação de um projeto político fundamentado nos valores do bem viver: cooperação, solidariedade, autogestão, na democracia, igualdade, justiça social, econômica e ambiental. E que acontece inclusive pela organização dos espaços coletivos.

Queremos ensinar nossas/os filhas/os que um futuro melhor é possível para a humanidade. Um futuro com educação, honestidade, aprendendo a respeitar a opinião e a diversidade de cada grupo ou etnia, dando oportunidade para que todas/os sejam iguais, acatando suas ideias e seus ideais.

Para nós o desenvolvimento é diferente, temos outras riquezas a serem valorizadas. Cada uma das nossas regiões têm riquezas que o modelo capitalista de desenvolvimento, e às vezes nós mesmos, não identificamos, não vemos. Por exemplo, o Nordeste sempre foi tido como uma região atrasada, mas que sempre resistiu a esse tipo de



desenvolvimento desenfreado. Infelizmente a política neoliberal está explorando as riquezas do Nordeste de modo destruidor.

Além disso, é fundamental lutarmos não apenas pela sobrevivência individual ou de nossas organizações, mas pelo bem comum, através da democratização dos processos que beneficiem os interesses coletivos, e isso se faz na prática através do fortalecimento das estruturas e institucionalidades coletivas (fóruns, redes, coletivos, etc.).

Queremos contribuir para a consolidação do Movimento de Economia Solidária, e interagir com nossa comunidade, valorizando o conhecimento local, através do trabalho associativo. Apresentar a realidade, através de práticas educativas, combatendo o individualismo e as práticas excludentes, e dando visibilidade ao bem que este trabalho pode proporcionar à sociedade e a cada pessoa em sua vida pessoal.

Para que, enquanto movimento, possamos consolidar esta nova cultura política, há uma urgente necessidade de aproximação e de fortalecimento do diálogo com o conjunto dos movimentos sociais brasileiros, sobretudo com aqueles relacionados às lutas ambientalistas e de luta pela terra, produzindo sem destruir o meio ambiente e buscando preservá-lo. Neste sentido, é necessário irmos contínua e progressivamente construindo uma nova Cultura Política que favoreça a unificação de bandeiras e de estratégias entre movimentos. Cabe a nós enquanto movimento de Economia Solidária combater e denunciar práticas de destruição, reafirmando um novo modelo econômico, enraizado na vida comunitária. Essa cultura no tocante à sustentabilidade é complexa e envolve uma multidimensionalidade (organizacional, institucional e relacional).

Construir uma nova cultura política - a cultura do bem viver - significa vivenciar práticas cotidianas de cooperação e autogestão no trabalho, na saúde, na educação, na cultura, no lazer, na preservação do meio ambiente, nas finanças solidárias e na alimentação saudável. Nesta cultura, precisamos avaliar as reais necessidades que temos para viver dignamente, preservando o direito à vida das gerações futuras (uma economia que se mantenha no tempo).

Na nova cultura política é necessário romper com a submissão e com o preconceito. Nesse rompimento, precisamos ainda refletir sobre qual a contribuição dos processos vividos, no dia-a-dia dos sujeitos políticos da Economia Solidária, para construção de novas práticas de superação das desigualdades de gênero. E sobretudo, ter cuidado com a expressão de práticas e iniciativas que dizem fazer Economia Solidária, mas que na prática são contrários aos princípios defendidos pelo Movimento. Por outro lado, é necessário reconhecer que existem iniciativas que praticam a Economia Solidária, mas não se reconhecem como tal e com elas também podemos aprender muito e ampliar a capilaridade dos Fóruns.

O movimento da Economia Solidária é uma alternativa para mudarmos o quadro de desigualdade entre homens e mulheres. Essa é uma tarefa cotidiana de quem acredita nesse novo jeito de organizar, produzir, comercializar e consumir, pois a Economia Solidária é um caminho possível para pensar a divisão sexual do trabalho e garantir uma abordagem feminista na construção de uma nova proposta de sociedade.



O Movimento de Economia Solidária é composto na maioria por mulheres e ainda falta uma maior valorização destas. Elas entraram no movimento também em razão da histórica exclusão patriarcal e machista. As mulheres ainda assumem os cuidados das crianças, dos idosos, de quem está doente e precisamos entender que este trabalho precisa ser compartilhado. Não basta dizer que as mulheres são importantes, mas precisamos dar condição para que elas participem. Ainda temos muitas mulheres que não conseguem participar das atividades: feiras, debates, etc. A luta agora também é pela construção de igualdades no exercício das diferenças. Na economia solidária precisa haver a liberdade de todos e ela começa dentro da nossa casa. As companheiras precisam ter condições de participar das atividades da economia solidária. Reconhecemos que há avanços no respeito às mulheres, mas ainda é insuficiente e desigual. É preciso aprofundar a questão de gênero, além da economia feminista, pois também é preciso haver maior respeito as diversas minorias. Precisamos estabelecer relações de igualdade no dia a dia.

Queremos construir uma nova cultura política que se relacione também com uma nova forma de viver em sociedade, de se relacionar com o Estado, provocando a reforma política e buscando eleger políticos realmente engajados com o bem comum para toda a sociedade.

A sustentabilidade que queremos e precisamos: o direito à vida e ao trabalho associado das gerações atuais e futuras

Entendemos que sustentabilidade é um conceito amplo, que ultrapassa a ideia de preservação da natureza, mas propõe o estabelecimento de outra relação com a vida, abrangendo os aspectos econômico, político, social, ambiental e cultural, de forma indissociável. A sustentabilidade significa a possibilidade de se obter, continuamente, condições iguais ou superiores de vida para as pessoas e as gerações futuras, num dado ecossistema. Sustentabilidade para nós é o desenvolvimento que queremos em todas as dimensões, de estar produzindo e comercializando os nossos produtos, de consumir os produtos dos empreendimentos, e não os oriundos do capitalismo.

O capitalismo degrada o meio ambiente, pois ele transforma a natureza e a vida em mercadoria sempre buscando se beneficiar, gerar lucro, sem se preocupar com as futuras gerações. A sustentabilidade deve ser percebida a partir da preservação da natureza, da luta pela igualdade de direitos perante o estado, do respeito à diversidade ambiental e à sazonalidade para garantir condições de vida plena para as próximas gerações.

Assim, nós temos que buscar no cotidiano de nossas vidas exercer o consumo consciente, identificando o que se produz localmente, evitando os produtos que venham de muito longe, pois isso contribui para reforçar as grandes corporações internacionais. Quanto mais próximos são as/os produtoras/es e as/os consumidoras/es, conseguiremos ter uma alimentação mais saudável, qualidade de vida, produção e comercialização sem exploração. Isto implica na mudança de hábitos em busca do bem estar coletivo.



Para se alcançar a sustentabilidade é preciso que tenhamos um envolvimento do indivíduo para o coletivo, de dentro para fora, do grupo para a comunidade. A sustentabilidade almejada envolve um intenso e adequado processo educativo e solidário, entendendo que somos parte do ambiente.

Com vistas à sustentabilidade econômica dos EES e o desenvolvimento da Economia Solidária, é necessário romper com sua dependência do Estado/governo nas três instâncias governamentais. Enquanto movimento social a economia solidária deve ter total autonomia para apresentar suas demandas e manter sua natureza, pautando e demandando políticas públicas. O rompimento é no sentido de reafirmar a autonomia dos EES e do movimento em relação ao Estado, reconhecer a necessidade de pensar a correlação de forças com o Estado. Queremos que os trabalhadores sejam sujeitos da própria história e não inseri-los no sistema atual, mas libertá-los.

Precisamos pensar a criação e articulação de planos locais de economia popular solidária, para que os pontos fixos de comercialização e as redes econômico-solidárias possam ser uma prática de toda sociedade, gerando renda e realização pessoal aos que adotaram esta nova prática, assim como a circulação destes recursos na comunidade.

Nestes planos locais devemos reconhecer o trabalho não remunerado e invisibilizado, principalmente junto a idosos e crianças, realizado pelas mulheres, que é fundamental para a sustentabilidade da vida humana. Eles contribuirão também para buscarmos políticas públicas de cuidados, como creches, restaurantes e lavanderias comunitárias que reduzam o trabalho doméstico, bem como a divisão deste com os homens, e, assim, garantir às mulheres a construção da sua autonomia econômica e social.

Tais estratégias devem ser também espaços de formação e de diálogo com a comunidade, resgatando e valorizando as expressões culturais e as várias dimensões das finanças solidárias. Nelas, poderíamos também aproveitar para discutir com a população o que compreendemos por desenvolvimento sustentável na Economia Solidária, pois nós trabalhamos a sustentabilidade não na perspectiva econômica de acumulação de capital como faz a economia verde, mas em uma perspectiva econômica, social e ambiental emancipatória.

É muito importante que discutamos profundamente o tema “mercado”, sua função e importância. Precisamos fomentar outras relações de mercado, com espaços de trocas de produtos e serviços, compreendendo o mercado como espaço provedor da vida, da troca e do encontro, e não de lucro, além do estímulo às novas práticas de consumo, implicando em uma revisão de valores, e de uma educação voltada ao consumo responsável.

Enfrentamos dificuldades para a comercialização, pois uma economia de mercado é exigente e manipuladora, estimulando a/o produtor/a a comercializar seu produto numa concorrência multinacional e desleal. Dentro da Economia Solidária temos oportunidade de produzir o que queremos e precisamos, respeitando os limites e capacidades de cada um/a.



Precisamos aprender o bem viver a partir também da espiritualidade, estabelecimento de relações distintas com a natureza e demais formas de vida. Isso pode acontecer a partir do aprendizado com os modos de vida das comunidades tradicionais, que possuem uma relação diferenciada com os seres vivos, na contramão do processo de mercantilização da vida. Buscar um equilíbrio entre o tradicional e o moderno. Resgatar relações de respeito com o ambiente, de forma que o progresso tecnológico e científico esteja alinhando com tal pressuposto.

É o ser humano em harmonia incondicional com o universo. No caso dos vários ecossistemas naturais como o cerrado, a caatinga, não basta preservar, **é preciso replantar**. Nesta mesma ótica, defendemos a preservação do campo, das águas, da floresta e dos povos e populações da Amazônia.

Economia Solidária e Bem Viver: uma nova relação com a vida a partir de práticas de cooperação e solidariedade

A discussão sobre o bem viver vem aos poucos se embrenhando no Movimento de Economia Solidária e remete à proposta de um projeto político alternativo ao capitalismo. A palavra bem-viver surge no Equador e na Bolívia, e está ligada à experiência dos povos indígenas e nativos da América Latina, e à proposição de um socialismo democrático. Afirmamos a importância de um projeto societário socialista, pois, sem isso, o bem-viver aparece apenas como uma ideia romântica. O conceito de bem-viver complementa o sentido de sustentabilidade, diferenciando-o do seu uso pelo capitalismo.

Para nós o bem viver é o alicerce dos princípios. Nossa organização deve garantir que suas experiências locais, e atividades econômicas sejam conduzidas por uma lógica onde a educação, saúde, habitação, enfim, os direitos fundamentais sejam o principal objetivo. Bem Viver é um estado de ânimo do indivíduo, da sociedade, de um país, no tocante à paz e à felicidade individual e coletiva.

Os povos e populações tradicionais possuem este tipo de relação com a vida, a terra e o planeta, e é muito importante entender como eles ainda preservam uma “cosmovisão” sobre o jeito de viver, onde tudo está integrado. A utilização do termo “desenvolvimento sustentável” pela economia capitalista nos faz refletir sobre o mesmo. Por isto, o movimento de economia solidária deve usar cada vez mais o termo “bem viver”, aprofundando o debate em torno deste conceito e explicitando a nossa compreensão sobre o mesmo. Este debate fica mais fácil quando nos aproximamos de uma estratégia de fortalecimento das identidades de nossos grupos nos locais e comunidades onde se inserem, e na aproximação com a economia popular para garantir o respeito à diversidade (comunidades e povos tradicionais), articulando a integralidade dos conceitos: sustentabilidade, território, reprodução da vida e economia popular.

A economia capitalista está centrada essencialmente na obtenção de lucro, e conseqüentemente vê o acúmulo de capital como significado de riqueza. Nesta concepção, as relações humanas e ambientais são transformadas em recursos para obtenção de capital: “Recursos



humanos”, “Recursos Naturais” e etc., sempre objetivando o lucro através da mercantilização da vida. Neste modelo, o bem-viver não é finalidade da economia. A Economia Solidária deve pressupor esta finalidade: a promoção do bem-viver. Entendemos que o bem viver constitui o respeito para com o ambiente, compreende uma vida harmônica entre todos os seres - com valores já preconizados pelos povos indígenas, como solidariedade, trabalho coletivo etc. Ou seja, viver em harmonia, de maneira digna, respeitando o espaço do próximo, sem competitividade, nem exclusão.

Neste sentido, é necessário refletir sobre a reprodução da vida humana no planeta. Através da Economia Feminista, podemos trazer a reflexão sobre a necessidade de colocar a reprodução da vida humana na centralidade do debate econômico, envolvendo o fim da divisão sexual do trabalho e a necessidade de construir valores sociais para a produção do bem viver.

Para tanto, afirmamos a necessidade de vivenciar o bem viver em nossas organizações e no Movimento de Economia Solidária, que deve estar ligado ao ser e não ao ter, estimulando o trabalho coletivo, a autonomia e a emancipação com relação ao modelo dominante.

Construir o bem viver na prática significa também avançar enquanto movimento na luta pela garantia dos direitos trabalhistas para as/os trabalhadoras/es associadas/os. Em nosso cotidiano, precisamos nos preocupar, por exemplo, com uma carga horária de trabalho que garanta a nossa saúde e bem estar, com os tempos para lazer, descanso semanal, auxílio saúde, e tantas outras garantias que as/os outras/os trabalhadoras/es já conquistaram. É usufruir de moradia digna, tendo lazer com segurança, boa saúde, boa alimentação, feita com produtos agroecológicos, é ser um/a cidadã/o digna/o, que contribua para o bem estar da sociedade, usufruindo dos seus direitos e cumprindo os seus deveres.

Significa ainda viver com dignidade, abolindo a agressão física e psicológica. Deixando de lado práticas que excluem, escravizam, valorizando a transformação contínua, o amor ao próximo e as relações interpessoais. É fazer o que cada um/a gosta e sente-se bem em realizar, é valorizar-se e valorizar o que a/o outra/o faz.

Mais uma vez, a temática do consumo consciente aparece como necessária ao bem viver. Precisamos consumir mais os nossos próprios produtos. Para isto, é necessário produzir e consumir de forma justa, sem exploração e abuso, valorizando a diversidade e vivendo em harmonia, preocupados inclusive com o fortalecimento de uma nova cultura alimentar entre nós.

O Movimento da Economia Solidária, a partir do Fórum Brasileiro e Fóruns Estaduais, tem que ter autonomia política e econômica em seu processo de estruturação e organicidade. Buscar alternativas que garantam a sustentabilidade do movimento, e ampliação de sua inserção na sociedade, interagindo com outras lutas sociais: de mulheres, da agricultura familiar de base agroecológica, juventude, negros, dentre outros.



Cabe ainda ao Movimento de Economia Solidária lutar pela criação e consolidação de políticas públicas que fortaleçam os empreendimentos solidários como atores econômicos que promovem uma nova relação com a economia, a sociedade e a vida em cada um dos nossos territórios. Através da prática de valores de cooperação e solidariedade rumo a emancipação coletiva.

2.2. Autogestão e autonomia

A Economia Solidária fundamenta-se no trabalho em cooperação que se traduz em diferentes formas de organização, em especial o associativismo e cooperativismo. Na Economia Solidária utilizamos a **autogestão**, como princípio fundamental para todos os grupos e organizações que trabalham de maneira associada, sejam eles entidades de apoio, empreendimentos econômicos solidários ou programas e projetos de políticas públicas voltados para a Economia Solidária.

A Economia Solidária preconiza o trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, contrapondo-se a alienação da produção nas relações do trabalho capitalista, e isto só é possível com a autogestão vivida por todas/os que a praticam.

A autogestão precisa ser construída no coletivo, é um princípio a ser buscado em todas as dimensões da vida, e não apenas na gestão do empreendimento, embora seja a forma mais expressiva pela busca do compartilhamento da gestão do trabalho, buscando a autonomia e a independência socio-política e econômica dos indivíduos que compõem cada coletivo. A autogestão é um princípio da economia solidária que pensa a transformação da organização da sociedade.

Entendemos que a autogestão é diferente para cada pessoa e cada coletivo, e é necessário identificar as dificuldades das/os trabalhadoras/es associadas/os em partilhar dos preceitos que regem as experiências autogestionárias que vão além da questão econômica: fortalecem a autoestima, valorizam o ser humano e fomentam práticas de partilha. Autogestão é diferente de heterogestão, em que existe uma hierarquia entre quem pensa e quem executa.

Na vivência da autogestão sentimos bem estar pessoal respeitando o próximo no coletivo dentro dos princípios da economia solidária. Ela expressa o entendimento de que gestão participativa é um processo de trabalhar no coletivo, mudando de postura, respeitando a opinião de todas/os, sem ter uma ou um que decide, e a/o outra/o que obedece. A autogestão não tem receita pronta, constrói-se no dia-a-dia, a partir do diálogo no qual cada um contribui.

O enfrentamento aos desafios colocados para a construção da Economia Solidária, considerando a perspectiva feminista, passa por romper com o papel destinado às mulheres na sociedade e que, por vezes, é reproduzido nos empreendimentos. As mulheres precisam assumir mais as tarefas de produção, comercialização, gestão financeira, negociação, incorporação das tecnologias, e que seja alterada sua relação com o crédito. A



autogestão é fundamental para que a Economia Solidária seja organizada a partir de uma relação direta de contribuição com a luta feminista. Na construção da autonomia das mulheres, a autogestão pode nos levar a práticas de igualdade, garantindo às mulheres espaços de decisão e representação política.

As práticas e experiências autogestionárias devem estar presentes nos espaços locais/regionais/nacionais da economia solidária. A riqueza da experiência ajuda na reflexão, criando condições para avançarmos em todo o movimento da economia solidária.

Vivendo a autogestão nos nossos fóruns, empreendimentos e organizações

Em alguns espaços do movimento temos exercitado a autogestão, respeitando a decisão tomada de acordo com a maioria e sugerindo propostas para a melhor convivência em equipe e na sociedade. Estamos dialogando e trocando experiências, participando com responsabilidade de cursos e formações, reunindo o grupo para sua melhor organização, e buscamos novas ideias para organizarmos a divisão do trabalho, da produção, da venda e dos resultados nos empreendimentos e organizações. O exercício ocorre principalmente através do trabalho.

Mas ainda temos dificuldades de exercer a autogestão, é preciso que lutemos contra práticas corporativas e individualistas que se fazem presentes em nossos espaços. Para identificar as dificuldades de vivência da autogestão no Movimento de Economia Solidária, é necessário trabalhar com os aspectos teóricos da autogestão garantindo espaços de formação, mas é imprescindível identificar os gargalos para a sua vivência, pois as relações capitalistas priorizam o culto a lideranças e perpetua a competição. Ir além da experiência capitalista de gestão é um desafio para o compartilhamento da gestão nos empreendimentos, uma vez que se apresenta tão naturalizada uma concepção de heterogestão.

Para a autogestão acontecer é necessário que o trabalho coletivo busque sempre construir espaços de autonomia nos empreendimentos solidários e nas entidades de apoio, nos fóruns e em nossas metodologias de formação, articulação política e na realização de assembleias e plenárias; para decidir em conjunto, assegurando a democracia interna.

A autogestão não acontece se não trabalharmos uma nova cultura política, na qual os princípios da Economia Solidária sejam o critério para a construção ética. É preciso exercitar o diálogo e a decisão coletiva, sabendo ouvir e falar na hora certa, respeitando as diferenças, rompendo com a cultura da submissão e revertendo qualquer forma de dependência.

Na prática, precisamos ainda assegurar o ambiente (fórum, conselhos, rede) favorável ao desenvolvimento das práticas coletivas e de articulação com outros movimentos sociais, que nos ajudam a fortalecer processos de autogestão, buscando compreender os papéis diferenciados de cada um desses espaços e de como eles nos fortalecem coletivamente, a exemplo do fórum, da rede de educadoras/es, das redes de comercialização, dos conselhos, entre outros.



Para ampliar nossa capacidade de ação e organização devemos nos preocupar com a renovação de nossas coordenações através de eleição no grupo, com ações de formação, de troca de experiências com outras comunidades, de reuniões e preservando nossos conhecimentos junto às novas gerações. Mas ainda é necessário identificar e agregar novas lideranças ao movimento de Economia Solidária.

Nossa capacidade de ação e organização na autogestão se fortalece quando buscamos renovar nossas coordenações, tanto no fórum quanto nas organizações que o compõem, respeitando a diversidade e incidindo no empoderamento político de seus/as trabalhadores/as, buscando oportunizar a rotatividade de escolhas para as nossas coordenações e formando novos/as mobilizadores/as.

Para que a autogestão seja possível, precisamos ter as organizações do fórum fortalecidas, também em termos da sua sustentabilidade econômica. A autogestão é essencial para garantir a sustentabilidade que se concretiza principalmente através do exercício cotidiano da democracia, participação coletiva, partilha de conhecimento, união e conscientização de todas/os, exercida com uma prática específica para atender às necessidades de cada um dos grupos, seguindo os princípios da Economia Solidária no dia-a-dia.

A autogestão também ajuda a pensar que a sustentabilidade acontece com a viabilização do trabalho das mulheres. Em nossos encontros, espaços formativos e no cotidiano de nossas organizações devemos propor estratégias autogestionárias que permitam a todas/os, homens e mulheres, terem direito ao trabalho associado e ao mesmo tempo garantir o trabalho reprodutivo assumido por homens e mulheres na Economia Solidária.

Para construir uma sociedade autogestionária precisamos trabalhar unidas/os, com ética e responsabilidade, construindo a autogestão nos fóruns, levando a discussão para dentro das comunidades, exercitando o enraizamento das nossas ações e práticas em nossas comunidades. Este enraizamento acontece pela busca de espaços nos bairros, feiras, em atividades de formação, de palestras educativas, de conscientização dos benefícios da autogestão através de relatos de empreendimentos. A autogestão fortalece a Economia Solidária na medida em que enraizamos esta prática em nossas comunidades.

Nossos fóruns devem buscar a realização de reuniões itinerantes envolvendo as comunidades locais; organização de feiras itinerantes dando visibilidade aos empreendimentos da Economia Solidária; fortalecimento das articulações entre as redes de empreendimentos; promoção de rodas de conversas dentro dos empreendimentos abertos à população, lançando esta semente da Economia Solidária e sua multiplicação dentro das associações de bairro, ajudando a fortalecê-las. É também responsabilidade dos fóruns buscar a integração com a política local, divulgando para os órgãos públicos o que é a Economia Solidária.

Em nosso horizonte estratégico, devemos buscar a criação de fóruns de Economia Solidária em todos os municípios, buscando garantir orçamento na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e fortalecer as organizações da



sociedade civil, além da produção, exposição e venda dos produtos e estímulo ao consumo responsável, valorizando também os técnicos da própria comunidade, pois conhecem a sua realidade.

A busca de uma sociedade autogestionária também depende de uma reflexão sobre a nossa relação com o Estado. Devemos construir a nossa autonomia em relação aos recursos governamentais, buscando uma relação de não dependência com programas de governo, ao mesmo tempo que lutamos por políticas públicas para a Economia Solidária, enquanto direito de todos que a praticam. O acesso a recursos público é um direito e, portanto, não deve interferir na autonomia dos empreendimentos. Para isso devem-se ter leis municipais, estaduais e federais, sistemas, programas e conselhos deliberativos, desburocratização do acesso ao financiamento, legislação sanitária e fundos de apoio com dotação orçamentária específica, efetivos e em funcionamento, pois assim se garante uma relação de autonomia.

Todas as organizações do Movimento devem conhecer as leis, se apropriando de seus direitos com o objetivo de buscar a emancipação. Além disso, é fundamental que lutemos pelo reconhecimento do Fórum como representante do movimento de Economia Solidária pelo Estado e pela Sociedade. Na relação com o Estado, é fundamental termos a coragem de nos contrapor às estratégias de avanço do capitalismo no Brasil.

2.3. Economia Popular

A economia popular organiza-se a partir de trabalhadoras/es individuais, a exemplo das/os ambulantes, geralmente não existe patrão e empregado/a, mas a atividade é desenvolvida de maneira individual. Uma diferença entre a economia popular e a economia solidária é que nas atividades produtivas a economia popular busca em geral a geração de renda, sem preocupação com o processo mais amplo de transformação da economia e da sociedade. É importante que dialoguemos com aquelas e aqueles que fazem parte da economia popular, promovendo os princípios e o projeto político da economia solidária. Na Economia Solidária o trabalho não gera exploração da/o trabalhador/a e a nossa proposta é de construção de uma nova forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital. Além disso, visa o bem viver não apenas da família, mas também da comunidade e da sociedade. Para algumas pessoas a economia popular é próxima da economia solidária, pois não são ligadas a economia burguesa, nem a economia empresarial, e ambas englobam a economia familiar e cada indivíduo que nelas se inserem. Assim, seria importante que as diferentes expressões da economia popular fossem aliadas e orientadas pelos princípios da economia solidária.

Estas formas de abordar a economia popular vem do fato de que na verdade existem contradições. Por um lado, a economia popular alimenta os grandes grupos econômicos e a globalização neoliberal, embora as/os trabalhadoras/es do setor tenham apenas o necessário à sobrevivência. Por outro lado, é graças à economia popular que muitos/as



trabalhadores/as brasileiros/as conseguem sobreviver, na barraquinha de cachorro quente, vendendo cerveja na praia, ou como cabeleireira/o ou costureira/o de bairro, etc. Olhando estas experiências, tendemos a dizer que precisamos entender melhor a economia popular que é múltipla, diversa e baseada na reprodução e na subsistência.

A economia popular é diferente da economia solidária, pois muitos procuram sobrevivência em um modelo que prega uma autonomia e individualismo, visando lucro, servindo muitas vezes apenas para a manutenção do capitalismo. A economia popular não tem um projeto de organização coletiva da sociedade, baseada em valores como respeito, preocupação com o meio ambiente, solidariedade, etc., ao contrário da Economia Solidária na qual buscamos a sobrevivência, mas também visamos uma vida melhor para toda a sociedade: buscamos a transformação social, política e econômica em nosso mundo.

No contexto atual, o desafio do Movimento de Economia Solidária é dialogar com aqueles/as que estão na economia popular a partir dos seus princípios de organização. São trabalhadores e trabalhadoras que não precisam de patrão, estão conquistando o seu próprio espaço, são milhões de iniciativas no Brasil que trabalham com a lógica da produção e da sobrevivência. Prosperam ambulantes, algumas categorias de artesãos/os, trabalhadoras/es autônomas/os, organizadas/os muitas vezes em associações. Houve o desenvolvimento de vários padrões de subsistência que abrangem pessoas que não dialogam essencialmente com o chamado empreendedorismo.

Ainda assim, a lógica da economia popular é fortemente voltada para o empreendedorismo individual, incentivada pelos entes públicos e o Sistema S (Senai, Sebrae, etc.), fortalecendo sempre o capitalismo que precisa de empreendedoras/es individuais para diminuir seus custos. Esta articulação, coordenada pelo sistema S, com a participação de clubes de diretores lojistas e outros setores organizados do capitalismo, organizam um lobby intenso junto às/aos parlamentares para aprovar legislações que favorecem o Micro Empreendedor Individual (MEI), enquanto a Lei Geral da Economia Solidária esbarra na burocracia e na falta de apoio das/os parlamentares.

Precisamos partilhar com as/os trabalhadores/as da economia popular o jeito como fazemos e vivemos a Economia Solidária, integrando-os/as aos nossos empreendimentos ou ajudando-os/as a criar outros. O fundamento para esta ação é de que somos todos/as trabalhadores/as e precisamos fazer alianças, não separações. A união de todos os setores promove o fortalecimento da Economia Solidária em cada um dos nossos territórios, combatendo o sistema dominante.

No contexto atual, a economia popular está totalmente desvinculada da Economia Solidária, porém, pode vir a ser parceira, uma ajudando a outra. Para a Economia Solidária o desafio é mudar a mentalidade das pessoas, e sabemos que muitos não conhecem o projeto político da Economia Solidária, e seu trabalho acaba por sustentar o capitalismo ao realizar atividades econômicas sem rentabilidade para os capitalistas, mas fundamentais para que estes continuem elevando seus lucros. Como o governo federal tem apoiado mais as iniciativas dos empreendedoras/es



individuais que dos Empreendimentos Econômicos Solidários, isso faz com que, às vezes, alguns dos nossos empreendimentos busquem a inscrição como microempreendedor individual buscando descontos e facilidades no pagamento de impostos. Por isso, precisamos reforçar a nossa luta para fortalecer e aprovar a Lei Geral da Economia Solidária denunciando as artimanhas políticas e técnicas do sistema.

Criar novos laços, fortalecer nosso projeto: dialogando com a economia popular

Temos que compreender melhor o que é a economia popular e como ela funciona, percebendo que ela também é parte de nós porque muitos dos nossos empreendimentos vieram da economia popular, o que a torna um importante setor para o fortalecimento do nosso movimento. Existe até alguns fóruns no país que se autodenominam Fórum de Economia Popular Solidária. Por isso, precisamos cuidar mais das nossas relações. Temos que entender que as/os participantes da economia popular são excluídas/os na sociedade, precisam se endividar para iniciar uma atividade econômica, e precisamos contribuir para que elas/es se organizem.

É preciso que entendamos que o MEI apresenta facilidades que acabam por confundir as/os empreendedoras/es coletivos e individuais, precisamos problematizar o MEI e estimular cada vez mais a organização da atividade econômica pela Economia Solidária. No debate realizado na plenária ficou explícito que não há consenso quanto a utilização do MEI pelos empreendimentos de economia solidária. Uma posição coloca que a economia solidária não deveria utilizar o MEI, mantendo uma relação de respeito com o microempreendedor/a individual, pois tanto o microempreendedor/a, quanto a economia solidária tem suas especificidades e devem ter leis de acordo com o seu modelo de organização. Uma segunda posição coloca que enquanto não se aprova a lei da economia solidária poderíamos utilizar o MEI. Este ponto deve ser aprofundado pelo movimento.

A estratégia para o fortalecimento do MEI tem sido promover inscrições em massa de empreendimentos individuais no qual aparentemente a pessoa tem um resultado mais imediato quanto ao pagamento de impostos e do INSS, em detrimento do processo da organização coletiva, emancipatória e autogestionária. Defendemos que os programas de transferência direta de renda, como o Bolsa Família, estejam associados e vinculados a ações de organização das/os beneficiárias/os em empreendimentos econômicos solidários para sua emancipação econômica via Economia Solidária, compreendendo que estas iniciativas só são possíveis se construídas com aquelas/es, respeitando suas relações culturais e históricas.

A organização nos empreendimentos populares precisa enfrentar os interesses econômicos individuais, imediatos, que as vezes dificultam a prática da Economia Solidária. O processo educativo para a organização dos grupos de Economia Solidária ainda é muito lento, o que por vezes leva a desistência dos seus/suas integrantes. Já a economia popular muitas vezes vem com o produto e a ideologia prontos, enquanto a Economia Solidária trabalha com a necessidade de manter o grupo e



crescer junto. A facilidade da inscrição individual fortalece o individualismo, contrapondo-se à lógica coletiva da Economia Solidária.

É preciso manter uma relação de cautela, pois as facilidades dos caminhos individuais podem, em certos momentos, provocar outros problemas para os empreendimentos que tem dificuldade de se relacionar com o mercado consumidor.

Para que a Economia Solidária possa chegar cada vez mais nas iniciativas da economia popular é preciso que pensemos em espaços de articulação entre nós, nos quais possamos divulgar nosso projeto político, fazendo com que as/os empreendedoras/es individuais da economia popular reflitam sobre o seu próprio papel no processo de apoio e sustentação ao capitalismo. Há necessidade de um maior convívio entre nós.

Em algumas de nossas centrais de comercialização acabamos por tornarmo-nos concorrentes já que os/as empreendedoras/es individuais e ambulantes colocam seus produtos na praça em frente. Devemos ter uma relação ativa com os empreendimentos da economia popular, expondo os pontos críticos dessas “facilidades”, apresentando os resultados construídos através da Economia Solidária. Isto só se dá através de formação política, ideológica e social para inclusão na Economia Solidária, incorporando a economia popular aos processos e esclarecendo que a Economia Solidária é diferente das demais formas de economia.

Precisamos buscar estratégias para mostrar aos empreendimentos individuais que sempre existem formas coletivas de trabalho, seja na compra da matéria prima, na comercialização, na produção, na compra de um equipamento mais caro, etc. E que o trabalho coletivo traz mais segurança e saúde para o empreendimento e suas/seus integrantes.

Precisamos enquanto fórum contribuir para a organização dos/as trabalhadores/as da economia popular em organizações de trabalho associado. Os processos de comunicação são muito importantes para divulgar a Economia Solidária, dando visibilidade do que temos construído para que as/os participantes da economia popular e a sociedade em geral conheçam a proposta da Economia Solidária.

A ação do movimento deve ser no sentido de se aproximar dos movimentos, como Sindicatos, colegiados, fórum, conselhos, e aprimorar e fortalecer as ações que já existem de capacitação e qualificação, buscando identificar em cada bairro, município, região, território, onde estão e quem são os/as trabalhadores/as da economia popular.

Precisamos exercer a Economia Solidária no dia-a-dia, com a forma de falar, de vestir, de cuidar do/a próximo/a, de se alimentar, praticando os princípios da economia popular solidária e realizando o enfrentamento ao sistema capitalista. A título de exemplo, podemos citar a preocupação com o alimento consumido. Podemos produzi-lo respeitando as boas práticas de manipulação e utilizando os produtos naturais ofertados por empreendimentos da própria economia popular solidária. Através de iniciativas como esta, potencializamos a consolidação de uma identidade das/os envolvidas/os na economia popular solidária diferenciando-os/as da economia popular.



Outra estratégia para ampliar a relação é promover encontros, debates entre os segmentos, desenvolvendo uma estratégia conjunta a partir dos territórios, lutando por políticas públicas articuladas e contínuas que favorecem a Economia Solidária e incluam a economia popular, a partir da promoção de sua organização em projetos coletivos. Isto significaria partilhar com a economia popular os projetos e benefícios da Economia Solidária. Valorizando os pequenos grupos de produtoras/es na sua comunidade, envolvendo-os/as no desenvolvimento do território, a partir da formação e da divulgação do nosso jeito diferente de pensar e agir, e aos poucos ir envolvendo as pessoas que estão na economia popular, incluindo-as/os em nossas atividades.

Às vezes temos grupos que sabem produzir bem, mas não sabem vender. Por que não trazer as/os vendedoras/es ambulantes, que em geral são excelentes vendedoras/es, para criar uma rede de vendas dos produtos da economia solidária? O desafio é estabelecer uma maior aproximação entre nós e estes espaços para aprofundarmos este debate. É preciso encontrar elementos a partir dos quais possamos nos fortalecer mutuamente. Mas a nossa prática precisa ser inspiradora, não de cima pra baixo, sempre trabalhada de maneira horizontal.

2.4. Emancipação econômica e política dos Empreendimentos de Economia Solidária

Construir a Economia Solidária em um contexto de hegemonia capitalista é um desafio que pode, por um lado, levar-nos à construção de formas de trabalho e produção para uma vida mais justa e menos opressora, ou levar-nos a experiências de geração de renda dependentes da lógica do capital, o que representa necessariamente um limite à autonomia dos empreendimentos solidários. A plena vivência da economia solidária está relacionada em avançarmos cada vez mais em espaços regidos pela solidariedade, cooperação, bem viver e autogestão.

Nossa concepção de mercado, nosso ideal de economia

O Mercado é um espaço de compra e venda de mercadorias, é também um espaço no qual nos relacionamos para comercializar nossa produção, é toda logística que envolve a comercialização de nossos produtos e serviços. O mercado torna-se assim espaço no qual ocorre a relação entre a produção, a comercialização, a troca e o consumo consciente, abrangendo outros aspectos de convivência entre as pessoas, como as trocas de saberes. Assim, queremos um mercado que promova o desenvolvimento sustentável e solidário, no qual se dê a relação entre a produção responsável, comercialização e consumo consciente, justo e solidário, abrangendo os aspectos de convivência do bem viver entre as pessoas, trocas de saberes e sabores, produtos, serviços e uso de moeda social.

Na Economia Solidária a construção dos mercados compreende a reflexão e o resgate de dividir com o próximo o que se tem, fazendo troca e venda de produtos e serviços com aqueles que compartilham com os princípios do movimento, buscando um novo público: o consumidor consciente.



Historicamente o mercado, após o surgimento do capitalismo, tornou-se um espaço de relações complexas em que se instigam novas necessidades, aumento não planejado de produção, valorização do poder de compra e estímulo desenfreado do consumo. Porém, estas relações quase sempre são descoladas das reais necessidades de vida das comunidades, nas quais a economia acontece. Na Economia Solidária temos que pensar o mercado na ótica da sustentabilidade que defendemos, ou seja, não excludente, solidário e que envolva também práticas não monetárias. Uma economia “partilhada” que busque a longo prazo a inexistência das/os exploradas/os e das/os exploradoras/es.

Enquanto lutamos para consolidar mercados econômicos solidários, atualmente ainda temos que nos relacionar com o mercado capitalista. Porém, esta relação deve se dar de forma consciente com critérios de trabalho decente e preservação ambiental, rompendo com os processos de acomodação, aceitação e passividade. Toda relação do movimento da Economia Solidária com empresas capitalistas e suas políticas econômicas tem como farol direcionar as nossas ações e transição para uma economia emancipatória.

Assim, o mercado para a Economia Solidária enraiza a relação entre demanda e oferta na vida comunitária, discutido de maneira ampla, buscando tecer redes e cadeias entre empreendimentos econômicos solidários que busquem a promoção do desenvolvimento local e o bem-viver nas comunidades. Para a construção deste tipo de mercado, várias estratégias poderão ser utilizadas, a exemplo dos mercados comunitários, do comércio justo, dos bancos comunitários e do estabelecimento de relações horizontais de trabalho.

Os fundos da economia capitalista, como os fundos de responsabilidade social, podem ser usados desde que não percamos nossos princípios e nosso projeto de organização nas bases. Ou seja, depende de cada região e dos critérios, e não podemos perder de vista exigir políticas públicas para que hajam fundos direcionados para empreendimentos solidários.

Queremos uma economia participativa, solidária, justa, com legislação específica e economicamente viável, com juros mais baixos, produção e comercialização direta sem atravessadoras/es, na qual todas/os produzem e se beneficiem da renda de forma justa, participativa, as decisões tomadas em grupo, garantindo preço acessível e produtos de qualidade. Uma economia que envolva o trabalho da família, o coletivo, os empreendimentos solidários, nos quais ocorra a valorização da troca e que localmente se produza o que precisamos para viver.

Consideramos como crescimento econômico a divisão igual de bens e serviços respeitando a diversidade, a partilha, o trabalho colaborativo, a distribuição de riqueza, o respeito ao meio ambiente e a não exploração do trabalho. A Economia Solidária deve ter uma relação política com os governos que garanta sua autonomia e a afirmação do seu projeto, pois a nossa lógica acontece e se constrói no território local, na comunidade e de baixo para cima. É por isso que devemos valorizar mais as riquezas da própria comunidade, somos trabalhadores e trabalhadoras gerando nossas riquezas por meio de nosso esforço e força de trabalho.



Construindo a emancipação e autonomia dos empreendimentos econômicos solidários

A emancipação política e econômica dos EES compreende também um processo de formação construído a partir dos fóruns, rompendo com a cultura do clientelismo, subalternidade e de personalismo. Assim, precisamos buscar políticas públicas para garantir a criação de espaços de comercialização, sejam como pontos fixos, feiras, revitalização de mercados públicos, dentre outros. Buscar parcerias é fundamental na constituição e consolidação destes espaços públicos que possuam a identidade da Economia Solidária, pois não queremos disputar com os locais de comercialização do grande capital, a exemplo de shoppings e supermercados que concretizam o oposto do que defendemos na Economia Solidária.

Entendemos que os empreendimentos solidários devem visar a construção de uma nova sociedade com outro mercado, solidário e inimigo do capitalismo que só visa o lucro individual, através da exploração de um/a sobre o/a outro/a. Emancipação é a/o produtor/a ter autonomia para produzir e um mercado solidário garantido. É quando o próprio grupo toma as decisões (o que fazer e como agir) em espaços coletivos, traçando os caminhos a ser trilhado para se tornar independente, assumindo erros e acertos, que se sustenta economicamente e que faz sua própria gestão consolidando sua produção. Além de gerar trabalho e renda, leva em consideração a justiça social, o respeito ao meio ambiente e o desenvolvimento local e regional. Empreendimento emancipado só acontece na prática quando os grupos não dependem de empréstimos, aluguéis e nem de favores políticos. Ou seja, tem “viabilidade econômica” efetiva, com capacidade de sobreviver com os resultados da sua força de trabalho.

Por um novo mercado

A construção da autonomia passa pela construção de outro tipo de mercado, de outro tipo de legislação que favoreça e dê condições de trabalho aos/as trabalhadores/as associados/as na construção de uma Economia Solidária, Justa e Sustentável.

A Economia Solidária não pode ser confundida com o "Terceiro Setor" que substitui o Estado nas suas obrigações legais, não permitindo a emancipação de trabalhadoras/es, enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária reafirma a emancipação de trabalhadoras/es como sujeitos históricos na sociedade.

A autogestão é o princípio gerador das ações na produção, comercialização e consumo, buscando a viabilidade econômica, política, social e ambiental. A emancipação política dos empreendimentos solidários só poderá acontecer se estes não dependerem política e economicamente da economia de mercado capitalista ou do Estado e sobretudo, quando tomarem consciência de que lado está. Afirmamos que a construção da autonomia passa por estabelecer outras formas de comercialização, um novo mercado.

Sair desse mercado capitalista é criar um mercado próprio, preocupando-se com o preço justo, sem destruir a natureza, preocupando-se em repor à



natureza o que dela retiramos. Temos nos dedicado pouco a esta construção que respeita as diferenças, prioriza os produtos regionais, se preocupa com a qualidade dos produtos e incentiva os pequenos grupos de produção.

Para construirmos na prática esta emancipação é necessário ter uma leitura real da sociedade para eleger prioridades: produzir para quem e para quê? Por isso precisamos ser criativos na (re)invenção do mercado, porque o mercado existente hoje não oferece as condições para os empreendimentos solidários, cuja lógica não é de grande escala, mas é carregada de forte sentido cultural, ligada aos povos e comunidades que a praticam. Como tornar os nossos empreendimentos sustentáveis economicamente? Temos muitos caminhos: um deles é pensar em produzir o que precisamos, para todas/os. Temos que nos contrapor ao capitalismo para viver em sociedade de forma diferente. A emancipação só irá acontecer quando avançarmos na articulação, de nossas necessidades com os grupos de agricultoras/es, produtoras/es, artesãs/ãos, cooperativas de serviços, enfim, todas/os as/os que fazem a Economia Solidária, no bairro, na comunidade, na cidade, no estado, no país.

A emancipação é possível quando se atua com liberdade, autonomia, poder de decisão, influência e participação. Emancipação é resultado de um processo de conscientização, divulgação, informação e formação. Empreendimentos emancipados são aqueles que têm autonomia, não têm dependência política, econômica, são autogestionários, participativos e democráticos. A construção da autonomia passa pela criação de outro tipo de mercado.

Precisamos avançar na organização de novos espaços de comercialização

Relacionamo-nos com limitação com o mercado capitalista que visa o consumo desenfreado e sem critérios, induzido pela grande mídia. É preciso deixar claro que nossos produtos e serviços fazem parte de uma nova economia, porque estamos organizados em grupos cooperativos e associativos. Por isto precisamos investir na estratégia do selo ou da etiqueta que explique que o produto faz parte da Economia Solidária. Enquanto trabalhamos a construção dos mercados econômicos solidários, vamos abrindo espaço no mercado capitalista sem abrir mão dos princípios de Economia Solidária, deixando de comprar a prazo, deixando de emprestar dinheiro com bancos ou agiotas, sempre pensando antes como adquirir produtos através das redes de produção-comercialização. Mas, em paralelo a isto, devemos trabalhar projetos de organizações de produção e consumo sustentáveis como alternativas ao capital.

Por outro lado, é fundamental que o Movimento de Economia Solidária continue lutando na perspectiva de garantir políticas públicas de finanças solidárias de financiamento aos empreendimentos solidários, a partir da criação do fundo público de apoio à Economia Solidária.

Também temos um número insuficiente de espaços existentes para a comercialização de nossos produtos e serviços, o que gera dependência quanto à busca incessante de espaços para comercialização que não



promovem nossos princípios, e por isso, é dever do movimento lutar para que o poder público assuma a responsabilidade de fomentar tais espaços.

Precisamos ainda democratizar os debates sobre os processos de certificação e os sistemas participativos de garantia, para que mais pessoas compreendam como estão ocorrendo e possam levar esta proposta para suas comunidades e empreendimentos, pois o que percebemos é que há pouco acúmulo nos estados sobre essa questão.

Organizando nossas ações, o “enredamento” necessário para a economia solidária

Na organização de redes e cadeias solidárias encontramos pouca participação dos grupos, das entidades de apoio e das/os gestoras/es nas reuniões de formação e nos debates. Mesmo com discussão faltam recursos, união, formação para multiplicadoras/es e apoio político. A dedicação em uma rede econômica solidária deve ser ampliada, com compromisso para comercialização do produto com selo da Economia Solidária. Há várias experiências interessantes em rede, como da cultura, da cadeia do leite, do Corredor do Extrativismo, centrais de comercialização, entre outras.

Precisamos reforçar a nossa estratégia de articulações em redes e cadeias de produção, comercialização e consumo em nível local, territorial e estadual, através da organização de grupos para consumo consciente, estimulando as articulações para compras coletivas. Ou ainda, da promoção de eventos e feiras de trocas, resgatando práticas de trabalho em mutirão, trocas de mercadorias e moedas sociais.

As ações iniciadas pelos grupos ainda são tímidas, isoladas e pouco articuladas. Apesar da participação nos espaços de articulação da Economia Solidária (fórum, encontros, seminários, redes etc), para o processo de emancipação econômica e política dos empreendimentos, ainda existem desafios e dificuldades tais como a logística, a comercialização, a centralização da informação, as dificuldades de formação, a comunicação, a divulgação e o escoamento da produção, talvez porque esta última ainda está pouco articulada com as necessidades locais. Em resumo, ainda falta muita organização, e para os empreendimentos solidários ainda é um desafio conseguir sobreviver somente dos ganhos do empreendimento.

2.5. Território e Territorialidade

Construir a Economia Solidária na prática inclui olhar de perto para as pessoas, onde elas vivem, como se organizam para sobreviver, como utilizam e cuidam dos recursos que tem à disposição.

Olhar de perto para onde as relações econômicas acontecem é fundamental para acompanhar seus efeitos e entender qual o sentido do desenvolvimento que estamos construindo. Este desenvolvimento está contribuindo para uma sociedade mais justa ou a riqueza produzida não chega a trazer melhorias ao nosso entorno? Daí a importância de planejarmos nossas ações sem abrir mão da perspectiva do território, pois



nos espaços de proximidade podemos trabalhar as dimensões da produção, da comercialização e do consumo de forma direta e articulada. Para caminharmos nessa perspectiva, sentimos a necessidade de avançar em alguns debates cujos acúmulos e desafios estão colocados a seguir.

O território na centralidade da organização da economia solidária

Conhecemos diversas políticas públicas que atuam com base no conceito de território. Temos aí os Territórios da Cidadania, os Territórios da Paz, etc. Para as políticas públicas, o território representa um recorte no espaço geográfico que apresenta algum conjunto de características em comum e que permita a implementação de ações articuladas e pautadas por uma política pública determinada. Ao trazermos este conceito para a Economia Solidária, é importante refletirmos sobre o que estamos considerando como território e qual a relação do nosso território com os territórios definidos pelas políticas públicas em geral.

Temos acordo que mesmo trazendo o conceito de território para o âmbito da Economia Solidária não devemos simplesmente transpor as divisões territoriais adotadas pelas políticas públicas, a não ser que em determinado contexto isso faça sentido.

Para o movimento de Economia Solidária e a sociedade em geral, território é um conceito aberto, abrangente, complexo, em construção, que deve contemplar as relações econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas, etc. dentro desse território e a relação com outros movimentos sociais.

A territorialidade vai além do espaço geográfico e limites físicos. Ela contempla, por exemplo, redes e cadeias produtivas. Em geral, prevalece a dimensão econômica, mas é importante considerar o território como um todo, de forma ampla, nas suas diferentes perspectivas e níveis. Além disso, a noção de território tem que levar em conta os povos e comunidades tradicionais e os demais protagonistas existentes nesses territórios.

Para a Economia Solidária o território é onde se articulam ações em prol dos nossos valores e princípios. É o espaço onde ocorrem as relações sociais, potencializando o que é comum, respeitando as diferenças e construindo, a partir do diálogo, o sentimento de pertencimento e laços de identidade. Dessa maneira, cada território carrega as peculiaridades de sua região de abrangência, expressando assim uma identidade.

A Economia Solidária também não restringe a noção de território apenas aos empreendimentos solidários, às entidades de apoio e os/as gestores/as públicos/as que trabalham diretamente com a temática, pois é nesse espaço também que interagimos com outros movimentos sociais e com outros atores do local, como a economia popular. Se, por um lado, essa interação promove o fortalecimento de bases e potencializa as ações, lá também estão presentes as relações de poder, as disputa de projetos de sociedade e de economia. Assim, a construção de territórios na Economia Solidária deve respeitar as diferenças e construir as relações sociais, culturais, políticas e econômicas vividas pelas/os habitantes deste território a partir da vivência, dos valores e princípios da Economia Solidária, ou seja, o território é espaço de construção da autogestão para além dos empreendimentos. O território da Economia Solidária deve ser



algo dinâmico e não imutável, deve estar em construção permanente e de forma autônoma pelo movimento, partindo de um planejamento estratégico que dialogue com a proposta política da Economia Solidária.

Fortalecer nossa identidade nos territórios e nosso projeto político

Nos territórios que estamos construindo é central termos clareza de nossa identidade, de conseguirmos localizar quem são os nossos parceiros e quais nossas estratégias, assim como quem são nossos adversários e seus mecanismos de manutenção e poder. Em alguns lugares, onde as redes se organizam e existe um maior número de empreendimentos solidários e organização do fórum, já conseguimos ver esta identidade.

Para fortalecer nossa identidade é fundamental aliarmos dois movimentos. O primeiro tem como foco gerar o reconhecimento a partir da vivência, do cotidiano e das culturas locais. Nesse sentido, é necessário que seja feito um resgate da história e das tradições locais, encontrando e trabalhando os elementos que possam servir de referência. O segundo movimento é buscarmos estratégias para criarmos e consolidarmos as relações entre aqueles/as que atuam neste território, com os princípios e valores da Economia Solidária.

Para ambos os movimentos é importante que esse processo de construção da identidade passe pelo envolvimento em ações práticas, seja na Economia Solidária, seja em estratégias mais amplas de luta por pautas de interesse comum. A vivência das experiências e a cumplicidade na luta são elementos potentes para a criação, desenvolvimento e fortalecimento da identidade de um grupo em torno de elementos comuns, na superação de divergências e disputas no território. A clareza do que nos une no local e nos valores é o que possibilita ampliarmos a adesão ao movimento de Economia Solidária pelas pessoas que compartilham a mesma realidade e os mesmo valores, trazendo as/os vizinhas/os, amigas/os e familiares para essa luta, articulando experiências isoladas nas dinâmicas do fórum e outros espaços do movimento.

É necessária a realização de formação política para a ampliação da consciência crítica. A Rede de Educadoras/es em Economia Solidária pode auxiliar com ações educativas que tragam a concepção e as práticas da Economia Solidária.

O foco no território não deve ocorrer em detrimento do desenvolvimento de ações que articulem as pautas de nível local, estaduais e nacional do movimento de Economia Solidária, sejam estas pautas de articulação política ou mesmo de articulação comercial (fóruns, cadeias, redes, etc.).

Organizando estratégias a partir das lutas em nossos territórios

Temos que organizar estratégias para identificar e buscar nos territórios os potenciais aliados, no esforço de dialogar com eles a partir da nossa pauta, tornando a Economia Solidária mais visível e com pautas mais explícitas, esclarecendo nossa proposta para a sociedade e apostando que isso possa gerar identificação e um processo de adesão.

Ao buscar os movimentos sociais, podemos recorrer à realização de mapeamentos nos territórios ou a mapeamentos já existentes que



apontem os debates que dialogam com nossas pautas, como a defesa da vida e de direitos ou que viabilizem a realização de parcerias locais para pensar as relações econômicas com os nossos princípios no território.

Atuando e falando sobre Economia Solidária é possível atrair e identificar outros/as agentes no território (empreendimentos solidários, gestores públicos, entidades de assessoria, outros movimentos, etc.), sendo assim possível aos poucos envolvê-los/as no debate, criando estratégias de convergência.

As estratégias de articulação com a nossa luta e criação de espaços de convergência pode se dar de várias formas e em vários níveis, desde a tentativa de integração à dinâmica dos fóruns ou partindo da formação de redes, até a proposição de estratégias que, embora não incorporem esses atores nas nossas instâncias, busquem identificar, dinamizar e criar projetos comuns entre os diversos grupos pertencentes ao território, fazendo manifestações em busca de nossos direitos e avançando rumo ao nosso projeto de sociedade.

Este é um ponto que precisa ainda ser aprofundado. No momento podemos apontar que é necessária a construção de um sentimento de pertencimento ao movimento de Economia Solidária. A participação em espaços que ampliem a formação para a cidadania, através da realização de debates políticos mais amplos e do incentivo à frequência dos atores em instâncias de participação popular (como conselhos, orçamentos participativos e conferências) pode contribuir com a ampliação do entendimento sobre o próprio território e sobre as formas de fortalecer a luta.

De qualquer maneira, articulando as ações do território com as ações dos Fóruns – em seus vários níveis – podem ganhar vulto e vir a somar com o projeto político mais amplo da Economia Solidária.

2.6. Diversidades

A sociedade capitalista estrutura-se em processos de desapropriação do trabalho em suas mais diferentes perspectivas. Esta desapropriação para se organizar e consolidar exige outras estruturas de desigualdade e exclusão. Assim raça, gênero, geração, orientação e expressão sexual, deficiência e pertencimento à povos e comunidades tradicionais tornam-se marcas de diferenciação e hierarquização.

Compreendemos que gênero e raça são elementos estruturantes das desigualdades sociais no país. O machismo e o racismo estão presentes nas construções sociais que reforçam lugares para mulheres, negros e negras no mundo do trabalho. A desvalorização do trabalho feminino se dá pela associação da mulher ao espaço doméstico, reprodutivo e privado, e do homem ao espaço da produção, do público.

A mulher continua, assim, submetida a uma estrutura patriarcal na qual ainda não atingiu o mercado de trabalho em condições de igualdade com o homem, apesar do significativo aumento de escolaridade. Esta desigualdade se expressa na presença hegemônica das mulheres nos



espaços da Economia Solidária, que apresenta um desafio ao tentar equilibrar suas ações no âmbito produtivo e reprodutivo, e afirma de forma contundente a necessidade de redefinirmos a forma como refletimos sobre o trabalho.

O movimento reconhece as diferenças como riqueza e como valor, mas que no processo histórico constituem motivos para práticas das desigualdades. Ainda não aprofundamos o debate nas questões das diversidades e nos mecanismos de valorização, respeito e potencialização dessas diversidades.

Historicamente, o movimento de Economia Solidária aproximou-se mais dos movimentos de mulheres, negros, indígenas, agricultura familiar, agroecologia e povos e comunidades tradicionais. Consideramos fundamental, portanto, estender essas relações à outras diversidades (LGBTT's, pessoas com deficiências, geracional, dentre outros) integrando-nos aos espaços de lutas e discussões desses movimentos.

Queremos avançar em ações afirmativas no interior dos espaços de representação da Economia Solidária nos Fóruns Estaduais e no Brasileiro. Para isto, é necessário construir e fortalecer a auto-organização das mulheres, negros e indígenas, com GTs de discussão; elaboração e articulação de propostas de políticas com abordagens específicas, que garantam a integração das esferas do trabalho produtivo e reprodutivo e as especificidades raciais.

A Economia Solidária pode contribuir com a luta feminista e racial, na medida em que cria condições de desnaturalizar a separação de público e privado, produtivo e reprodutivo – desconstruindo a divisão sexual do trabalho; recolocando o olhar para o trabalho do cuidado das pessoas como uma esfera mantenedora e relacionada ao mundo produtivo.

A presença do feminismo no movimento de construção da Economia Solidária é determinante para construir, de fato, outra economia com base na igualdade e autonomia de seus sujeitos.

Em nosso movimento, as mulheres começam a se organizar para enfrentar a desigualdade entre os sexos. Suas principais bandeiras políticas partem de alguns eixos de atuação: a resistência das mulheres trabalhadoras na luta pelo fim da opressão e exploração dos sistemas capitalista e patriarcal, buscando outro jeito de produzir, reproduzir e viver; a denúncia das práticas de violência contra às mulheres e da mercantilização do seus corpos e exploração do seu trabalho, transformando as relações desiguais de gênero, raça e classe nas dimensões da vida social, econômica, afetiva e política. A promoção de uma sociedade justa, solidária e sustentável, com base nas experiências de Economia Solidária, superando o patriarcado e o capitalismo.

Reconhecer a diversidade das lutas, dizer não ao preconceito e avançar na solidariedade

O reconhecimento das diversidades pela Economia Solidária também significa afirmar os setores historicamente marginalizados na sociedade, tais como negras e negros, comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, pessoas com diferentes orientações sexuais, distintas



gerações, deficiência, que se encontram presentes nas organizações da Economia Solidária.

Reafirmamos o reconhecimento de que no capitalismo as lutas dos vários grupos historicamente oprimidos têm sido fundamentais para a luta pela transformação social e que o movimento de economia solidária tem buscado trabalhar de forma articulada a estes grupos. Uma questão que precisa ser mais debatida pelo movimento é o desafio de afirmar as identidades e a diversidade sem perder a unidade, e sem segmentações que fragilizem o movimento de economia solidária na luta pela superação do capitalismo e como espaço de construção do novo.

Faz-se necessário avançar na compreensão, solidariedade e, sobretudo, no respeito, para entender as questões apresentadas pelas diversidades, procurando sempre melhorar o bem comum. Assim, estas temáticas precisam estar presentes nos diversos processos educativos dinamizados pelo movimento da Economia Solidária.

Nos fóruns as relações se estabelecem a partir das atividades: feiras, seminários, oficinas entre outros. Entretanto, ocorre pouco aprofundamento posterior das relações e entrosamento dos militantes dos demais movimentos sociais na Economia Solidária. Identificamos a necessidade de uma articulação a partir da elaboração de uma Agenda Comum aos diversos movimentos.

Apontamos que para a superação destas desigualdades fazem-se necessárias novas formas de integração e reconhecimento das identidades culturais para além da cultura capitalista. É preciso ter uma quebra de paradigmas. É preciso avançar na superação dos preconceitos.

Reconhecemos as mudanças que estão ocorrendo através da aprovação de algumas novas leis, como a Lei de Cotas Raciais nas Universidades (Lei 152.711/2012), ações pelo reconhecimento de casamentos homoafetivos, pela garantia dos territórios quilombolas e indígenas, pelo respeito às manifestações religiosas, mas estas ações ainda se mantêm distantes de expressarem concretamente mudanças no conjunto da sociedade.

Afirmamos que uma sociedade diversa, plural e complexa deve ser uma estratégia na organização do movimento de Economia Solidária, de forma a garantir o diálogo com outros movimentos sociais, para além da afirmação de qual sociedade queremos e precisamos. Por outro lado, estes debates devem ser organizados a partir das Plenárias e Fóruns de forma a articular o conjunto das ações em torno de princípios comuns. Reconhecemos, assim, as bandeiras destes movimentos sociais, já que estes lutam pela igualdade social, e a Economia Solidária pensa, busca e constrói uma forma de desenvolvimento digna, sustentável e justa para todos e todas.

2.7. Cidadania, organização da sociedade, relação entre o movimento de Economia Solidária e o Estado

O movimento precisa avançar na conscientização da sociedade para que a população entenda o que é Economia Solidária. Muitos fazem, usam,



praticam a Economia Solidária, mas não sabem que a estão praticando. O público da Economia Solidária é muito maior do que podemos imaginar, e portanto esta aproximação deve avançar de diversas maneiras, acolhendo os grupos/pessoas que vivem destas práticas para engajá-las no movimento. O movimento que queremos deve ser construído de dentro para fora, priorizando, na sua relação com a sociedade, a prática da autogestão, com formação política e educacional para fortalecer a sociedade organizada e as lideranças do movimento. Neste sentido, é importante refletir muito ainda sobre a forma como estamos nos relacionando com o Estado no Brasil em seus diferentes níveis, principalmente no que se refere ao debate sobre a economia.

A criação de leis e estruturas no estado e governo também amplia a visibilidade, na medida em que reconhecem a Economia Solidária como direito econômico e estratégia de inclusão social, como um meio de resgate da pessoa e preservação da vida em todas as suas esferas.

No aspecto interno, temos que buscar uma melhor organização e o fortalecimento político dos fóruns, desde o local, estadual e nacional, e ainda estimular a criação de novos. Isso amplia a identidade do movimento de Economia Solidária e respalda os fóruns enquanto instância política. Devemos, para isso, estimular e valorizar os meios de afirmação da Economia Solidária como movimento social contra o capitalismo. Os meios desta afirmação podem ser a divulgação das pautas dos fóruns, seu compartilhamento nos três níveis do FBES e a presença da coordenação do fórum nos conselhos, dialogando com outros movimentos sociais e empreendimentos. Temos também que nos apropriar, divulgar e realizar processos educativos para que as bases possam utilizar melhor os mecanismos de comunicação e articulação do movimento, a exemplo do Cirandas, pois estas são ferramentas que fortalecem os processos de informação e divulgação.

É importante que possamos criar dinâmicas para divulgar as diretrizes e bandeiras desta nova opção de vida para a sociedade nos mais diversos espaços sociais. Isto contribui para que possamos garantir a qualidade e identidade (a marca) dos produtos e serviços da Economia Solidária, fortalecendo as relações nos territórios para ampliar e fortalecer as dinâmicas que os sujeitos sociais da Economia Solidária buscam estabelecer em cada um deles.

Ainda não há políticas públicas permanentes e consolidadas para a Economia Solidária, apenas programas e ações, pulverizados na estrutura de Estado. Esta situação precisa mudar, para que as ações sejam direitos e não dependam do governo que esteja no poder, e ainda, que as legislações existentes sejam colocadas em prática. Para isso, o movimento precisa estar organizado, intensificando e qualificando suas intervenções através dos fóruns, conselhos e da participação popular (audiências públicas, intercâmbios entre empreendimentos, etc.) e buscando promover o intercâmbio de boas práticas de gestão de políticas públicas de Economia Solidária entre as/os gestoras/es públicas/os.

Percebemos que a conjuntura está desfavorável para termos força para efetivar nossas proposições ao Estado, nas diferentes esferas de governo, pois o Estado brasileiro se desenvolve de forma desigual e classista. A



Economia Solidária se apresenta enquanto uma alternativa para toda a sociedade. Estamos descontentes quanto às políticas de Economia Solidária ligadas a secretarias municipais e estaduais que buscam submeter a Economia Solidária à lógica da micro e pequena empresa.

Orientações para o movimento de Economia Solidária na incidência junto ao estado (interno)

Para que possamos estabelecer uma relação qualificada com o Estado, é necessário que, em primeiro lugar, possamos olhar para nós mesmos, avaliando como temos agido e o que precisa ser modificado. Só é possível modificar a nossa relação com o Estado e sermos respeitados nesta relação na medida em que buscamos garantir:

- A Organização e fortalecimento dos fóruns, com o comprometimento de seus integrantes e estratégias que nos fortalecem como movimento organizado, com demandas claras e organizadas coletivamente. O desenvolvimento de processos educativos que visem esta atuação, apoiando a participação efetiva nos conselhos, no orçamento participativo e nas comissões. Tais processos visam ainda compreender como funcionam os instrumentos do Estado, discutindo o marco legal e elaborando propostas claras de incidência, estimulando a criação de conselhos e leis.
- O Fortalecimento da campanha pela lei nacional, intensificando a coleta de assinaturas pela criação da lei e dando mais visibilidade à luta que estamos fazendo, lutando para que a lei seja aprovada e que os grupos se apropriem de seu conteúdo.
- O conhecimento e a articulação com os parlamentares que praticam a Economia Solidária, que a vivem na sua função parlamentar, separando daqueles que só aparecem de vez em quando. Isto é necessário para que possamos, nos três níveis do poder legislativo, fortalecer uma verdadeira bancada solidária.
- Compreender, esclarecer e divulgar as leis existentes, inclusive as que regem os conselhos, e seu funcionamento, dando visibilidade nos fóruns através de material impresso ou por meio das assessorias, por exemplo.
- Precisamos votar de maneira cada vez mais consciente e não reeleger e eleger as/os políticas/os corruptas/os e que não tenham compromisso com as propostas anticapitalistas, identificando as forças políticas que são contra a Economia Solidária. Outras estratégias são denúncias de grupo, passeatas, carreatas por meio de manifestações e abaixo assinados, com provas concretas e argumentos para lidar com um sistema que se aproveita da fragilidade do marco legal, do ponto de vista da democracia e do direito ao trabalho associado.

Orientações para o poder público e para os gestores públicos (externa)



Um segundo bloco de questões, refere-se à atuação do poder público e, portanto, não está apenas em nossas mãos para que aconteça. Neste sentido, é preciso refletir sobre o papel da rede de gestores públicos de Economia Solidária. São orientações para o poder público e para os/as gestores/as públicos/as:

- Intensificar a luta pelo aumento de recursos orçamentários para a Economia Solidária, considerando-a como estratégia central do desenvolvimento a nível local, regional e nacional.
- Aumentar o compromisso, a responsabilidade, as parcerias e o empenho com a Economia Solidária por parte do poder público brasileiro, respeitando a diversidade dos nossos empreendimentos solidários e entidades de assessoria.
- Garantir a execução do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) nos municípios como direito político.
- Buscar construir políticas de incentivos fiscais governamentais (redução de impostos), e prioridade na lei de licitações (8666/93) aos empreendimentos de Economia Solidária.
- Incentivar a capacitação dos gestores públicos sobre Economia Solidária, inclusive no que se refere à sua relação com o fórum.
- Defender a criação de políticas voltadas para Economia Solidária, respeitando a diversidade ambiental, cultural, de gênero, autonomia dos povos etc.
- Garantir que a Economia Solidária se torne uma política pública de Estado, a partir do marco legal. Tais políticas devem ser condizentes com a realidade de cada região brasileira, com a gestão compartilhada, garantindo o apoio e a autonomia do movimento.
- Fomento direcionado para o fortalecimento das iniciativas de base, principalmente os empreendimentos solidários.
- Implantação e implementação da Lei Geral da Economia Solidária, criação das leis estaduais e municipais, buscando agir de maneira mais eficiente em seus processos de regulamentação.

Orientações na relação do movimento de Economia Solidária com o Estado

O último bloco de questões refere-se a como o movimento de Economia Solidária se relaciona com o Estado no fortalecimento do seu projeto político. Necessitamos de um maior aprofundamento com relação a este ponto e sobre como temos agido em nível nacional, estadual e local. Observamos que a conquista da implantação de políticas públicas e do fomento nas três esferas federativas não é um objetivo final, mas uma estratégia que envolve a conscientização do poder público e da sociedade sobre os princípios da Economia Solidária. Assim, afirmamos as seguintes orientações para esta relação:

- Criar canais de comunicação e articulação direta com o Estado,



mostrando soluções e nossa proposta de sociedade, afirmando a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento econômico e social. Maior divulgação das práticas que estão dando certo na Economia Solidária.

- Criar uma maior articulação entre as ações do poder público e o movimento de Economia Solidária em todas as esferas, construindo estratégias de implementação de políticas públicas integradas, sem que o movimento deixe de pressionar o governo.
- Atuar de maneira participativa, igualitária e horizontal nas decisões de políticas públicas, construindo a política com o movimento de Economia Solidária, assegurando que beneficiem a sociedade civil.
- Buscar apoio do Estado para os empreendimentos, desde que seja respeitada a autonomia dos mesmos.
- A criação de leis pode ocorrer a partir de uma audiência pública com secretário de estado e prefeito, entregando documento com solicitações e realizando uma discussão sobre Economia Solidária, abordando: o que é Economia Solidária, importância, criação da lei e apoio aos EES.
- Construir estratégias, aprofundando processos de articulação política para que candidatos a cargos representativos conheçam, defendam e representem a Economia Solidária.
- Desburocratizar a relação estado-sociedade, em especial do acesso dos empreendimentos solidários às políticas públicas, respeitando as diferenças étnicas, culturais e sociais.
- Fazer incidência em todos os níveis de governo para que aconteça a reforma do marco regulatório como estratégia para avançar em reformas estruturantes.

O movimento de Economia Solidária aponta para a necessidade de construirmos uma nova cultura política pautada nos nossos princípios que oriente a ação dos atores do movimento de Economia Solidária e que isso possa, inclusive, pautar nossa ação junto aos espaços governamentais. Nesses espaços é importante que, além de ampliar a participação do tema Economia Solidária, haja também um esforço para tentar ampliar a participação da sociedade civil nas instâncias que deliberam e implementam políticas públicas para o nosso campo. Temos que avançar no sentido da desburocratização do Estado e da construção de espaços de maior participação popular para que possamos avançar na defesa da democratização econômica, que é uma pauta de interesse público.

Além disso, é necessário criar frentes de luta para modificar as políticas públicas que não estejam em consonância com o que defendemos, pois muitas destas políticas contribuem com a segregação da pobreza, dificultando o engajamento coletivo do indivíduo e a atividade produtiva dos empreendimentos solidários.

Nossa articulação com outros movimentos sociais nacionais e internacionais



Considerando que a Economia Solidária é uma forma de transição ao socialismo, é necessário aglutinar todos os movimentos sociais (sindical, popular, estudantil, urbano e rural, etc.), sem sectarismos, no sentido de buscar articulações com os diferentes setores da classe trabalhadora, na construção de diálogos e convergências para realizar agendas e mobilizações continuadas, evitando ações pontuais. Assim, afirmamos a importância da integração, articulação e unificação de objetivos e propostas de luta com movimentos sociais afins à causa da Economia Solidária. No entanto, a avaliação é que temos muitos desafios nesta articulação, pois a relação ainda é tímida e com pouca transparência.

É importante mapear os movimentos, conhecer o que já vem sendo feito, estabelecer diálogos e parcerias possíveis, no intuito de somar forças junto às redes existentes. Por exemplo, definindo territórios quilombolas e indígenas passíveis de reforma agrária, e ainda do diálogo com o movimento feminista, pois reconhecemos o papel das mulheres na Economia Solidária, haja vista as dificuldades enfrentadas na dupla jornada (trabalho e casa) e na institucionalização do trabalho feminino, sem perder de vista o reconhecimento da atuação dos homens no movimento, pois a Economia Solidária não é de um único gênero. Também é destacado construir relação mais orgânica com as centrais sindicais, com o Movimento Nacional de Catadores e Catadoras, com os movimentos populares da cidade e do campo.

A economia solidária como uma ação internacional

Atualmente a Economia Solidária está em pauta no mundo. O debate sobre essa nova proposta de organização da sociedade está gerando um ambiente de construção de uma identidade Internacional, em especial na América Latina. O Brasil é referência entre os atores internacionais que debatem esse tema. Já promovemos e participamos, via Fórum Brasileiro de Economia Solidária, de diversos eventos internacionais que debatem a Economia Solidária em suas várias dimensões, além de integrar a coordenação de espaços de articulação internacional como é o caso da RIPESS (Rede Internacional de Promoção da Economia Social e Solidária).

A participação nesses espaços deve ser potencializada, pois essa relação promove contatos internacionais que ampliam nosso conhecimento sobre a diversidade de soluções encontradas mundo afora para as questões que enfrentamos, como a formulação de leis, arranjos culturais e trocas políticas e econômicas, o que enriquece nossa atuação. Por motivos como esses, orientamos que o FBES deve intensificar sua atuação em espaços como a RIPES e o Mercosul Solidário, mas o movimento deve indicar quais as prioridades que pautem a nossa participação para que possamos incidir com qualidade nos espaços do MERCOSUL, na PANAMAZONICA e outros.

Outro aspecto é o distanciamento dos debates que temos estabelecido nestes espaços, que indica a necessidade do estabelecimento de uma estratégia de retroalimentação entre bases e representantes sobre o conteúdo dos mesmos. Isso aponta um desafio para o movimento de garantir a participação nos espaços de articulação internacional que não seja restrito à coordenação executiva, mas que haja possibilidade de participação de membros dos fóruns locais.



3. EIXO 2 - As propostas de ações do movimento de Economia Solidária

3.1. *Marco Legal*

Uma das questões centrais para que a Economia Solidária avance e se consolide como campo de políticas públicas e, sobretudo, como estratégia de desenvolvimento econômico e social, é a alteração da legislação em vigor (como a lei das cooperativas, previdência, etc.) de modo a permitir aos empreendimentos solidários uma maior autonomia e possibilidade de fortalecimento no cotidiano de suas práticas.

Já na IV Plenária, afirmávamos a necessidade de fortalecimento deste campo e indicávamos a importância de criar o conceito de Economia Solidária de um ponto de vista jurídico e legal, para que o Estado brasileiro em suas diferentes esferas de governo pudesse reconhecê-la como um direito e pudesse, a partir desta definição, avançar na consolidação das políticas públicas e demais leis na área, reconhecendo nossas práticas e dinâmicas jurídica e legalmente. Esta é uma luta difícil e complexa, pois implica em modificar e transformar o Estado brasileiro na sua relação com o capitalismo.

Na IV Plenária afirmávamos ainda que “apesar da Constituição Federal fazer referência a um país solidário, não é acompanhada por leis específicas sobre o tema”, sobretudo, no que se refere à definição da especificidade do **Empreendimento Econômico Solidário**, pois ainda é difícil definir critérios que garantam a diversidade presente em nossas práticas, e a legislação das cooperativas e das associações não são suficientes para dar conta desta realidade.

Existe também uma disputa clara neste campo que é pano de fundo no debate e se coloca junto à OCB (Organização das Cooperativas Brasileira), que agrega as cooperativas empresariais no Brasil, e não está no campo da Economia Solidária. Além disso, as novas dinâmicas do capitalismo criam outras iniciativas como a chamada “responsabilidade social”, que não está no campo da Economia Solidária e que evidentemente não se compromete com as lutas de transformação social e econômica.

Quando analisamos os resultados da IV Plenária, observamos que muitas propostas ainda se mantêm e se reafirmam, embora alguns avanços possam ser percebidos, conforme indicado no balanço que se segue.

Balanço

No eixo do marco legal destacamos como avanços e desafios:

- ✓ Por um lado, avançamos em termos da elaboração de uma proposta de Projeto de Lei Geral da Economia Solidária, e o início da campanha de assinaturas da lei de iniciativa popular. Entretanto, ainda apresenta-se como desafio o alcance das metas de assinaturas por estado e a articulação política necessária para que a lei chegue com força ao congresso nacional;



- ✓ A apresentação pelo legislativo do projeto de lei PL 4685/2012 sobre a Política Nacional de Economia Solidária, os empreendimentos econômicos solidários e criação do Sistema Nacional de Economia Solidária, é um avanço;
- ✓ A criação de leis municipais e leis estaduais de Economia Solidária, bem como a ampliação do acesso às políticas públicas em vários municípios/estados, pode ser vista como um avanço, mas não basta aprovar as leis, é preciso lutar pela sua regulamentação e implantação nas realidades. Também precisamos avançar para que todos os estados e municípios brasileiros criem e implementem a sua legislação;
- ✓ Há conquistas frente à criação de espaços de controle social das políticas públicas com a criação de conselhos nas esferas municipais e estaduais, porém ainda não conseguimos ter conselheiros que façam incidência qualificada e articulada com as pautas do movimento nestes espaços;
- ✓ A criação em nível nacional da Frente Parlamentar da Economia Solidária, com o início de um diálogo sobre as pautas legislativas foi positiva e se refletiu em alguns estados e municípios, mas ainda precisamos continuar lutando para que esta relação com o poder legislativo aconteça em 100% dos estados e municípios;
- ✓ A proposição da lei de finanças solidárias foi um avanço, mas ela ainda não é uma realidade;
- ✓ A realização das audiências públicas em muitos estados para discutir os destinos da política nacional, mostrando a coesão e unidade do movimento mostra nossa força quando trabalhamos em conjunto e de forma organizada;
- ✓ A realização da II Conferência Nacional de Economia Solidária, incluindo o seu processo preparatório de realização de conferências temáticas, também faz o movimento avançar e trazer novos horizontes para o marco legal;
- ✓ O decreto que institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário – SCJS é outro avanço, embora ainda seja desafio dar vida ao sistema;
- ✓ Vemos também como avanço a aprovação do decreto que institui o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – PRONINC, embora logo após a criação do decreto lei, o programa tenha deixado de receber recursos governamentais, o que inviabilizou a manutenção da estratégia para o qual foi criado;
- ✓ A nova lei das Cooperativas de Trabalho (12.690/2012) avança no sentido da redução para 07 membros na constituição de uma cooperativa, porém a regulamentação trabalhista penaliza os pequenos empreendimentos;
- ✓ A proposta de lei das cooperativas sociais continua tramitando no congresso nacional;



- ✓ Alguns estados e municípios têm conseguido avançar em termos da tributação específica para os empreendimentos econômicos solidários, mas no âmbito nacional ainda temos que avançar muito nesta área;
- ✓ O PAA e o PNAE são programas governamentais que refletem mudanças na legislação brasileira em termos do acesso aos mercados institucionais pelos empreendimentos econômicos solidários e da agricultura familiar, embora muitos desafios ainda se apresentem para que tais programas se consolidem nas realidades municipais e estaduais;
- ✓ Alguns estados e municípios criaram legislações próprias para o acesso aos mercados institucionais (compras dos produtos e serviços da Economia Solidária pelo estado), mas em nível nacional isto ainda não aconteceu de maneira efetiva;
- ✓ Já o Projeto de Lei Geral das Cooperativas (PLS 3/2007 e 153/2007), que moderniza a atual Lei 5764/73, não avançou desde a época da IV Plenária Nacional.

Orientações para a ação

As propostas abaixo são direcionadas tanto para o movimento de Economia Solidária em termos da sua incidência junto ao poder público, quanto para o poder público e gestores/as públicos/as:

- Continuar a luta para conquistar a aprovação da Lei Geral da Economia Solidária, criando um grupo de trabalho específico do FBES para acompanhar este processo no Congresso Nacional. Intensificar a divulgação da campanha e a coleta de assinaturas nos estados, com um grande mutirão, garantindo assim o cumprimento das metas estaduais;
- Organizar-nos e lutar para criar as leis de Economia Solidária, fundos e conselhos, nos municípios e estados para garantir os direitos do/a trabalhador/a associado/a, onde ainda não existem, criando grupos de trabalho para acompanhamento das tramitações dessas leis nestes estados e municípios;
- Em cada estado e no nível nacional buscar reduzir as burocracias para o acesso aos selos de certificação dos produtos (SIF, SIM, selo da agricultura familiar, etc.) para garantir a legalidade dos processos de comercialização e a certificação estadual dos empreendimentos da Economia Solidária;
- Democratizar o debate sobre o marco legal em nossos fóruns, estabelecendo vínculos com os eixos da educação e cultura, estratégias econômicas, comunicação e visibilidade, e território e territorialidades;
- Exigir momentos de socialização sobre o tema do marco legal pela SENAES, inclusive no âmbito regional;
- Questionar o estado sobre leis que prejudicam o movimento, como a lei da previdência e das licitações. Avançar na democratização do



acesso ao conhecimento da lei de licitações e contratos (8.666/93), buscando influir na sua modificação e adequação à realidade dos empreendimentos econômicos solidários;

- Constituir Frentes Parlamentares de Economia Solidária, com a participação popular, nos estados e municípios, e fortalecer o instrumento das audiências públicas como pressão para a criação de marcos regulatórios locais e contribuir para a construção do marco regulatório nacional;
- Intervir nos processos eleitorais com o objetivo de inserir a Economia Solidária nos programas de governos (municipais/estaduais/federal) e nas plataformas dos mandatos de deputados/vereadores/senadores, com atenção para que a Economia Solidária se mantenha apartidária e que não seja instrumento de aparelhamento político-partidário;
- Lutar pela criação de fundos públicos estaduais e municipais específicos para a Economia Solidária, que estabeleçam uma porcentagem do orçamento para cada Secretaria envolvida com a política estadual ou municipal de Economia Solidária;
- Fortalecer a luta no campo legislativo de movimentos sociais que desenvolvem a Economia Solidária, por exemplo, contra a incineração do material reciclável, os agrotóxicos e os transgênicos, e de pautas afirmativas como das mulheres, do artesanato e demarcação de terras indígenas e quilombolas;
- Continuar propondo/lutando pela criação do Ministério de Economia Solidária, ou Secretaria Especial, com fundo, estrutura administrativa e operacional com autonomia nos níveis federal, estadual e municipal;
- Enquanto não há um Ministério específico, fortalecer a Secretaria Nacional de Economia Solidária, e lutar para criação de secretarias nos estados e municípios;
- Fortalecer o GT de Marco Legal do FBES, que mantenha atenção as questões legais que envolvem a Economia Solidária, trazendo também contribuições dos demais movimentos sociais. O Gt deve ser responsável pela incidência junto ao Conselho Nacional de Economia Solidária;
- Realizar estudo do impacto da legislação referente ao Micro empreendedor Individual (MEI) na Economia Solidária, identificando seus impactos negativos e positivos, e como está ocorrendo esta relação;
- Buscar um formato para tributos menores que possibilite a comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários (ex. similar ao que foi concedido às microempresas), além de explicitar e aprender com os estados e municípios que conseguiram tributação específica e incentivo às compras públicas dos EES. Além disso, criar instrumentos jurídicos que permitam a inclusão de EES informais na disputa de compras públicas;



- Buscar incidir na destinação de percentuais (no mínimo 10%) dos recursos provenientes dos royalties do pré-sal e gás natural, bem como, dos recursos provenientes dos royalties das hidrelétricas para investimentos em políticas públicas de Economia Solidária. Lutar pela constituição de um fundo público nacional da Economia Solidária, inclusive com recursos oriundos do pré-sal, mantendo a reflexão e a crítica sobre o impacto ambiental destas fontes de energia;
- Fomentar a criação da lei de Fundos não reembolsáveis destinados para os Bancos Sociais, garantindo uma porcentagem desses fundos para os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários, Cooperativas de Crédito e Clubes de Troca. Neste sentido, também manter agenda com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Para a Lei Geral das Cooperativas (PLS 3/2007 e 153/2007):
 - Que sejam reconhecidas centrais com 100 cooperativas.
 - Garantir o direito a não filiação a centrais.
 - Reduzir a tributação com a redução do número necessário de cooperados para iniciar uma cooperativa.
 - Criar “supersimples” das cooperativas.
- Acompanhar e monitorar a implantação do Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho-PRONACOOP, como fundo público criado pela Lei das Cooperativas de Trabalho (12.690/2012). Também é importante aprofundar este debate sobre esta lei e avaliar a relação do PRONACOOP com a Economia Solidária;
- Lutar pela criação e ampliação da dotação orçamentária (municipal, estadual e federal) para a Economia Solidária;
 - Elaborar cartilhas para divulgação da pauta do marco legal, como da lei das cooperativas aos empreendimentos solidários, contemplando os principais pontos da lei que estão relacionados com as iniciativas solidárias, esclarecendo quais mecanismos de reivindicação os empreendimentos solidários possuem, assim como cartilha sobre o Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário e o PRONINC.

3.2. Educação e Cultura

Compreendemos que todas/os somos educadoras/es e educandas/os, que a educação na Economia Solidária se faz no processo de produção e reprodução da vida e cumpre um papel preponderante de mediação e contribuição para as transformações sociais.

A relação entre a cultura e a Economia Solidária pode ser compreendida como reconhecimento, valorização e respeito à diversidade popular e social, na construção de uma nova identidade que tem na autogestão, no



trabalho associado e no território sua expressão. Duas expressões da cultura precisam se articular, ao relacionarmos com a Economia Solidária:

- ✓ A cultura popular que é vivenciada no cotidiano das pessoas e partilhada entre gerações, com o passar do tempo, transformando-se numa tradição que é reconhecida como uma cultura viva e por isso, através do tempo também vai se recriando.
- ✓ A cultura digital está em constante construção, estando relacionada à produção e reflexão através dos meios digitais da conexão em rede e da democratização do acesso a informação. A cultura digital que falamos é livre, sendo que o software livre e o código aberto, formas de autonomia e empoderamento da/o usuária/o.

A Economia Solidária se articula às manifestações da cultura em seu caráter de resistência e de produção de um outro projeto de sociedade.

A articulação da Economia Solidária à educação e à cultura se ancora nas práticas e conceitos da educação popular, de saberes e conhecimentos coletivos e livres. A partir da educação popular nosso horizonte está em avançar na vivência sobre a Pedagogia da Autogestão por meio:

- ✓ da gestão participativa das/os trabalhadoras/es na construção e no desenvolvimento das atividades formativas nos empreendimentos, redes e comunidades.
- ✓ de momentos de reflexão e pesquisa, sobre os processos coletivos de gestão e organização da produção, da vida material e social, como elementos de experimentação no local de trabalho. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e produção de saberes coletivos.
- ✓ do território como ponto de partida para imersão na realidade.

A Economia Solidária reconhece o trabalho como princípio educativo e ato político, na construção de conhecimentos e de relações sociais que rompem com a cultura individualista, patriarcal e da divisão sexual do trabalho.

É fundamental reconhecer que existem relações de poder entre mulheres e homens e que as mulheres ocupam um lugar de desvantagem na sociedade. Esta questão está baseada no pensamento patriarcal, pelo qual existe uma superioridade dos homens em relação às mulheres. É preciso desnaturalizar esse pensamento e isso deve passar por um processo de educação, visando acabar com as desigualdades e a opressão vivida pelas mulheres.

A educação em Economia Solidária deve contribuir para organização de novas formas de viver, produzir, comercializar, consumir e distribuir riquezas, gerando solidariedade, cooperação e igualdade de gênero. Deve ser libertadora e emancipadora, reconhecendo as mulheres como sujeitos desse processo. A metodologia autogestionária, orientada pelos princípios da educação popular nos processos de decisão, seja no planejamento, na realização, na avaliação e na sistematização das atividades, deve ressaltar e estimular a autonomia das mulheres.



A construção do conhecimento, quando baseada nestes princípios, se dá a partir da ação-reflexão-ação, baseada na prática vivida e refletida. Como afirmamos nas Oficinas Nacionais de Formação e na Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica, nossa ação deve prever e incorporar, como parte integrante da estratégia metodológica, a realização de processos estruturados, de avaliação e sistematização das práticas e experiências desenvolvidas na Economia Solidária, tendo em vista a produção e a socialização dos conhecimentos e/ou tecnologias sociais que resultem das ações efetivadas com – e pelos – empreendimentos solidários.

A sistematização das experiências da Economia Solidária é ferramenta para a construção do conhecimento pelas/os trabalhadoras/es que a vivenciam. Este exercício é indispensável, assim como relacionar saberes (popular/científico), contribuindo para o fortalecimento e empoderamento dos mesmos. Já na I Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária afirmamos que o principal produto da sistematização é o próprio conhecimento produzido coletivamente, que se manifesta através de uma nova práxis, gerando avanços nos campos econômico, político-social e ético-cultural, através de:

- mudança de postura, hábitos e comportamentos.
- engajamento em lutas coletivas.
- aprimoramento da militância.
- avanço do processo das lutas sociais.

Engajada com a emancipação das classes trabalhadoras, nossa prática educativa deve ser feita coletivamente, no ir e vir na teoria e na prática cotidiana, de quem faz a Economia Solidária. Os temas e conteúdos a serem desenvolvidos nas atividades de formação, assessoria técnica, elevação de escolaridade, acesso à tecnologias sociais, inclusão digital, entre outras ações educativas, devem partir da realidade territorial, sendo construídos coletivamente. As Oficinas Nacionais e a Conferência Temática de Formação e Assessoria Técnica fornecem indicativos de eixos a serem desenvolvidos em processos educativos na Economia Solidária, o que assinala a importância de que todas/os tenhamos conhecimento dos seus resultados.

Balanço

São avanços e desafios, à luz das bandeiras da IV Plenária:

- ✓ Houve a consolidação de uma concepção consistente sobre o que entendemos por “educação em Economia Solidária”, nas suas diversas dimensões: formação, assessoria técnica, elevação de escolaridade, acesso à tecnologias sociais, inclusão digital, entre outros. Entretanto, ainda temos o desafio de difundir e enraizar esta concepção nas bases do movimento.
- ✓ Iniciou-se o processo de construção da identidade, em torno da/o educador/a em Economia Solidária, tendo o desafio do auto reconhecimento das pessoas nesta identidade, bem como, a apropriação e democratização dos debates realizados neste tema.



- ✓ Observamos a construção e fortalecimento dos coletivos estaduais de educadoras/es, e do embrião da Rede Nacional de Educadoras/es em Economia Solidária, o que aponta o desafio do aprofundamento do debate sobre a relação da Rede com os GTs de Educação e Cultura nos estados e nacional do FBES, assim como a ampliação das articulações com outros movimentos sociais e o avanço na construção de estratégias de troca de saberes entre as/os educadoras/es.
- ✓ Construíram-se referenciais teórico-metodológicos sobre a pedagogia da autogestão, ampliando as oportunidades de oferta de processos educativos para trabalhadores/as da Economia Solidária, porém estes referenciais ainda não estão consolidados e apropriados por todas/os.
- ✓ Avancamos na afirmação de que a produção do conhecimento em Economia Solidária se faz a partir do chão do trabalho associado e que, portanto, a sistematização de experiências de trabalho coletivo e autogestionário é a metodologia fundante deste processo para a pedagogia da autogestão, embora ainda seja necessária uma maior apropriação desta metodologia pelo conjunto dos/as trabalhadores/as.
- ✓ Houve produção de materiais pedagógicos para os processos educativos em Economia Solidária, embora ainda seja um desafio combater a linguagem sexista e racista nos mesmos, bem como, buscar uma maior adequação dos materiais ao nosso público.
- ✓ A implantação do projeto Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) foi muito importante, pois iniciou um processo de formação de educadoras/es que por sua vez já iniciaram um processo educativo junto às bases do movimento, através de diferentes estratégias. Porém, é necessário entender que a estratégia educativa não pode estar atrelada apenas às atividades promovidas pelo CFES: temos o desafio de criar a nossa própria estratégia educativa.
- ✓ Há a necessidade de incorporação, pelo movimento, do debate sobre a relação da cultura e Economia Solidária, ampliando o diálogo com movimentos que atuam neste campo, através, por exemplo, dos debates da Conferência de Cultura e Economia Solidária.

Nota: O debate resultante da V Plenária não trouxe elementos que permitissem o balanço sobre as seguintes bandeiras da IV Plenária, mas foram indicadas ações que remetem à necessidade de desenvolvê-las:

- Pelo fomento à criação e manutenção de Centros Públicos de apoio à Economia Solidária.
- Pela inclusão da Economia Solidária na educação formal (educação infantil, de jovens e adultos, básica, média e superior).
- Formar e sensibilizar a população para o consumo consciente.
- Por um Programa Nacional de Assistência Técnica em Economia Solidária.



Orientações para a ação

- Desenvolver a pedagogia da autogestão, a partir do trabalho nos empreendimentos solidários, das ações do FBES nos territórios e na articulação nacional.
- Consolidar a articulação do Grupo de Trabalho de Educação e Cultura do FBES com a organização de uma Rede de Educadoras/es da Economia Solidária, tendo como principais objetivos:
 - ✓ Avançar na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Economia Solidária.
 - Considerar entre as temáticas de processos formativos, além das indicadas nas oficinas nacionais de formação em Economia Solidária e Conferência Temática de Educação e Assessoria Técnica: sustentabilidade ambiental, a relação Estado e sociedade civil, diversidades, território e territorialidade, autogestão e sua relação com a sociedade, a relação da economia solidária com as lutas histórica dos trabalhadores/as.
 - ✓ Sistematizar e divulgar as experiências da Economia Solidária.
 - ✓ Articular os processos educativos da Economia Solidária com a educação do campo e educação de jovens e adultos, na perspectiva de fortalecer as práticas da educação popular e sua relação com a autogestão.
 - ✓ Consolidar um banco de dados com os saberes na Economia Solidária para favorecer processos educativos e intercâmbios.
 - ✓ Promover ações educativas na perspectiva de:
 - Formação constante sobre o histórico organizativo e estrutura do FBES para as/os integrantes novas/os.
 - Formação junto aos/às trabalhadores/as do movimento de Economia Solidária.
 - Combater a linguagem sexista e racista, oral e escrita em todos os documentos e discursos do FBES.
 - Formação de gestores/as públicos/as, integrantes de conselhos de políticas públicas e entidades de assessoria e fomento.
 - ✓ Formação para educadores/as do ensino público em Economia Solidária.
 - ✓ Formação de educadores/as em Economia Solidária, contemplando braile e libras, na perspectiva da acessibilidade.
 - ✓ Promoção da Economia Solidária junto à juventude.
 - ✓ Criação de uma rede de educação para o consumo consciente, que elabore formas de conscientizar as pessoas para o consumo dos produtos e serviços da Economia Solidária e incentive a criação de Rede de Consumidoras/es, incentivando as compras coletivas.
 - ✓ Realização de cursos de capacitação na área da produção, de



acordo com as demandas dos grupos.

- ✓ Realização de campanhas educativas e debates contra a incineração do material reciclável, em conjunto com o Movimento de Nacional Catadores/as e articular as campanhas da economia solidária com a Campanha Nacional contra Agrotóxicos.
- ✓ Consolidar um banco de dados de publicações na Biblioteca Virtual que já vem sendo desenvolvida.
- Os processos educativos em Economia Solidária que envolvem ações de formação, assessoria técnica, elevação de escolaridade, acesso à tecnologias sociais, inclusão digital, entre outros, devem:
 - ✓ Estar voltados para a construção da autonomia e empoderamento dos/as trabalhadores/as associados/as.
 - ✓ Denunciar e desconstruir a cultura patriarcal e capitalista nas práticas da Economia Solidária, garantindo as especificidades da formação, assessoria técnica, elevação de escolaridade, acesso à tecnologias sociais, entre outros processos educativos adequados às experiências produtivas das mulheres.
 - ✓ Incluir o tema raça/etnia e gênero como uma das dimensões estruturantes das desigualdades nos processos de educação e com isso fortalecer a auto-organização das mulheres visando a transformação destas desigualdades.
 - ✓ Promover a elevação da escolaridade das/os trabalhadoras/es.
 - ✓ Promover a inclusão digital das/os trabalhadoras/es da Economia Solidária. Neste sentido, esta ação deve se orientar para ampliar as ações de democratização do acesso a tecnologia e a informação.
 - ✓ Estimular a interação e os intercâmbios entre os empreendimentos da Economia Solidária, inclusive com uso da educação à distância na troca de experiências entre as várias localidades.
 - ✓ Desenvolver tecnologias sociais coerentes com a realidade cultural, social e econômica dos empreendimentos/redes.
 - ✓ Resignificar a compreensão de técnica, tecnologia e conhecimento, de forma a avançar na compreensão de que a técnica é imbuída de um processo histórico, que responde a demandas estruturais e que a Economia Solidária precisa recriá-la dando-lhe novo significado.
 - ✓ Garantir nos diagnósticos e mapeamentos da Economia Solidária dados desagregados por sexo, raça e classe, de forma a permitir análises da realidade considerando estas três dimensões como estruturantes das desigualdades.
 - ✓ Valorizar e sistematizar os saberes e tecnologia das mulheres, das diversas raças/etnias, povos e comunidade tradicionais, dos diversos grupos considerando LGBT, geração, juventude, urbano, rural, pessoas em situação de vulnerabilidade, egressos do sistema



prisonal, saúde mental e pessoas com deficiência. Levando a aprofundamentos, discussões, articulações e formulações de metodologias a partir das lutas, das vivências e conquistas.

- ✓ Desenvolver metodologias voltadas para a juventude como: rede social e assessoria técnica.
- ✓ Realizar processos formativos que possibilitem a inclusão das pessoas com deficiência na Economia Solidária, criando metodologias inclusivas das pessoas com deficiências.
- ✓ Realizar processos formativos em economia solidária junto a movimentos sociais.
- ✓ Formar e sensibilizar a economia popular sobre economia solidária.

Espaços educativos

- Avançar na ação educativa popular em Economia Solidária nos espaços formal, não-formal e informal:
 - ✓ Os Fóruns de Economia Solidária devem realizar momentos formativos permanentes, garantindo agendas locais de formação para os sujeitos da Economia Solidária em todos os seus segmentos, pois sempre tem gente nova chegando.
 - ✓ Que a Rede de Educadoras/es se constitua como espaço de produção, articulação, mediação e desenvolvimento de processos educativos.
 - ✓ Criar Centros Culturais, para todas as faixas etárias, possibilitando maior acesso à formação profissional e política.
 - ✓ Consolidar ou criar Centros Públicos de Economia Solidária, oferecendo também assessoria técnica para os empreendimentos.
 - ✓ Incentivar a criação de incubadoras populares nas comunidades.
- Incidir junto à educação formal para:
 - ✓ Inserção da Economia Solidária nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como tema transversal para os ensinos fundamental, médio e superior.
 - ✓ Realização de jornadas pedagógicas nas escolas públicas e técnicas sobre Economia Solidária e o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS), contribuindo com a conscientização da juventude.
 - ✓ Nos processos educativos sobre Economia Solidária realizados em escolas, articular a cultura popular local com a contribuição nestas atividades de empreendimentos da área cultural.
 - ✓ Ampliação de processos educativos da Economia Solidária no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional, com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (PROEJA), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em Economia Solidária e Programa Nacional



de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).

- Criar projetos específicos da economia solidária para as crianças e jovens na educação do campo.
 - A economia solidária ocupar os espaços de educação com coletivos culturais transmitindo os valores e princípios da Economia Solidária, por meio da educação popular.
- ✓ Envolver as universidades e centros de pesquisa no mapeamento e assessoria aos empreendimentos solidários.
- Fortalecer o vínculo e a integração do movimento de Economia Solidária com núcleos de extensão das universidades.
 - Constituir as sedes das incubadoras universitárias, como Casas Sustentáveis, construídas dentro de padrões de sustentabilidade ambiental.

Identidade, cultura e expressões da solidariedade

- Aprofundar a compreensão dos conceitos de identidade, cultura e bem viver, a partir da concepção que construímos sobre território, num olhar transversal sobre gênero, raça/etnia e classe.
- Realizar formação sobre raça/etnia, gênero, povos e comunidade tradicionais, orientação sexual, geração, juventude, urbano, rural, pessoas em situação de vulnerabilidade, pessoas com deficiência, egressos do sistema prisional e saúde mental.
- Produzir publicações em braile sobre Economia Solidária.
- Ampliar diálogo e articulação com as experiências de cultura existentes nos movimentos que já possuem acúmulo na temática: movimento negro, movimento quilombola, cultura digital, cultura popular, dentre outros.
- Articular ações de educação e cultura nos processos educacionais; inserir os aspectos culturais e, nas manifestações culturais, reforçar as práticas e princípios da educação popular e da autogestão.
- Garantir que os processos de Educação Popular, revalorizem, afirmem e resignifiquem a cultura popular.
- Construir uma identidade cultural da Economia Solidária, a partir da nossa diversidade, consolidando nossos símbolos.
- Incorporar os elementos das manifestações populares, para além do campo religioso, como Teatro do Oprimido e a Dança Circular, como parte de nossas expressões de solidariedade e bem viver/mística.
- Agregar nas ações da Economia Solidária a interface com a economia criativa da cultura, de forma a gerar valorização do produto cultural dentro das feiras e eventos, como estratégia de comercialização dos produtos da Economia Solidária e do fazer cultural.
- Aproximar-se do movimento Recurso Educacional Aberto – REA: música livre e livros didáticos regionais.



- Contribuir para a pesquisa e o resgate da cultura tradicional (por exemplo: pesquisar o turismo étnico e Arranjo Produtivo Local - APL voltado para a música, a arte, dentre outros)
- Apropriar-se das discussões sobre propriedade intelectual, acesso à Banda Larga, dentre outro temas:
 - ✓ Promover nas instâncias do movimento da Economia Solidária (fóruns e plenárias) debates sobre a estética artística que resgata a cultura, agregando os valores da economia popular solidária.
 - ✓ Promover a articulação da cultura popular com a cultura digital.
 - ✓ Estimular e divulgar a criação de empreendimentos das diversas manifestações culturais.

3.3. Estratégias Econômicas (produção, comercialização, consumo e finanças solidárias)

No quadro das profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho, a Economia Solidária tem levado pessoas e comunidades a criarem, cada vez mais, espaços de produção, comercialização, consumo e finanças solidárias, exercitando com isso, o que acreditamos ser a forma de bem viver, capaz de gerar protagonismo, cidadania, geração de renda, autonomia e solidariedade, através da participação das pessoas nas ações locais, da cooperação e da autogestão. Na discussão sobre a emancipação, fica claro que ela se dá, também, por meio das relações na produção e comercialização, numa economia voltada para a solidariedade, cooperação e autogestão.

Um dos grandes desafios está justamente em construir uma diversidade de estratégias para a alteração dos atuais mecanismos de funcionamento do mercado e das atividades econômicas, que ao mesmo tempo deem um retorno imediato aos empreendimentos solidários para que a Economia Solidária aconteça concretamente, garantindo o bem viver das pessoas envolvidas, conseguindo, com isso, chamar cada vez mais a atenção da sociedade para este novo modelo de desenvolvimento.

Este novo modelo de desenvolvimento sustentável proposto e colocado em prática pela Economia Solidária reconhece a contemporaneidade do trabalho autogestionário, com o intuito de criar uma rede de trabalhadores/as mutuamente relacionados, valorizando e fortalecendo as vocações, biodiversidade e particularidades locais, regionais e nacionais, que leva em conta os saberes e culturas populares, a história das comunidades, das etnias e de suas raízes, bem como a plena incorporação das mulheres, jovens, negros, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, pescadores/as, catadores/as, entre outros, em igualdade de condições na vida política, econômica e cultural do país, como pressuposto fundamental para superar as desigualdades que ainda hoje persistem.

Constatamos vários avanços, desde a IV Plenária Nacional, na produção, comercialização, consumo e finanças solidárias, que vêm se consolidando através das práticas diferenciadas, e desenhando aos poucos uma nova



forma de se estabelecer a relação entre as pessoas, com o meio ambiente, com o mundo do trabalho e com o mercado. As experiências locais têm ampliado suas dimensões no campo do desenvolvimento econômico, territorial e do bem viver.

Na IV Plenária já afirmávamos que “A perspectiva de transformação social que constitui o horizonte mais amplo do movimento de Economia Solidária só pode ser garantida se conseguirmos afirmar os empreendimentos solidários como motores de desenvolvimento local, solidário e sustentável, o que indica a responsabilidade e importância deste eixo e da estratégia de organização e articulação em redes e cadeias solidárias”.

Agora temos a preocupação com o fortalecimento e a diversificação de empreendimentos solidários nos diversos setores econômicos, tais como: cultura, esporte e lazer, informática, prestação de serviços, etc. Na área das finanças solidárias ressalta-se o crescimento e fortalecimento dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e dos Fundos Solidários, assim como das cooperativas de crédito.

Vale destacar que neste tema temos várias orientações que trazem uma necessidade de parceria com o poder público para acesso a recursos, políticas e condições justas e adequadas para as experiências solidárias neste campo.

Balanço

Produção, Comercialização, Consumo

- ✓ A criação de novos programas e projetos de apoio a produção, comercialização e consumo, em âmbito estadual e municipal é um avanço, embora sejam muitos os estados e municípios que ainda não o fizeram, e no âmbito federal ainda são muito aquém das necessidades da Economia Solidária;
- ✓ Temos ampliado a quantidade de redes e cadeias da Economia Solidária, bem como criado novas, mas precisamos ainda continuar com esta estratégia, pois os empreendimentos conseguem ser mais fortes quando organizados em redes e cadeias solidárias;
- ✓ A realização de feiras de economia solidária em rede, ampliando as possibilidades de comercialização solidária e a diversificação de produtos ofertados ao público consumidor foi um avanço, mas observamos que a estratégia das feiras ainda precisa ser ampliada e fortalecida em todos os níveis: local, estadual e nacional;
- ✓ A partir da realização de feiras-eventos, foram criadas várias feiras permanentes e outros espaços fixos de comercialização solidária, o que é um avanço, mas esta ainda é uma estratégia que precisa ser ampliada, necessitando maior articulação entre as feiras-evento e as feiras permanentes;
- ✓ A Produção de filmes e campanhas de divulgação da comercialização solidária por diferentes organizações, ampliando o leque de materiais que dão visibilidade à economia solidária, ao comércio justo e solidário, ao consumo consciente e às finanças solidárias é um avanço, mas ainda precisamos democratizar o



acesso a estes materiais e continuar produzindo outros para ampliar a troca de experiências na área;

- ✓ A Realização de pesquisas e enquetes com a publicação dos seus resultados em formato de livros, cartilhas e teses permitindo uma visão diferenciada dos processos de produção, comercialização e organicidade dos empreendimentos solidários, bem como das suas redes e cadeias é um avanço. Nesta temática, ainda temos o desafio de ampliar o financiamento para tais pesquisas e torná-las mais conhecidas pela sociedade e por todos os sujeitos sociais que praticam a Economia Solidária;
- ✓ Observa-se o fortalecimento do processo de articulação institucional em relação à sociedade civil, universidades e destas com o poder público, o que fortalece o movimento de economia solidária. Estas experiências, entretanto, ainda são poucas em relação à necessidade dos empreendimentos solidários, sendo portanto necessário ampliá-las;
- ✓ A assinatura do Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010, que instituiu o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, e criou sua Comissão Gestora Nacional, bem como a resolução do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) que define sua composição, é vista como um avanço, porém ainda temos os desafios no sentido de difundir o Sistema de Comércio Justo e Solidário (SCJS) para todos os empreendimentos solidários, bem como aprofundar o debate sobre o sistema de garantia e as formas de certificação;
- ✓ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em suas diversas modalidades, bem como a Lei nº 11.947/2009 (que no artigo Art. 14 estipula que do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações) foram grandes avanços. Percebe-se que nestas leis há uma prioridade para os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, dispensando-se o procedimento licitatório. Elas foram muito importantes para fortalecer a agricultura familiar, não só através da comercialização, mas também estimulando os processos de agregação de valor à produção e até mesmo a organização dos produtores. Falta ainda, porém, organizar melhor a produção e a organização em vários municípios para fazer com que estes programas possam ser implementados.

Finanças Solidárias

- ✓ A ampliação do PAPPS – Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários do BNB para apoio aos Fundos Solidários (FS) pode ser considerada como um avanço, embora os recursos aportados para este fim ainda sejam insignificantes face à realidade da Economia Solidária no Brasil;



- ✓ Um importante avanço foi a experiência vivenciada pelo comitê estadual de fundos solidários da Bahia que conquistou um edital para Fundos Solidários, servindo como um exemplo que os demais estados e municípios podem conhecer e buscar replicar;
- ✓ O mapeamento Nacional dos Fundos Solidários identificou experiências nesta área que contribuem com o desenvolvimento sustentável local e territorial, mas precisamos ampliar o mapeamento para ter mais informações sobre a realidade;
- ✓ Há um reconhecimento da importância estratégica dos Fundos Solidários na ação de diferentes movimentos sociais (ASA, Segurança Alimentar, Movimento de Luta pela Terra, Movimento de Moradia, Agroecologia, entre outros), mas ainda precisamos, a partir desta estratégia, avançar na aproximação do movimento de economia solidária com os movimentos citados;
- ✓ A assinatura da portaria que regulamenta as doações de produtos apreendidos pela receita federal para constituição dos Fundos Solidários foi um avanço nas políticas públicas, mas ainda precisamos democratizar este conhecimento para todas as pessoas do movimento;
- ✓ Há hoje uma maior visibilidade da relação entre os Fundos Solidários e as experiências agroecológicas. Mas como podemos nos espelhar nestas experiências para a construção de Fundos Solidários nas áreas urbanas?
- ✓ Apesar de quase não existirem experiências deste tipo podemos considerar um avanço a inovação de Fundos Solidários no meio urbano com recorte étnico racial, inédito no Brasil (articulação entre movimento negro e governo) e precisamos divulgar e experimentar novas iniciativas neste campo;
- ✓ Houve uma maior participação das iniciativas de Fundos Solidários em feiras, intercâmbios, mostras, processo de comercialização e formação/capacitação, ajudando na articulação e na visibilidade de iniciativas autogestionárias, mas as estratégias de articulação entre os processos educativos e de produção, comercialização, consumo e finanças solidárias ainda precisam ser aprimorados;
- ✓ Há um aumento dos empreendimentos solidários que utilizam os Fundos Solidários como estratégia para estimular sua articulação em redes e cadeias solidárias, promovendo uma melhoria na condição de produção, comercialização e distribuição de renda, que são compartilhados por meio de práticas de gestão democrática e autogestionária, mas ainda precisamos ampliar esta estratégia, divulgando-a e promovendo intercâmbio para que os empreendimentos que ainda não a praticam possam utilizá-la;
- ✓ Há uma ampliação do diálogo da sociedade civil com os governos através da criação e expansão de comitês de Fundos Solidários (Ceará, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul), mas ainda precisamos buscar criar tais comitês em todos os estados;



- ✓ Apesar da expansão do número de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) de 35 em 2008 para 102 em 2012, nem todos os nossos territórios conhecem esta experiência e, portanto, ela precisa ser ampliada;
- ✓ Percebemos que houve um fortalecimento da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, além da criação de Redes Locais e Estaduais, mas ainda é necessário consolidar as Redes, integrando sempre os novos bancos criados;
- ✓ Há um reconhecimento, credibilidade e legitimidade institucional da prática dos Bancos Comunitários, bem como a visibilidade para a sociedade através dos meios de comunicação e para dentro do próprio movimento de Economia Solidária, porém, percebe-se que ainda há desafios para que este reconhecimento seja ampliado a partir de um maior acesso às informações de como operacionalizar os Bancos Comunitários;
- ✓ O surgimento de programas públicos (Federal, Estadual, Municipal) de apoio aos Bancos Comunitários é um avanço, mas em cada território ainda temos que lutar para que isto se amplie;
- ✓ Houve uma expressiva produção de conhecimento científico e consolidação da tecnologia social das finanças solidárias com base em bancos comunitários, divulgados através de publicações, artigos, cartilhas conceituais, teses de doutorado e mestrado, dentre outros, mas isto ainda é restrito a algumas universidades e territórios. É preciso avançar para que isto aconteça de maneira mais ampla em todo o território nacional;
- ✓ Há uma ampliação e aperfeiçoamento na forma de promover o acesso ao microcrédito a populações mais excluídas do sistema financeiro – inclusão financeira e bancária, possibilitando o surgimento e fortalecimento de empreendimentos solidários, mas num país com o tamanho do Brasil ainda é um desafio conseguir que mais empreendimentos de finanças solidárias possam atuar neste campo;
- ✓ A aproximação com o Banco Central e outros agentes financeiros (CEF, BNDES, BNB, BASA, BANESTES, BANDES) pode ser considerada um avanço, mas ainda é necessário ter maior incidência junto a estes organismos de financiamento para disputar os fundos públicos para a Economia Solidária;
- ✓ Houve uma ampliação no número de organizações que atuam e fomentam a metodologia dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, mas este número ainda é pequeno em função das demandas concretas de criação. Por isso precisamos pensar uma estratégia para que possamos ter, em cada estado, no mínimo uma organização capaz de atuar e fomentar os Bancos Comunitários;
- ✓ Percebe-se uma maior visibilidade do tema das finanças solidárias enquanto outro modo de relação econômico-financeira, mais apropriada à realidade de populações em situação de risco e vulnerabilidade social, mas ainda é necessária uma maior



articulação com a Rede de Educadores/as para que haja uma ampliação de processos educativos nesta temática;

- ✓ Observamos que as práticas de finanças solidárias incidem diretamente no processo de desenvolvimento territorial e sustentável das redes e organizações sociais. Precisamos, portanto, ampliar esta estratégia ao organizar planos territoriais de desenvolvimento da Economia Solidária;
- ✓ Outro avanço é a criação e diversificação da oferta de produtos e serviços financeiros solidários (diferentes linhas de crédito: microsseguro, correspondente bancário, moeda social, agente de desenvolvimento e educação financeira, entre outros), mas esta oferta ainda não está presente em todos os nossos estados e municípios;
- ✓ O amadurecimento das tecnologias de gestão dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e a consolidação do papel do agente de desenvolvimento comunitário de inclusão sócio produtiva é um avanço, mas a presença dos agentes está relacionada com a implementação de Bancos Comunitários em um maior número de estados e municípios;

Orientações para a ação

a) Incidência para consolidação e fortalecimento do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS)

- Difundir o SCJS para todos os sujeitos sociais presentes nas dinâmicas da economia solidária.
- Aprofundar o debate a respeito do sistema de garantias dos produtos e serviços da Economia Solidária, realizando processos educativos para tratar disso e garantir a certificação participativa dos produtos da ES, sem intermediadores.
- Lutar para que sejam criados mecanismos para garantir a implementação do comércio justo e solidário.
- Lutar pela implantação do DCESOL (Declaração de conformidade da Economia Solidária), inspirada na DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf para os empreendimentos poderem comercializar seus produtos e serviços, também com o mercado institucional (compras públicas de produtos e serviços da Economia Solidária) e ter a agricultura familiar como exemplo neste tema.
- Fazer incidência política junto a SENAES para que a Comissão Nacional do Comércio Justo – SCJS se reúna periodicamente para a implementação do mesmo.
- Que os fóruns estaduais e municipais façam incidência para que os Conselhos criem Comissões estaduais e municipais de implementação do SCJS.
- Que os fóruns estaduais e municipais façam mobilização para que as três esferas do Estado (nacional, estadual e municipal) implementem o SCJS.



b) Produção, Comercialização e Consumo

- Que o FBES, em suas diversas instâncias (nacional, estaduais e municipais) proponham a ampliação do teto por família e aumento de recursos para os programas federais (PAA, PNAE);
- Que os EES através de suas redes e cadeias se organizem e busquem pressionar para a desburocratização jurídica, sanitária e tributária para que 100% da alimentação escolar seja fornecida pela Economia Solidária e Agricultura Familiar;
- Lutar pelo estabelecimento de um marco regulatório específico, simplificado e desburocratizado para as questões sanitária, tributária e fiscal que reconheça a especificidade do EES rurais e urbanos, visto que a atual legislação tem se mostrado inadequada e voltada para o modelo industrial;
- Efetivar o cuidado e respeito à natureza em todas as etapas da produção, da comercialização e do consumo;
- Garantir equipamentos que prezem pela ergonomia para as atividades produtivas dos empreendimentos solidários;
- Levar para os bairros e feiras atividades formativas sobre Economia Solidária, fomentando o consumo solidário da população em igrejas, associações, escolas, etc. para fazer a divulgação do nosso projeto, provocando a conscientização e mudança de postura nas pessoas;
- Fortalecer as feiras, os circuitos e redes/cadeias de produção, comercialização e consumo;
- Estabelecer parcerias e valorizar os pequenos comerciantes locais, abrindo oportunidades de comercialização e consumo de nossos produtos localmente, contribuindo assim com o desenvolvimento local;
- Garantir o fortalecimento dos processos de comunicação e divulgação dos produtos e serviços da Economia Solidária;
- Melhorar as condições para escoar a produção desenvolvida nos princípios da Economia Solidária e a logística solidária como um todo;
- Fortalecer a presença das mulheres nos espaços de produção, comercialização e consumo, visibilizando sua produção;
- Construir formas de socializar as tarefas do cuidado das pessoas nos espaços da economia solidária, por exemplo: com cirandas solidárias e rotatividade de funções; e ainda, garantir, nas atividades, recreadoras/es responsáveis por cuidar das crianças para facilitar a participação das mulheres;
- No âmbito da Agricultura Familiar é fundamental lutar pela ampliação do financiamento para a criação e/ou implementação de agroindústrias, bem como ampliar os recursos para o financiamento da construção de cisternas e fortalecimento dos elementos agregados a ela como produção agropecuária, hortas comunitárias, dentre outros.



c) Fortalecer, criar e articular redes e cadeias de produção, comercialização e consumo.

- A organização em redes e cadeias produtivas econômicas fortalece os EES e neste sentido, o FBES (nacional, regionais, estaduais e municipais) deve promover este modelo de organização;
- A organização dos EES deve ser, preferencialmente, em redes e cadeias fortalecendo a rede no município e a partir daí ampliar para o estado, depois para o país;
- Lutar pela criação de mecanismos para investimentos nos processos de organização das cadeias produtivas e das redes da Economia Solidária;
- Buscar parcerias com o poder público para incentivar o intercâmbio entre redes e cadeias produtivas para abertura de mercados;

d) Fortalecer, criar e articular espaços e iniciativas de comercialização solidária

- Propiciar e garantir mercado para escoamento dos produtos dos empreendimentos solidários evitando atravessadores, criando estratégias para ampliar e manter os mercados locais da Economia Solidária, utilizando os espaços de Feiras Livres, bem como, a realização de feiras municipais e estaduais de Economia Solidária para facilitar a comercialização dos empreendimentos e para dar visibilidade às práticas solidárias;
- Articular a criação e/ou fortalecimento, ampliação e manutenção de espaços físicos voltados para a comercialização dos produtos da Economia Solidária nos municípios, estruturando e/ou reestruturando os Centros de referência em ES, as Centrais de Comercialização e feiras permanentes, enquanto espaços de formação, apoio à produção, qualificação dos empreendimentos, distribuição regulatória e comercialização diária do ponto de vista territorial integrado;
- Fomentar a criação de uma rede nacional de comercialização solidária, onde os empreendimentos denominados pontos fixos de comercialização tenham espaços para trocas de produtos, comercialização e articulação das diferentes práticas, com o objetivo de fortalecer a Economia Solidária e proporcionar o desenvolvimento local e territorial a nível municipal, estadual, regional e nacional;
- Ter pontos fixos mais adequados às necessidades dos EES;
- Fortalecer os processos de comercialização dos povos e comunidades tradicionais através de processos de organização de cadeias econômico solidárias;
- Seguir avançando em ações que promovam a industrialização e a comercialização, para além do extrativismo;
- Fortalecer as práticas de gestão coletiva, sobretudo, dos empreendimentos familiares para processos de comercialização em rede.
- Lutar para que se criem leis garantindo espaços de comercialização para os EES nas universidades públicas e em seus eventos diversos.



- Incidir para que se possibilite ou facilite-se o acesso tanto para comercialização, quanto para o recebimento dos produtos dos grupos produtivos de Economia Solidária e agricultura familiar no PAA e/ou PNAE nos municípios.
- Fortalecer mecanismos de controle social pelos fóruns, visando o acesso à informação do orçamento público de cada município, para o PAA e PNAE, e lutar para que tenha programas de estruturação/adequação de agroindústrias dos EES.

e) Fortalecer, criar e articular iniciativas de comercialização solidária virtuais

- Fortalecer a internet como ferramenta de divulgação dos produtos e do fortalecimento da relação entre Empreendimento Econômico Solidário (EES)/rede, de modo a estabelecer os princípios e critérios para a comercialização virtual da Economia Solidária e que possa se diferenciar da comercialização convencional.
- Ter uma estrutura para comercialização solidária virtual, incentivando a comercialização eletrônica em EES que estejam estruturados para tal.
- Garantir condições para a comercialização direta dos produtos e viabilizar a comercialização em espaços virtuais.
- Lutar pela regulamentação da comercialização eletrônica solidária, considerando as realidades de cada região.
- Promover o intercâmbio entre experiências de comercialização solidárias virtuais exitosas, articulando-as em rede.

f) Por um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (PRONADES)

- Seguir Fortalecendo as ações de finanças solidárias ampliando as iniciativas dos Fundos Solidários e Bancos Comunitários, incluindo as Cooperativas de Crédito Solidário no rumo do PRONADES;
- Lutar para que dentro do PRONADES tenha um fundo de apoio a estruturação (equipamentos, mas também estrutura física que permita maior produção e o desenvolvimento do trabalho coletivo), dos empreendimentos solidários certificados e em processo de adequação e certificação pelo SCJS, por um período de tempo que possibilite ao grupo consolidar-se e tornar-se autônomo.

g) Pelo reconhecimento, fomento e organização dos instrumentos de finanças solidárias

- Retomar o campo das finanças solidárias (Clubes de Trocas, Moedas Sociais, Rede de Bancos Comunitários, articulação dos Fundos Solidários em redes, bem como o segmento de cooperativas de crédito) como Eixo, pois a decisão da Coordenação Nacional de criar o Eixo denominado Estratégias Econômicas deixou o conteúdo deste eixo muito genérico e amplo.
- Reativar o GT de Finanças Solidárias no Fórum, fazendo com que o tema das finanças solidárias amplie seu debate e integração com o movimento, com a sociedade e com o governo. Permitir, deste modo, incidências do movimento de forma articulada na câmara



temática de finanças solidárias e crédito dos Conselhos Nacional e Estaduais de Economia Solidária, sem perder a autonomia diante do recuo de investimentos do governo federal/estadual/municipal para apoio às finanças solidárias;

- Lutar pela criação do marco regulatório das Finanças Solidárias;
- Estimular o desenvolvimento de sistemas territoriais de finanças solidárias, que articulem todas as iniciativas e promovam maior integração entre as metodologias das finanças solidárias (fundos solidários, cooperativas de crédito, clubes de trocas, bancos comunitários e moedas sociais);
- Promover intercâmbios entre as iniciativas, promovendo debates sobre finanças solidárias na sociedade civil, movimentos sociais, redes e fóruns, avançando na articulação, sobretudo, dos Fundos Solidários, Bancos Comunitários de Desenvolvimento, cooperativas de crédito, clube de trocas;
- Incidir para que o Fundo Nacional e Estadual da Economia Solidária façam o recorte de gênero e promovam ações específicas para as mulheres através de linhas de crédito específicas para mulheres da Economia Solidária.

h) Fomentar, apoiar e fortalecer as experiências de Bancos Comunitários

- Que o fórum brasileiro lute para que os bancos comunitários integrem e operacionalizem os programas de microcrédito com a metodologia dos bancos comunitários.
- Lutar para que o pagamento de até 30% dos benefícios de transferência da renda sejam realizados através dos bancos comunitários nos territórios de atuação dos mesmos.
- Que os bancos comunitários de desenvolvimento façam parte dos programas de governo como: PROJovem e Poupança Jovem, como agentes executores do programa na promoção do desenvolvimento comunitário.
- Buscar a criação de fundos para bancos comunitários solidários durante as suas implantações no período de 24 meses ou o tempo que possibilite a sua consolidação.
- É preciso avançar nas tecnologias de operação e gestão dos Bancos Comunitários e das suas redes.
- Estimular e elaborar propostas de uso de moedas sociais e trocas solidárias para fortalecer estas práticas

i) Fomentar, apoiar e fortalecer as experiências de Fundos solidários

- Que o FBES(nacional, regionais, estaduais e municipais) busque junto aos governos federal, estaduais e municipais recursos para implementação de fundos solidários.
- Que os fóruns estaduais sigam o exemplo do fórum baiano, que a partir do seu comitê estadual dos fundos solidários buscou junto ao governo estadual recursos para apoiar a criação e fortalecimento dos fundos solidários.



- Que sejam difundidas experiências de fundos solidários para a realidade urbana.
- Que os fóruns estaduais criem comitês estaduais dos fundos solidários para buscar políticas públicas e democratização do acesso ao crédito.
- Incentivar os empreendimentos solidários a criarem o seu próprio Fundo Solidário, como estratégia de desenvolvimento, difundindo-os como forma de viabilidade econômica para a população, como estratégia de desenvolvimento sustentável para Economia Solidária e a economia popular em rede, para além da lógica do crédito.
- Fortalecer os Fundos Solidários a partir das experiências locais com maior incidência de reconhecimento e pertencimento das práticas econômicas solidárias, como troca de saberes com a dimensão social, política, histórica, dentre outros. Fortalecer os fundos rotativos solidários rurais, através da ampliação da discussão sobre a terra, meio ambiente, relação humana e com a natureza.

j) Fortalecer e apoiar as cooperativas de crédito

- Ampliação da implantação de cooperativas de crédito com linhas especiais de crédito para cada município, de acordo com a realidade local.

k) Sistematizar e divulgar linhas e programas de crédito de interesse à Economia Solidária

- Buscar a garantia de linhas de crédito para as mulheres urbanas, desburocratizando e ampliando o acesso ao crédito PRONAF Mulher, além da criação de compras institucionais específicas.
- Propor e incentivar a criação de linhas específicas de crédito que contemplem as juventudes, comunidades tradicionais e pessoas com deficiência.

3.4. Integração territorial e luta pela continuidade de políticas públicas

No Eixo 1 do presente documento afirmamos a importância estratégica deste tema para o movimento de Economia Solidária no Brasil, pois é no território que encontramos a nossa identidade, práticas e lutas de outros movimentos sociais na disputa do projeto político. É também no território que definimos o nosso “jeito de fazer política e economia”, dizendo não à exploração, ao patriarcado, às práticas clientelistas e corporativistas. Também identificamos que em cada um dos nossos estados ou regiões existe locais onde a dinâmica da Economia Solidária é mais organizada e, portanto, mais articulada e visível.

No território têm sido executadas as políticas públicas mais diversas, porém podemos identificar que de maneira geral as mesmas são descontínuas e fragmentadas, nem sempre atendendo às necessidades dos/as trabalhadores/as da Economia Solidária.



Para que possamos avançar na construção de processos territoriais de **EN**volvimento sustentável e solidário, temos alguns desafios a enfrentar:

- ✓ O primeiro deles é a organização e o fortalecimento de fóruns locais e/ou microrregionais. Essas instâncias são espaços que possibilitam o encontro e o reconhecimento de afinidades de valores, de práticas e de objetivos promovendo a construção de identidade entre as pessoas e em torno dos valores e princípios da Economia Solidária. Além de promover laços de identidade entre os/as participantes, são estes espaços que podem catalisar o surgimento de articulações locais ou setoriais, a partir da formação de redes e cadeias.
- ✓ A integração das redes, para além da articulação dos sujeitos do território respeitadas as peculiaridades regionais, demandas de organização e logística, pode contribuir com o fortalecimento das ações no local, através da troca de experiência e de saberes, ou mesmo da integração de estratégias econômicas.
- ✓ Precisamos criar possibilidades e maior visibilidade para alguns grupos específicos, tais como: mulheres, povos indígenas e comunidades tradicionais; pantaneiros; ribeirinhos; povos das florestas e povos do cerrado, bem como fortalecer o enfrentamento proposto pelo movimento LGBT contra a homofobia e preconceito do sistema vigente.
- ✓ Buscar inserir o universo produzido no urbano para dentro do rural e vice-versa, como uma estratégia de enfrentamento da dicotomia, alicerçada historicamente, entre estes dois espaços sociais.
- ✓ É urgente fortalecermos a luta, somando forças aos diversos movimentos sociais, como também com as entidades, empreendimentos e consumidores, direcionando para a unidade dos movimentos que possuem nuances articuladoras, a fim de construirmos uma relação de empoderamento coletivo, do poder democrático dos sujeitos políticos que protagonizarão a realização dos futuros projetos de transformação autogestionária.

Balanço

- A articulação permanente com os outros movimentos sociais na construção de processos territoriais de ENvolvimento sustentável e solidário é um desafio, percebe-se este processo de forma pedagógica: aprender a trabalhar junto não é fácil.
- A promoção de processos educativos deve ser contínua e a partir das demandas identificadas nos territórios, através de encontros locais, estaduais, regionais e nacionais.
- A Economia Solidária precisa provocar as organizações urbanas a discutir territorialidade e integração de ações: precisamos criar circuitos que interliguem as regiões.
- Ainda é preciso lutar contra problemas como os conflitos territoriais, relacionados à reforma agrária, demarcação de terras indígenas e quilombolas, em confronto com o agronegócio, o latifúndio, a destruição ambiental, a contaminação com transgênicos e



agrotóxicos e a ideia hegemônica de desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento social humano.

- A formação política precisa ser continuamente reforçada para que possamos ter uma participação ativa de forma direta na política municipal, criando a política pública de Economia Solidária nos municípios.
- É preciso ter clareza de que o fortalecimento da Economia Solidária no território, embora envolva o fortalecimento dos empreendimentos solidários, necessita de uma estratégia mais ampla. Devemos envolver os mais diversos atores do território ampliando a visão para além de nossos empreendimentos;
- As políticas públicas territoriais são um avanço, mas ainda não dão conta de responder às questões relacionadas ao comércio, ao crédito, e à qualidade de vida dos/as trabalhadores/as da cidade, do campo e das florestas, garantindo o bem viver, com a possibilidade de ampliar cada vez mais a capilarização da Economia Solidária para o interior dos estados. Para isso, deveremos nos organizar para que os projetos governamentais possam ser discutidos e construídos coletivamente pelos que fazem a Economia Solidária em cada Estado e que esta construção se dê através dos movimentos de base, de forma horizontalizada.
- O reconhecimento das ações do poder público é importante, bem como, a aproximação desde que mantida a autonomia do movimento. Um exemplo de articulação possível é através do Plano de “Erradicação da Miséria Extrema” em que devemos combater a política compensatória e lutar para transformá-la em política de promoção da emancipação pela autogestão.
- No contexto da realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo e Olimpíadas, ressaltamos que é fundamental fazermos o enfrentamento territorial dos processos de especulação imobiliária que não têm se pautado por processos sustentáveis e solidários, e com isso, não favorecem as comunidades que estão nos locais afetados por esses eventos, inclusive com processos desrespeitosos e violentos de desapropriação.
- Temos uma ferramenta virtual do Movimento de Economia Solidária, o *Cirandas*, que precisa ser melhor apropriada pelo movimento, a fim de favorecer o conhecimento por todos/as sobre a realidade da Economia Solidária no território, e também as relações mais amplas que podem ser estabelecidas com a maior adesão ao uso dessa ferramenta. Para isso, é necessário que melhoremos a manutenção do *Cirandas* alimentando o sistema e contribuindo com a articulação do Movimento de Economia Solidária e que divulguemos essa ferramenta de forma ampla para a sociedade.

Orientações para a ação

a) Construção de processos territoriais de ENvolvimento sustentável e solidário



- Lutar pela consolidação e fortalecimento dos fóruns locais e microrregionais de Economia Solidária, para consolidar a ação de Economia Solidária no estado, interiorizando as ações, criando e/ou fortalecendo os Núcleos de Base da Economia Solidária.
- Construir estratégias de apoio aos empreendimentos solidários, de modo ampliar as atividades econômicas e de geração de renda, bem como incentivar a criação de cooperativas e de novos empreendimentos solidários, tais como:
 - ✓ Buscando apoio direto aos empreendimentos solidários, como meios de financiamento de sua atividade;
 - ✓ Fomentando a elaboração de projetos por entidades de apoio, organizações e gestores públicos para o fortalecimento dos empreendimentos solidários;
- Realizar seminários Regionais e Estaduais de Economia Solidária (pelo menos 01 por ano), em articulação com os demais movimentos sociais, com o objetivo de fortalecer os processos internos de organização territorial, bem como a articulação das políticas públicas.
- Integração dos diversos projetos com o apoio das prefeituras, que são fundamentais para que as ações aconteçam, como é o caso, por exemplo, dos centros públicos de Economia Solidária.
- De forma articulada com os diversos atores do território, fazer o enfrentamento com relação aos processos de especulação imobiliária e aos grandes projetos de desenvolvimento (infraestrutura, extração mineral, agronegócio) que não favorecem as comunidades locais.
- Lutar para que a titularidade da terra seja também decidida pelas e para as mulheres.
- Participar de forma organizada e efetiva em espaços de controle social das políticas públicas, como os Colegiados Territoriais e Conselhos em temas afins, de forma articulada com outros movimentos a partir da construção de agenda comum na perspectiva da construção de processos territoriais de desenvolvimento sustentável e solidário. A Economia Solidária, nesses espaços, deve tentar levar sua práxis contribuindo com a transformação na forma de fazer política.
- Buscar formas de fortalecer a ação dos agentes e atores locais, a partir da melhoria da infraestrutura, para o desenvolvimento de seu trabalho no âmbito territorial.

b) Promover a articulação com os outros movimentos sociais para fortalecer os processos de Envolvimento territorial

É consenso a importância do diálogo e articulação com outros movimentos sociais parceiros da economia solidária, numa perspectiva de união de forças para fortalecer as lutas e construir o projeto político comum, e isto deve ser feito a partir dos territórios. O desafio colocado é definir



estratégias de aliança com a diversidade de movimentos sociais rurais e urbanos, partindo de nossa identidade de sermos um espaço de articulação de trabalhadores e trabalhadoras, como a economia do povo sob autogestão. Fortalecer o diálogo entre movimentos é fundamental para fortalecer a Economia Solidária.

Para isto, um primeiro passo é identificar os movimentos com bandeiras comuns e agendas próximas da economia solidária, e a partir disso desenvolver atividades e ações conjuntas, por exemplo, espaços de formação e troca de experiências, feiras, reaplicar a metodologia do “Encontro de Diálogos e Convergências” (setembro de 2011) que consistiu em visibilizar a convergência nos territórios, a partir das experiências locais. No âmbito nacional também é importante o trabalho de unificar pautas e agregar forças. Os movimentos sociais articulados têm o desafio de dar visibilidade às suas ações se contrapondo à veiculação de informação deturpada pelas mídias convencionais, contribuindo com isto para que o Estado incorpore as pautas e inverta a lógica vigente para uma lógica solidária.

É importante o diálogo com povos e comunidades tradicionais, mulheres e agroecologia que atuam com temáticas complementares à economia solidária. Além disso, alguns movimentos sociais que praticam a Economia Solidária estão fragmentados e a Economia Solidária pode ser uma importante ferramenta como estratégia de desenvolvimento e de convergência.

A orientação é que esta articulação seja feita através do fórum (FBES), ampliando suas alianças. Também é importante que possamos nos inserir nas outras lutas e reivindicações sociais, mantendo com convicção nossos princípios e autonomia. Ou seja, temos que aprimorar o diálogo com outros movimentos sociais e participar de seus espaços.

A integração da economia solidária com outros movimentos é pautada por nós inicialmente pela contraposição ao sistema capitalista, na identificação do trabalho aliado ao bem viver, à autogestão e à coletividade.

A economia feminista, por exemplo, que unifica o trabalho produtivo e reprodutivo, revolucionando as relações interpessoais e laborais, é tanto uma bandeira dos movimentos feministas, quanto da economia solidária. O feminismo, organização e produção agroecológica são indissociáveis no processo de luta pela autonomia e libertação das mulheres e para construção de outra lógica social. Como outro exemplo, o direito à terra e ao território permeia todos os segmentos sociais urbanos ou rurais, já que os territórios são percebidos como espaço de vida e convivência, frente à lógica do capital que expropria os povos dos territórios e suas riquezas.

Uma vez identificado os movimentos sociais com bandeiras convergentes, se faz necessário fortalecer a luta de ambos através de ações articuladas e colaborativas. Assim, são ações e agendas para fortalecimento mútuo junto com os demais movimentos sociais:

Incidência política e articulação externa conjunta



- Lutar pela ampliação da capacidade de diálogo articulada entre movimentos sociais com o governo, em especial, estimulando a criação de espaços de participação (conselhos nacionais, estaduais e municipais) de forma paritária e ainda fortalecer a participação dos espaços já existentes;
- Fomentar a atuação e inserção dos jovens nos espaços de discussão e construção da economia solidária, em especial nos EES de cultura, que têm sido chamariz para isso;
- Nas eleições para prefeitos, governadores e presidente, deve-se garantir a incorporação da pauta da Economia Solidária nos projetos de governo e o compromisso com o mundo que queremos construir;
- Estimular a criação do Fórum dos Movimentos Sociais enquanto espaço de convergência, e participação enquanto movimento de Economia Solidária;
- Lutar pela participação paritária das mulheres em todos os espaços.

Atividades em conjunto

- Planejamento conjunto;
- Campanhas Nacionais comuns como: garantia do território pesqueiro, contra a utilização dos agrotóxicos; pela Lei da Economia Solidária, etc;
- Realização de feiras, como da agricultura familiar e economia solidária;
- Atividades de formação realizadas em conjunto com outros movimentos sociais;
- Inserir os demais movimentos sociais nos eventos da economia solidária, com espaço para que divulguem suas ações, lutas e para troca de experiências;
- Participar dos eventos dos outros movimentos sociais contribuindo com as bandeiras e propostas da Economia Solidária;
- Socialização de materiais e publicações com outros movimentos;
- Apresentar o Movimento de Economia Solidária através das Cartas construídas no processo da V Plenária Nacional;
- Realizar encontros setoriais com outros movimentos;
- Promover intercâmbio de experiências, que possam fortalecer a luta por direitos comuns com outros movimentos com bandeiras semelhantes, mantendo o diálogo e envolvendo os movimentos na dinâmica da Economia Solidária no estado;
- Divulgar o Cirandas e trocar informações e processos educativos;
- Realizar trocas de produtos, visando o fortalecimento das redes;
- Participar em espaços e atividades junto a outros movimentos sociais, como por exemplo, os fóruns de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, os fóruns territoriais, entre outros, assim



como em seminários, eventos locais e regionais, conferências, feiras e intercâmbios em meios virtuais.

Nos identificamos com diversas lutas do campo e da cidade, com as bandeiras dos trabalhadores e trabalhadoras, dentre eles se destacam os seguintes movimentos sociais:

- ✓ Sindicatos, Federações, Centrais, embora haja ramos que não têm identidade conosco;
- ✓ Movimentos do campo e pela reforma agrária: Via Campesina, Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação Nacional do Semiárido (ASA), MST, Fetraf, Contag, MAB, agroecologia, agricultura familiar, Pescadores/as;
- ✓ Movimentos Urbanos: MTD, Moradia digna, Movimento Nacional de Catadores MNCR, CMP, Mtrab. Cristão e Fórum Nacional de Reforma Urbana;
- ✓ Movimento da juventude;
- ✓ Movimento Social pela Reforma Política;
- ✓ Pela educação popular: Recid;
- ✓ Pastorais sociais: Crianças, Adolescente e Jovens, Pastoral da Terra, Pastoral do Migrante, etc.;
- ✓ Movimento de Mulheres: Marcha Mundial das Mulheres; Articulação de Mulheres Brasileiras;
- ✓ Direitos Humanos: Segurança Alimentar, Movimento Nacional em Defesa do SUS, Rede PLPs (Promotoras legais e populares), LGBT;
- ✓ Raça e etnia: Movimento Negro; Movimento dos quilombos, indígena.

c) Promover processos de incidência para a construção de políticas públicas que favoreçam a Economia Solidária desde o território, buscando ainda a continuidade das políticas públicas já conquistadas

- Em cada território, os Fóruns devem reivindicar para as três esferas dos Governos, Municipal, Estadual e Federal, a implementação da Lei da Economia Solidária, criando fundos, conselhos e centros/centrais de Economia Solidária;
- Nossa relação com o governo deve envolver um processo de cobrança interna e externa, pois precisamos nos organizar para cobrarmos ações dos governos municipal, estadual e federal, e fazermos o controle social das políticas públicas, sem desrespeitar os princípios e valores da Economia Solidária.
- Devemos lutar para que as políticas de financiamento da Economia Solidária nas três esferas de Governo possam garantir a manutenção de projetos que contemplem a contratação de agentes locais oriundos do movimento de Economia Solidária. Estes podem ser técnicos, práticos, e/ou ligados às redes de formação em Economia



Solidária. (Destacamos que esta proposta não foi consenso na plenária).

- Devemos buscar incidir para que os processos de discussão de ações de descentralização de recursos que envolvem consórcios de desenvolvimento local, agências de desenvolvimentos dos municípios e outros programas que incluem a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento sejam feitas de forma co-participativa (através de conselhos municipais) entre o poder público e o movimento de Economia Solidária. (Destacamos que esta proposta não foi consenso na plenária).
- Constituir ou fortalecer nossos processos de organização local para incidir na execução das políticas públicas de Economia Solidária, onde já existirem.
- É preciso promover a capacitação de Empreendimentos de Economia Solidária, Entidades de Apoio e Fomento e gestores públicos ligados ao movimento de Economia Solidária para que todos, em cooperação, elaborem projetos que promovam o fortalecimento e a autonomia dos EES.
- Procurar garantir que o Fórum seja o principal espaço de interlocução para políticas públicas voltadas para a Economia Solidária.
- Lutar para que os projetos e as ações possam ser implementados de forma articulada dentro das estruturas de governo (órgãos/secretarias/ministérios), a fim garantir a sustentabilidade das ações de Economia Solidária.
- Para conseguirmos avançar na implementação de leis e políticas públicas da Economia Solidária. é preciso criar estratégias de aproximação e incidência popular, junto ao executivo e ao legislativo, inclusive durante o processo eleitoral, gerando compromissos e meios mais efetivos de cobrança pela sua implementação após a eleição destes representantes.
- Lutar pela criação e estruturação de fundo específico, que promova o avanço em áreas importantes para o desenvolvimento da Economia Solidária.
- Lutar pela regulamentação fundiária no campo e na cidade de forma adequada às realidades locais e territoriais.
- Incentivar a ampliação da adesão dos municípios e estado à rede de gestores e propor a organização em nível estadual.
- Propor mudanças e reestruturação do Conselho Nacional de Economia Solidária, assim como dos conselhos estaduais e municipais que não atendam às especificidades do movimento.
- Pressionar para ter um Ministério próprio para a Economia Solidária. Criação de um órgão específico, para a Economia Solidária (Ministério, Secretarias) com fundo e autonomia de gestão, nos níveis federal, estadual e municipal.



- Criar formas e estratégias de acompanhamento de políticas públicas, buscando a participação do Movimento de Economia Solidária, através de seus fóruns e representações, na elaboração dos editais e projetos para a Economia Solidária. Para isso se propõe a formação de uma comissão do Fórum para acompanhar e fiscalizar todos os projetos financiados pelo poder público de Economia Solidária, a fim de fortalecer a política pública e garantir a gestão colegiada, participativa e democrática das mesmas.

d) Orientações específicas para os/as gestores/as públicos/as

- Criar Políticas Públicas que garantam a contratação e/ou concurso público para pessoas com formação prática e teórica em Economia Solidária, visando à continuidade dos trabalhos nos governos, criando planos de carreira no campo das políticas públicas para a Economia Solidária.
- Propor a reestruturação das ações das Superintendências Regionais do Trabalho/Gerência/Departamento responsáveis pela Economia Solidária nos estados, e que esta seja através de criação de Grupo de Trabalho (GT) específico para discutir e construir proposições de novas estruturas.
- Na ótica de divulgar a Economia Solidária, buscar incidir para ampliar os espaços para a Economia Solidária nos governos tendo como eixo o processo de integração e continuidade das políticas públicas.
- Propor atividades que apresentem a Economia Solidária e as políticas públicas de apoio disponíveis para esse campo nos diferentes espaços de controle social (conselhos, colegiados, etc.) de modo que seja possível a construção de agendas comuns.
- Garantir, na construção dos Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, que os mesmos se configurem a partir dos princípios e valores da Economia Solidária, da Agroecologia, da educação contextualizada/educação do campo/educação indígena, entre outras.
- Incidir na criação e fortalecimento de leis Municipais, Estaduais e Nacional de fomento e fortalecimento da ES, em uma perspectiva territorial, com criação de conselhos e fundos que garantam recursos públicos para apoio aos empreendimentos solidários além de criação de mecanismos concretos que viabilizem a participação popular no acompanhamento, proposição e avaliação das ações, projetos e programas das três esferas governamentais.
- Pautar a necessidade da redução das dificuldades quanto à divulgação/publicação e clareza na linguagem das chamadas públicas municipais, para facilitar o acesso aos empreendimentos solidários aos editais e programas de apoio.
- Realizar diálogo junto ao poder público municipal para garantir a compra dos produtos locais dos empreendimentos solidários, garantindo a efetivação das leis voltadas para comercialização no



PAA, PNAE. Buscar alternativas para outros produtos e serviços serem inseridos nas compras públicas através de políticas e programas semelhantes.. Articular/lutar para a extensão dos benefícios dados a micro e pequenas empresas na lei de licitações (lei federal 8666/93) aos empreendimentos da economia solidária (preferências nas compras públicas com preços até 10% maior) e entrar na luta e discussão da reformulação da Lei 8666/93 para que a mesma contemple nas compras públicas os EES.

- Lutar para que os municípios, estados e governo federal ampliem ações de apoio à Economia Solidária, sobretudo aquelas que acontecem no território como, por exemplo, a criação de Secretarias de Economia Solidária, de Centros Públicos e Centrais de Produção e Comercialização.
- Articular/ lutar pela revogação da Lei 9.876/99 (que obriga o contratante de cooperativas a recolher 15% sobre o valor bruto da nota fiscal ao INSS) por prejudicar os EES na disputa com as empresas capitalistas.
- Lutar pela elaboração, aprovação e implementação de leis nos diversos níveis (municipal, estadual e nacional) que ampliem e garantam direitos que fortaleçam as ações e a estratégia de desenvolvimento com base nos princípios da Economia Solidária.
- Garantir instrumentos apoiados por políticas públicas que auxiliem na autonomia econômica das mulheres, a exemplo das cozinhas comunitárias, creches urbanas e rurais, lavanderias, núcleos de produção de artesanato.
- Promover ações de combate à violência contra a mulher e divulgar a Lei Maria da Penha nas organizações sociais mistas, além de lutar pela construção de casas abrigo para mulheres em situação de violência, com mecanismos de atendimento humanizado, no campo e na cidade.
- Lutar pela ampliação da dotação orçamentária para as políticas públicas de economia solidária, inserindo-as no PPA (Plano Plurianual) e na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

3.5. Comunicação e visibilidade

Compreendemos que a comunicação é o ato de se relacionar com a/o outra/o, num processo de mobilização social. Esta comunicação, de acordo com a educação popular, deve ser dialógica (através de diálogo) e não uma transmissão de informação, e está direcionada para estratégias de comunicação popular, de caráter pedagógico, com uma linguagem coerente e que incorpora as diversidades.

Nosso ato de comunicar direcionado ao Movimento de Economia Solidária garante a circulação de informações e debates entre os segmentos a partir do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (em suas esferas local, estadual



e nacional). Este tem sido um grande desafio, considerando a nossa diversidade, estrutura e presença em diversas partes do país.

Ao mesmo tempo, nossa comunicação precisa voltar-se também para a sociedade, visibilizando as experiências de Economia Solidária e nossa proposta social, política, econômica, cultural, ambiental, mobilizando o apoio e a participação na construção de práticas associativas e autogestionárias.

Precisamos nos aliar com os movimentos que trabalham a perspectiva da comunicação, trazendo ferramentas da comunicação popular (rádios e TVs comunitárias, jornais comunitários, entre outros) para que possamos nos enraizar em cada território e democratizar as informações para dentro e para fora do movimento. O Encontro de Diálogos e Convergências e a prática do Movimento de Economia Solidária no Brasil nos fizeram refletir sobre a necessidade de trabalharmos melhor a perspectiva territorial em nossas ações, sendo o “Intermapas” uma das estratégias para visibilizar as convergências territoriais das diversas lutas, inclusive a comunicação (<http://www.fbes.org.br/intermapas>).

Balanço

- Algumas ferramentas e instrumentos já foram criados, a exemplo do nosso site (www.fbes.org.br) e do Cirandas (www.cirandas.net), porém, ainda temos o desafio de que os mesmos possam ser mais utilizados por quem faz parte da Economia Solidária. Ainda estamos usando muito mais o facebook do que o Cirandas, que é nosso, isso mostra que não se trata apenas da necessidade de inclusão digital (uma demanda entre os empreendimentos solidários), mas da necessidade de uma reflexão mais profunda sobre o tema.
- A Campanha “Outra Economia Acontece” ficou no institucional pra dentro do movimento, houve pouca divulgação para fora.
- A Campanha da Fraternidade de 2010 foi uma iniciativa de divulgação importante, mas o movimento não propôs ações estratégicas para incorporar à campanha.
- A realização das audiências públicas em todos os estados para discutir os destinos da política nacional da Economia Solidária trouxe a imprensa e deu certa visibilidade ao Movimento, por isso devemos continuar promovendo momentos similares a este para avançarmos na comunicação das nossas ações à sociedade;
- A elaboração e publicação de cartilhas, vídeos, etc. ajudam na comunicação interna de nosso projeto, mas fica muito restrita a quem já integra o movimento. Esta constatação nos faz perceber que precisamos estimular outras formas de comunicação (jornais, rádios comunitárias, teatro, cordel, etc.) e a necessidade de realizarmos parcerias no campo da comunicação com os outros movimentos sociais, sindicatos e ONGs para podermos atingir um público diferenciado e ampliado.



Orientações para a ação

- Garantir comunicação constante do fórum com todos os segmentos da Economia Solidária.
- Elaborar um Plano Nacional de Comunicação da Economia Solidária, que se estenda aos estados, articulando a comunicação com todas as dimensões do movimento para ampliar sua visibilidade. Este Plano Nacional deve prever a viabilização financeira (como um fundo) para as ações de comunicação, tais como produção de materiais de formação e divulgação (adesivos, camisetas, bolsas ecológicas, etiquetas, jornais, cordel, flyer, rádio e televisão, folhetos, folder, outdoor, carros de sons e outras mídias alternativas). Essas ações devem dialogar e praticar os princípios da sustentabilidade, com licenças livres, e contemplar todos os espaços (sedes, pontos de venda etc.) da Economia Solidária.
- Criar um coletivo ou GT de Comunicação em todas as instancias do fórum com pessoas experientes na área, para promover e animar a comunicação (externa e interna) do movimento.
- Incorporar pessoas não somente de forma voluntária, mas buscar projetos direcionados para manter uma pessoa com exclusividade, cuidando com a linguagem do que e como falamos.
- Criar um fundo monetário para viabilizar as ações de comunicação.
- Criar uma Central de Comunicação e Marketing de Economia Solidária.
- Construir uma Rede de Comunicação Popular e Solidária.
- Potencializar e ampliar a divulgação da página do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, do seu boletim informativo e do Cirandas, por meio de campanhas. Incluindo espaços para todas as instancias do Fórum.
- Realizar formação continuada, retomar a capacitação, orientação e criação de tutorial para utilização da página do FBES e também do Cirandas para troca de experiências, comercialização, criação de grupos, divulgação das atividades dos empreendimentos solidários, Fóruns e parcerias.
- Continuar a busca pela efetivação da proposta feita na IV Plenária de criação do selo de certificação dos produtos e serviços que são da Economia Solidária, como estratégia de comunicação. Enquanto o selo não for efetivado e unificado, os fóruns locais tem autonomia para criar seus próprios mecanismos de identificação, proporcionando a visibilidade da Economia Solidária.
- Produzir materiais de formação e divulgação da Economia Solidária, principalmente a partir dos municípios.
- Apresentar e articular a Economia Solidária junto a movimentos sociais e conselhos, inclusive propondo a inserção de notícias em seus meios de comunicação.



- Divulgar os mecanismos de acesso às políticas públicas de fomento aos empreendimentos solidários.
- Produzir adesivos para carros e casas como estratégia de divulgação e identificação da Economia Solidária.
- Promover formação sobre Economia Solidária voltada para comunicadores/as de veículos de várias mídias, incluindo estudantes e professores/as de cursos de comunicação social, marketing e relações públicas, bem como disponibilizar informações de Economia Solidária.
- Realizar eventos de divulgação da Economia Solidária em todos os locais como, por exemplo: escolas, igrejas, feiras e outros. Promover Seminários territoriais e locais sobre a dinâmica da Economia Solidária em territórios regiões de difícil acesso, garantindo a divulgação e interiorização de nosso projeto.
- Realizar campanhas e debates com temas relacionados à Economia Solidária, como por exemplo atividades nas escolas, datas comemorativas, feiras de ciências, desfile de 7 de setembro e campanhas temáticas (ex. material reciclado).
- Garantir e resgatar a divulgação nos espaços de comercialização de ampla visibilidade da população.
- Estimular outras formas de comunicação (jornais, rádios comunitárias, teatro, cordel, twitter, flyer, jornais, rádio e televisão, folhetos, folder, boca-a-boca, etc.) com o cuidado de linguagem e informações corretas.
- Divulgar através dos meios de comunicação o trabalho desenvolvido pela Economia Solidária.
- Confeção e distribuição de material de divulgação.

Fazer parcerias com

- Rádios comunitárias e públicas propondo a inserção de programas sobre Economia Solidária nos programas.
- Realizar parcerias com universidades e cursos (como comunicação social, marketing e relações públicas) que contribuam nos processos de formação para ampliar a visibilidade da Economia Solidária.
- Transporte público e cooperativas de transporte para que veiculem vídeos da Economia Solidária.
- Sindicatos rurais/urbanos, Federações, Centrais sindicais, Territórios da Cidadania, ONGs, igrejas, conselhos, movimentos sociais e outros atores presentes, de acordo com a realidade do território.
- Ministério da Saúde para desenvolvimento de ações conjuntas com o Centro de Saúde da Família, visando o bem-viver.

Incidência junto ao poder público



- Propor ao do poder público a divulgação nos pontos turísticos e espaços culturais, evidenciando a Economia Solidária presente nestes locais, através de seus produtos e serviços.
- Propor formas de dar visibilidade aos produtos da Economia Solidária através de seu reconhecimento público.
- Lutar por campanhas e programas públicos de divulgação nos grandes meios de comunicação.
- Fazer o diálogo com os governos para a criação de um programa de agentes de comunicação (a exemplo do Bolsa Jovem Cultura Viva) que contribua para a implementação do Plano de Comunicação e ações de comunicação junto ao centro público de Economia Solidária.



4. EIXO 3 - Organicidade do movimento

Nota da comissão organizadora nacional

No eixo 3, para facilitar a leitura comparativa com as decisões da IV plenária, a comissão organizadora nacional decidiu retomar o mesmo texto do relatório da IV plenária, destacando em box ou em negrito as inserções da V plenária. Além disso, é importante lembrar a história da IV plenária, onde parte das deliberações sobre a organicidade do movimento foram complementadas pela VIII reunião da coordenação nacional do FBES, após discussão dos temas nos estados, conforme encaminhado na IV plenária, este aspecto também está assinalado no texto.

Forma de fazer política e economia: coerência entre a prática e a teoria, os princípios e valores da economia solidária

A proposta da Economia Solidária é desafiadora, pois propõe romper com a lógica que está instalada na sociedade e que se subordina ao capital, construindo algo novo com os princípios e valores da economia solidária, principalmente com a autogestão.

Neste sentido, o exercício da autogestão requer que as pessoas tenham a compreensão do que está sendo posto em prática, com capacidade e compromisso para trabalhar no coletivo, entendendo o que é fórum, as atribuições e as responsabilidades de cada um, sem que as responsabilidades fiquem apenas com a coordenação ou com poucas pessoas.

Isso mostra a necessidade da sensibilização e formação continuada para a partilha do processo e mudança de postura, socializando as dificuldades e fortalecendo as relações interpessoais para uma nova forma de organização e protagonismo, na construção deste novo jeito de fazer política e economia.

A prioridade dos processos educativos e da forma de organização dos fóruns deve estar nos Empreendimentos Econômicos Solidários, exercitando a autogestão e internalizando seus valores, para entender a unidade do projeto político na diversidade de expressões, sujeitos e experiências de Economia Solidária. Porém, temos que buscar superar a dicotomia existente entre EES, EAF e GP, pois todos são segmentos do fórum.

Nesta caminhada, os desestímulos são diversos, trazidos pelo próprio sistema capitalista, que se apropria das nossas bandeiras. A luta por um movimento autônomo parte da busca de uma estrutura que viabilize as discussões, independente do apoio do Estado, aonde as representações participem ativamente das discussões sem personalismo ou individualismo, para que haja o crescimento da participação política no movimento.



4.1. Natureza, estrutura e forma de funcionamento do FBES

Durante a IV Plenária, os participantes refletiram sobre a estrutura e forma de funcionamento do FBES a partir de um apoio ao processo de debates durante a Plenária. O conjunto de definições, orientações e critérios deliberados foi sistematizado no Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária que desde então tem sido a referência para atuação do FBES, bem como de suas estruturas locais, macrorregionais e estaduais. Com o debate da V Plenária, esse documento foi atualizado resultando na versão a seguir:

4.2. Da natureza e finalidades

4.2.1. Da natureza

Na V plenária o debate sobre a natureza do FBES foi transversalizado pelo debate sobre o movimento de economia solidária e sobre isso afirmamos:

1. A afirmação da economia solidária como movimento social se coloca pela sua articulação/mobilização, defesa e contraposição de uma determinada ideologia, na busca da acessibilidade dos direitos de um determinado público, podendo ter movimentos agregados.
2. Somos um movimento social amplo que dialoga com diversas esferas, segmentos e lutas na sociedade, considerando e legitimando as diversas experiências e práticas solidárias no campo da produção, comercialização, formação, finanças solidárias e etc.
3. A economia solidária articula lutas políticas na perspectiva de um novo projeto de sociedade e de economia que promova o desenvolvimento territorial sustentável e solidário.

Por outro lado, no que se refere à natureza do FBES, a plenária indicou que:

O FBES é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos.

4.2.2. Das finalidades

O FBES tem duas finalidades principais:

1. *Representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de Economia Solidária e no diálogo com diversos atores e outros movimentos sociais ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais **sem perder seus princípios e autonomia** (Incluído na V Plenária Nacional).*

O FBES busca a confluência entre as forças existentes no movimento de Economia Solidária e a sua participação ativa em GTs, Comitês, no



Conselho Nacional de Economia Solidária e em outras instâncias de proposição e construção de políticas públicas.

Como o atual governo apoia explicitamente a Economia Solidária, um dos desafios do FBES é acompanhar estas demandas de forma ativa e crítica, buscando o estabelecimento de políticas públicas, compromissos e acordos entre as forças que hoje atuam na Economia Solidária.

2. Apoio ao fortalecimento do movimento de Economia Solidária, a partir das bases.

O FBES também realiza ações de animação, subsídios, potencialização e apoio ao fortalecimento do movimento, para que os fóruns municipais, regionais e estaduais sejam a força que move e pauta e apontem para a Economia Solidária como perspectiva de desenvolvimento sustentável, endógeno e solidário.

4.3. Dos segmentos e representação

4.3.1. Empreendimentos Solidários

a) O que é um empreendimento de Economia Solidária

O FBES reconhece por empreendimentos de economia solidária as organizações que sigam os seguintes critérios:

Quanto à gestão e funcionamento internos

- São coletivas (singulares e complexas), tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos informais e bancos comunitários.
- Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados.
- Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real. A forma jurídica não é o mais fundamental, mas sim a autogestão.
- No caso de associações sem fins lucrativos, estas devem possuir atividade(s) econômica(s) definida(s) em seus objetivos.
- São organizações regulares, que estão em funcionamento, e organizações que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas.
- Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário.
- São organizações que respeitem os recortes de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, grupos sociais minoritários como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, portadores de necessidades especiais; que abominem toda a forma de violência contra mulheres, crianças,



índios, negros/as; e que contemplem a dimensão ética em suas ações e atividades.

- São organizações que respeitem o direito de trabalhadores/as e não explorem o trabalho infantil, considerando exploração o trabalho forçado e coagido e não a transmissão de saberes tradicionais entre pai, mãe e filhos na agricultura familiar.
- São organizações que valorizam o compartilhamento, entre homens e mulheres, do trabalho reprodutivo e do cuidado com as pessoas.
- São organizações que respeitem critérios ambientais nas suas atividades econômicas, buscando a priorização da conservação ambiental e o desenvolvimento humano.
- São organizações em que o patrimônio e os meios de produção são coletivos, ou seja, pertencente a todos/as trabalhadores/as do empreendimento **(Incluído na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES)**.
- Sua atividade fim deve ser coletiva, ou seja, um empreendimento que seja simplesmente um “guarda-chuva” de trabalhadores que fazem suas atividades individualmente não deve ser considerado empreendimento solidário **(Incluído na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES)**.

Quanto à atuação dos empreendimentos solidários no meio onde estão inseridos

Os empreendimentos devem buscar se organizar em redes e cadeias de produção, comercialização e consumo solidários, conglomerados, entre outras formas coletivas para além do empreendimento isolado.

Quanto à relação dos empreendimentos solidários com o Fórum local

Os empreendimentos que foram eleitos para as coordenações locais e nacional, devem representar o conjunto dos demais empreendimentos independentemente do ramo produtivo e considerar que ele representa o fórum local nas reuniões nacionais e não apenas o segmento de empreendimentos.

Para representação dos Fóruns locais deve-se priorizar a escolha de empreendimentos que se articulam e debatam discussões mais amplas sobre desenvolvimento, ampliando sua ação política, tanto localmente (sua comunidade, bairro, cidade) quanto nos debates de nível nacional e internacional.

Sobre empreendimentos da agricultura familiar, urbanos, indígenas, extrativistas e comunidades tradicionais

- Empreendimentos da agricultura familiar, unidades indígenas, quilombolas e extrativistas, agricultores urbanos são empreendimentos solidários se estiverem integrados em empreendimentos coletivos, autogestionários e supra-familiares.
- Comunidades tradicionais (ribeirinhas, quilombolas, pescadores, etc.) podem ser considerados empreendimentos solidários se de fato tiverem uma ação econômica coletiva.



- Empreendimentos familiares urbanos podem ser considerados como empreendimentos solidários desde que integrados a uma organização por ramos de atividades ou território e que obedeçam aos princípios da economia solidária.

b) Sobre empreendimentos que não se encaixam nos critérios acima

Os empreendimentos que não se enquadrarem nos critérios acima que caracterizam empreendimentos solidários podem participar normalmente dos Fóruns Locais, desde que busquem atender os referidos critérios tornando-se um empreendimento ou se incorporando/articulando com outros empreendimentos, mas não podem ser representações nas suas instâncias.

c) Sobre redes e cadeias solidárias

Uma cadeia é considerada como cadeia solidária se houver equilíbrio entre os atores econômicos da cadeia, sem exploração nem domínio de nenhum elo, e se em suas transações houver cuidado ambiental e sustentabilidade.

d) Sobre representação de redes e cadeias solidárias nos Fóruns locais e nacional

Se a rede é mista (ou seja, possui empreendimentos solidários e entidades de assessoria), ela deve definir o segmento a qual pertence, não podendo mudar depois. A partir daí, a pessoa que representa a rede deve fazer parte deste segmento escolhido. Em outras palavras: Se uma rede mista decidir que faz parte do segmento das assessorias, o/a seu/sua representante deve fazer parte de uma das entidades de assessoria da rede. Se, por outro lado, a rede se define como sendo parte do segmento de empreendimentos, o/a seu/sua representante deve ser um/a trabalhador/a de um empreendimento solidário da rede.

A representação dos EES nos fóruns locais, nacional e outros espaços políticos pode se dar por EES ou por rede de EES. As redes, tanto singulares como mistas, são estratégias fundamentais para o desenvolvimento do movimento da economia solidária.

e) Sobre a formalização de empreendimentos solidários

Os empreendimentos que não são formalizados em formas jurídicas que possam comercializar (emitir nota fiscal) são reconhecidos como empreendimentos solidários, mas devem ter como meta buscar a sua formalização jurídica, lutando por avanços na legislação **(Incluído na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES)**.

4.3.2. Entidades de assessoria

a) O que é Entidade de Assessoria

O FBES reconhece por entidades de assessoria e fomento à economia solidária as organizações que sigam os seguintes critérios:

Quanto à sua ação

Entidades de assessoria e fomento são organizações que:



- Desenvolvem efetivamente ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência técnica e organizativa.
- Estimulam a participação dos empreendimentos assessorados nos Fóruns.
- Tenham suas atividades e participação regulares dentro do Fórum, e não eventuais, pontuais ou corporativas.
- Subsidiem o Fórum na elaboração e fomento de políticas.
- Baseiam a sua metodologia de assessoria e apoio a empreendimentos solidários nas deliberações e acúmulos dos encontros, oficinas e seminários sobre Formação promovidos e articulados pelos Fóruns, como por exemplo, as deliberações da II Oficina Nacional sobre Formação em ES.
- Assessoram os empreendimentos na perspectiva do fomento e estímulo à constituição de redes e cadeias.
- Levam em consideração critérios ambientais nas suas atividades.
- Respeitam os recortes de gênero, raça, etnia, geração e diferentes orientações sexuais em suas ações e atividades.
- Assumem práticas e valores autogestionários na sua atividade e fins de fomento e assessoria.
- Tenham disponibilidade de participar de conselhos e outros fóruns, e sua atuação nestes espaços seja baseada em deliberações dos Fóruns de economia solidária dos quais participam. As informações de sua atuação devem ser compartilhadas com estes mesmos Fóruns de economia solidária.
- Incluam em seus projetos anuais planos de ação dirigidos ao fortalecimento dos Fóruns locais, com aporte de recursos financeiros e/ou não financeiros. As entidades devem, entretanto, ser avaliadas pelo seu compromisso com o tema da economia solidária.
- Projetos articulados de apoio aos Fóruns locais devem ser desenvolvidos em conjunto com os outros segmentos do Fórum.
- Fomentem a formalização dos empreendimentos assessorados **(Incluído na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES)**.
- Tenham experiência de assessoria e acompanhamento de pelo menos dois anos **(Incluído na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES)**.

Quanto à sua organização coletiva

- As entidades de assessoria e fomento devem compor, construir e fomentar a Rede de Formadores Estadual, Regional e Nacional.
- As entidades de assessoria e fomento devem trabalhar coletivamente e se articular, na busca de ações conjuntas de apoio aos Fóruns locais.



4.3.3. Gestores Públicos

a) O que são Gestores Públicos

O FBES reconhece como gestores públicos aqueles que elaboram, executam, implementam e ou coordenam políticas públicas de economia solidária.

Para que os gestores públicos participem no FBES, devem ser obedecidos os seguintes critérios:

- A representação de gestores públicos nos Fóruns deve ser em rede, e não de modo individualizado. Desta maneira, os gestores trazem um debate que não reflete apenas a sua atuação específica, mas o debate mais amplo de políticas públicas para a economia solidária. O que importa é os gestores estarem organizados e representados em rede, de qualquer nível da federação (municipal, estadual, federal).
- Os gestores devem respeitar o recorte de gênero, ambiental, raça e etnia em suas atividades.
- São reconhecidos como Gestores Públicos aqueles que desenvolvem as políticas públicas em parceria com os outros segmentos do movimento de ES **(Incluído na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES)**.

4.3.4. Movimentos sociais

Movimentos sociais não participam como um segmento dos Fóruns locais e nacional. São aliados na construção de lutas comuns, a partir das pautas específicas a cada um. Cada Fórum (desde o local ao nacional) deve definir sua agenda e dialogar com outros movimentos sociais, em prol da transformação social e mudança na perspectiva de desenvolvimento do país. É fundamental ampliar as alianças com outros movimentos sociais.

- Movimentos sociais que articulam atores econômicos (tais como movimento de pescadores, de catadores, etc.) podem participar dos Fóruns no segmento de empreendimentos solidários **(Incluído na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES)**.

4.3.5. Da validação dos segmentos (Seção incluída na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES)

- É o Fórum Local que deve validar, na base, se os empreendimentos, entidades de assessoria ou gestores públicos estão de acordo com os critérios apontados acima. Em caso de divergências, caberá recurso instância imediatamente superior.
- Os critérios de mapeamento também são referência para validação dos segmentos.

4.3.6. Da participação das/dos militantes da economia solidária (Seção incluída na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES)



- Há participantes do movimento de economia solidária que não se encaixam em nenhum dos segmentos e são militantes. Estes podem participar dos Fóruns locais se forem indicados por integrantes do mesmo.

4.4. Da estrutura e forma de funcionamento

4.4.1. Das instâncias constituintes

a) Fóruns Locais (Estaduais, Microrregionais ou Municipais)

Quanto aos critérios obrigatórios para o reconhecimento de um Fórum Local

- Democracia interna nas tomadas de decisão com base nos regimentos internos e carta de princípios do FBES (reuniões, atas, plenárias periódicas, entre outros).
- Orientar suas ações e mobilizações em torno das bandeiras do FBES.
- Quantidade de empreendimentos solidários rurais e urbanos efetivamente atuantes no Fórum Local (falta regulamentar).
- Quantidade de entidades de assessoria efetivamente atuantes e comprometidas com o Fórum Estadual e locais/municipais/regionais (falta regulamentar).
- Específico para Fóruns Estaduais: Quantidade de fóruns microrregionais e/ou municipais estruturados, consolidados e com participação ativa no Fórum Estadual (falta regulamentar)
- Quantidade de empreendimentos solidários urbanos e rurais efetivamente atuantes no Fórum Local (falta regulamentar).
- Ter secretaria executiva.
- Garantir a ampla socialização dos debates e informações na sua região de abrangência.
- Existir apenas um Fórum Local em sua região de abrangência (ou seja, apenas 1 fórum por estado, por microrregião, por município, etc.).
- Ter e manter um fundo de manutenção do Fórum Local, com contribuições de seus integrantes.
- Garantir a participação, no mínimo de 50% das mulheres como representantes dos empreendimentos e das entidades nas instâncias do Fórum Local.
- Ter uma Carta de Adesão para novos integrantes ao Fórum Local.
- Ter e manter um cadastro dos empreendimentos, entidades e redes do Fórum Local.
- Garantir a qualidade das suas representações, tanto para levar deliberações do estado quanto para repassar decisões nacionais ao



FEES. Além disso, garantir que suas/seus representantes não representem apenas o seu segmento, mas o conjunto do Fórum Local, e evitem acumular muitas funções de representação.

- Dialogar e articular-se com outros Fóruns Locais de economia solidária (de outros estados ou regiões).
- Composição diversa, com a presença e compromisso dos diversos atores da Economia Solidária na sua região de abrangência.

As novas orientações para o fortalecimento dos fóruns locais (Estaduais, Microrregionais ou Municipais), sem repetir o que já temos na IV Plenária foram:

- Criação de novos fóruns dialogado antecipadamente nas coordenações estaduais, validando e facilitando seu processo de construção e aprovação dos novos fóruns.
- Fóruns terem periodicidade de reuniões (por exemplo, mensal, trimestral e semestral), com planejamento das ações e calendário construído coletivamente, com atenção para sua ampla divulgação e comunicação das datas de reuniões e plenárias.

Quanto à composição das Coordenações dos Fóruns Estaduais

Os Fóruns Locais têm liberdade de definir a composição de suas coordenações desde que respeitem os critérios apontados acima.

Quanto à Formalização dos Fóruns Locais

Os Fóruns Locais (sejam eles estaduais, microrregionais ou municipais) não devem ser formalizados, ou seja, não devem ter personalidade jurídica (CNPJ).

Quanto aos critérios de avaliação de um Fórum Local

Além dos critérios obrigatórios acima, os seguintes critérios são indicadores para avaliar o estado em que se encontra um Fórum Local, e portanto, não são obrigatórios, mas apenas instrumentos de avaliação dos avanços e dificuldades de cada Fórum Local.

São critérios de avaliação de um Fórum Local:

- Ampliar a articulação com outros atores e fóruns de outras temáticas da região de abrangência (incluindo os de políticas territoriais do MDA/SDT) para construção de propostas e lutas conjuntas, a partir da perspectiva do desenvolvimento local, conhecendo e se envolvendo com a conjuntura dos movimentos sociais, das lutas e dos problemas enfrentados no campo de atuação da economia solidária.
- Propor políticas públicas na sua região de abrangência; acompanhar, monitorar e articular as demandas de políticas públicas ligadas ao tema, de forma articulada com os conselhos de economia solidária (onde já existirem).



- Ser um espaço que aglomere diferentes forças e sujeitos do campo da economia solidária na sua região de abrangência.
- Garantir que cada empreendimento, cadeia, rede ou entidade de assessoria que venha a receber apoio financeiro devido a políticas públicas para o setor da Economia Solidária busque retornar uma porcentagem dos recursos adquiridos para o Fórum Local que pertença.
- Ser um espaço de formação dos militantes da economia solidária: Realizar encontros e oficinas específicos de capacitação de seus integrantes, conscientizar seus integrantes de que fazem parte de um movimento social e estimular que conheçam os outros movimentos sociais da sua região de abrangência.
- Buscar avançar para formas alternativas de representação de empreendimentos solidários nos Fóruns Locais: via redes de setor econômico ou territorial; via cadeias; via núcleos locais de articulação de empreendimentos e assessorias nos bairros e comunidades, entre outras.
- Buscar o aumento de entidades de assessoria para aumentar a quantidade de profissionais assessorando empreendimentos na sua região de abrangência.
- Identificar, valorizar e socializar as conquistas alcançadas no movimento de economia solidária.
- Ter um processo de certificação dos produtos da economia solidária a partir da implantação do SNCJS.
- Usar outros critérios para definir referências sobre a quantidade de empreendimentos e entidades na região de abrangência do Fórum Local, que não sejam o Mapeamento da Economia Solidária **(Incluído na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES).**

Critérios de avaliação específicos para Fóruns Estaduais

- Dar apoio para os representantes da coordenação nacional articularem as microrregionais.
- As coordenações estaduais devem ter representantes das microrregiões.

b) Entidades e redes nacionais

Quanto às características das Entidades e Redes Nacionais

Entidades e redes nacionais são aquelas que têm ação territorial, com presença nos estados, regiões e municípios, com capilaridade nos territórios.

Critérios para reconhecimento de entidades nacionais no FBES

- Serão reconhecidas como entidades nacionais do FBES as que tiverem participação efetiva em pelo menos 7 Fóruns Estaduais comprovada pelos mesmos.



- Caso seja avaliado que a entidade não tenha ação efetiva num fórum local, o fórum local poderá vetar a participação no fórum nacional.

4.4.2. Das instâncias deliberativas, de gestão e de apoio

a) Plenária Nacional

A Plenária Nacional é a instância máxima de deliberação do FBES, dando as diretrizes políticas mais amplas para orientar a Coordenação Nacional e Coordenação Executiva.

A Plenária Nacional ordinária deve ser realizada a cada 3 anos.

Na V plenária, algumas orientações quanto à realização de plenárias foram deliberadas:

- **Construir um calendário de plenárias nacionais que não ocorra em ano de eleição, para não possibilitar oportunismos políticos.**
- **Na VI plenária ter um documento-base elaborado com a participação dos fóruns locais.**

b) Coordenação Macrorregional (Item incluído na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES)

A seção sobre a existência de coordenações macrorregionais foi incluída na VIII Reunião da Coordenação Nacional. As deliberações da V Plenária revogam o seguinte trecho aprovado nesta reunião: *Criar Coordenações Macrorregional futuramente quando os Fóruns Estaduais estiverem mais consolidados e estruturados. Fazer 2 encontros macrorregionais por ano com representantes dos Fóruns Estaduais da região.*



A V Plenária aprofundou as orientações sobre as coordenações macrorregionais, seguem as deliberações abaixo:

As regiões devem de organizar para criar coordenações macrorregionais a partir da V Plenária a partir das seguintes diretrizes:

- **Que os estados organizem suas representações contemplando a diversidade territorial, contudo sem obrigatoriedade. Devem ser respeitadas as especificidades locais.**
- **A organização das coordenações regionais deve ser amadurecida nos estados e regiões.**
- **Os representantes estaduais na coordenação regional devem ser referendados por cada estado.**
- **As coordenações macrorregionais devem promover reuniões itinerantes nos estados.**
- **Cada estado tem autonomia para definir suas coordenações. Os debates sobre a representação devem ser realizados imediatamente após a aprovação na V Plenária.**
- **As coordenações macrorregionais devem manter em sua composição a seguinte proporcionalidade entre seus segmentos: 50% de EES, 25% de EAF e 25% de GP.**

c) Coordenação Nacional

Quanto às atribuições

- Deliberar em última instância sobre decisões políticas, operacionais e administrativas do FBES;
- Implementar políticas e estratégias de fortalecimento de acordo com as deliberações da plenária;
- Contribuir para a formulação de políticas e estratégias de fortalecimento do movimento de Economia Solidária;
- Fazer a mediação política, diálogo e incidência no Conselho Nacional de Economia Solidária e em órgãos do governo federal;
- Deliberar sobre o ingresso e permanência dos membros da Coordenação Nacional (tanto representantes de Fóruns Estaduais quanto de entidades e redes nacionais de assessoria), segundo critérios estabelecidos pela IV Plenária Nacional;
- Orientar, direcionar e, se preciso, redirecionar as ações da Coordenação Executiva e a Secretaria Executiva, para o período entre suas reuniões ordinárias;
- Criar ou extinguir Grupos de Trabalho com composição, objetivos e prazos adequados às tarefas demandadas.

Quanto ao funcionamento



- As pautas das reuniões da coordenação nacional devem ser enviadas previamente com tempo suficiente para serem debatidas nos Fóruns Estaduais;
- Deve-se buscar ampliar meios virtuais de participação em decisões nacionais, tais como videoconferências e salas de bate-papo;
- As informações devem ser compartilhadas. Para isso, deve-se buscar ampliar os mecanismos de comunicação e divulgação para além da internet.
- Deve reunir-se com a frequência de 2 reuniões anuais. **(Incluído na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES)**

Quanto às diretrizes para composição (Item incluído na V Plenária Nacional)

- **A composição da Coordenação Nacional deve garantir a representação dos povos tradicionais.**
- **A escolha/indicação dos representantes para a composição da Coordenação Nacional tem que se dar a partir dos fóruns estaduais ou regionais.**

A indicação dos gestores públicos pela Rede de Gestores deve contemplar:

- ✓ **Indicação e efetiva participação pelos fóruns estaduais;**
- ✓ **Devem ter proximidade e vínculo com a região;**
- ✓ **Devem promover a ligação entre o poder público e a economia solidária;**
- ✓ **Devem estar executando alguma política de economia solidária (programas e projetos);**

A Indicação das entidades nacionais deve contemplar:

- ✓ **As entidades nacionais devem ter participação efetiva nos fóruns estaduais.**

Quanto à composição vinda dos Fóruns Estaduais

Serão eleitos 3 representantes por Fórum Estadual, sendo 2 de empreendimentos solidários **(sendo um empreendimento urbano e um empreendimento rural)** e uma de entidade de assessoria. **(Incluído na V Plenária Nacional)**

Quanto à composição vinda dos gestores públicos

A(s) rede(s) de gestores indicará(ão) dois gestores por região e mais 2 em nível nacional.

Quanto à composição vinda das Entidades Nacionais

- As entidades de representação nacional não poderão eleger representantes adicionais nos Fóruns Estaduais. (Por exemplo, uma



entidade de apoio e fomento que esteja contemplada como de representação nacional não pode eleger novos representantes em plenárias estaduais.)

- A representação das entidades nacionais na Coordenação Nacional, com limite de até 12 representantes, deverá seguir os critérios definidos sobre a participação de entidades e redes nacionais no FBES.

Na V plenária, foram indicadas as seguintes deliberações para um melhor funcionamento da coordenação nacional:

- **Realizar reuniões por videoconferência, criando uma cultura de utilização deste instrumento que possibilita reuniões a um menor custo.**
- **Coordenações eleitas precisam ser mais proativas a fim de melhorar o fluxo das informações do FBES (nacional) para o Fórum Estadual e vice-versa, para que as representações ocorram de fato. Também de buscar mais apoio, fortalecendo o trabalho que já está sendo desenvolvido e nomear pessoas fixas para o apoio de articulação.**
- **Criar estratégias de integração e intercâmbio de informações e comunicação entre todas as instâncias dos fóruns, para melhorar o fluxo de informações que não têm chegado às bases, principalmente com a manutenção de secretaria executiva, eleger uma pessoa ou uma equipe responsável pela divulgação das informações.**
- **Facilitar o diálogo por segmento, dando ênfase ao processo de autonomia dos EES.**

d) Coordenação Executiva

Quanto aos objetivos

A Coordenação executiva tem como principal objetivo fazer a gestão política cotidiana, a interlocução com outros movimentos e com o governo federal, e o acompanhamento da Secretaria Executiva Nacional.

Quanto às atribuições

- Fazer a mediação política, de acordo com orientações da Coordenação Nacional, com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES-MTE) e com outras instâncias do governo federal, com seus Planos de Ação e com as providências deles decorrentes;
- Tomar decisões políticas, operacionais e administrativas para a realização das ações deliberadas pela Coordenação Nacional e Plenária Nacional;



- Acompanhar a gestão financeira e administrativa da Secretaria Executiva;
- Indicar representantes do FBES na participação em eventos;
- Propor a agenda e metodologia das reuniões da Coordenação Nacional;
- Definir critérios para a escolha dos membros da Secretaria Executiva.
- Apoiar e acompanhar os encontros macrorregionais **(Incluído na VIII reunião da Coordenação Nacional do FBES)**
- Captar recursos para viabilizar as executivas estaduais **(Incluído na VIII reunião da Coordenação Nacional do FBES)**
- Estimular a contribuição das entidades nacionais para o deslocamento dos empreendimentos para as atividades do FBES. **(Incluído na V Plenária Nacional)**
- Estimular o apoio de projetos em execução e programas governamentais, mediante a disponibilização de recursos, para apoio às atividades propostas pelos fóruns (nacional, estaduais e locais). **(Incluído na V Plenária Nacional)**

Quanto ao funcionamento

- As/os integrantes da Coordenação Executiva são eleitos pela Coordenação Nacional dentre seus integrantes.
- É necessário ampliar os canais de comunicação entre a coordenação executiva e a coordenação nacional, permitindo uma aproximação entre as duas instâncias.
- Que os membros da Coordenação Executiva mantenham contato com as suas bases, participando das reuniões dos fóruns estaduais.
- Não haverá remuneração da coordenação executiva. **(Incluído na VIII reunião da Coordenação Nacional do FBES)**
- **Caso haja algum tipo de apoio financeiro à Coordenação Executiva, que seja na forma de diária e preferencialmente direcionadas para os empreendimentos de economia solidária. (Incluído na V Plenária Nacional)**

Quanto às diretrizes para composição: (Incluído na VIII reunião da Coordenação Nacional do FBES)

- A Coordenação Executiva deve ter caminhada (experiência) para dar conta dos crescentes desafios do FBES em diferentes âmbitos.

Quanto à composição (Item incluído na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES)

- A Coordenação Executiva Nacional deve ter em sua composição 13 integrantes, sendo 7 representantes de empreendimentos (2 do nordeste, 2 do norte, 1 do sul, 1 do sudeste e 1 do Centro Oeste) 5



representantes das entidades e redes nacionais e 1 representante da rede de gestores .

e) Secretaria Executiva Nacional

Quanto à missão (Item incluído na VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES)

- Contribuir para o fortalecimento do FBES através da execução de ações determinadas a partir de orientações políticas das Plenárias Nacionais e da Coordenação Nacional, e de acordo com orientações, supervisão e acompanhamento da Coordenação Executiva.

Quanto aos objetivos específicos

- Potencializar e dar vazão à diversidade de vozes, concepções e práticas que emanam das instâncias constituintes do FBES (Fóruns Estaduais e Entidades Nacionais)
- Contribuir para a articulação interna e entre os segmentos em torno das lutas e bandeiras do FBES
- Contribuir para a afirmação do protagonismo do segmento dos empreendimentos no FBES
- Fortalecer a organização da Economia Solidária em nível local a partir da partilha do saber fazer da secretaria executiva
- Animar, com criatividade, as instâncias do FBES quanto aos encaminhamentos deliberados pelas mesmas. **(Incluído na VIII reunião da Coordenação Nacional do FBES)**

Quanto às atribuições

Acompanhamento

- Organizar, acompanhar, secretariar e disponibilizar relatórios dos encontros periódicos das instâncias do FBES (Coordenação Nacional, Coordenação Executiva e GTs)
- Organizar, acompanhar, garantir a relatoria (própria ou de outros) e disponibilizar relatórios de eventos organizados pelo FBES, tais como encontros regionais, oficinas, plenárias, feiras, festivais, entre outros
- Subsidiar a participação do FBES em eventos e garantir a socialização das informações e encaminhamentos retirados

Comunicação / Animação

- Criar, manter e animar ferramentas de comunicação interna (para dentro do FBES e suas instâncias) e externa (público, entidades e poder público), tais como: atendimento ao público via telefone, e-mail e Fax; manutenção e animação do site fb.es.org.br; manutenção e animação das listas virtuais de discussão; elaboração de boletins quinzenais; entre outras;
- Divulgar publicamente anos relatórios anuais a execução financeira e as atividades do FBES em níveis nacional e macrorregional. **(Incluído na VIII reunião da Coordenação Nacional do FBES)**



Gestão / Sustentação

- Administrar projetos de sustentação da estrutura do FBES em níveis nacional e macrorregional, com acompanhamento da Coordenação Executiva;
- Elaborar projetos e captar recursos para o FBES, a partir das deliberações de suas instâncias.
- Arquivar, sistematizar e disponibilizar o acervo documental do FBES.

Articulação

- Contribuir com a integração do FBES com outros fóruns, redes internacionais, instâncias do governo federal e outros movimentos sociais;
- Desencadear processos de formação junto às secretarias estaduais existentes e estimular a criação de novas;
- O tamanho da Secretaria Executiva não deve aumentar (salvo decisão da coordenação executiva mediante alteração na demanda de trabalho) e sua atuação deve concentrar-se na execução e não no desempenho de funções políticas. **(Incluído na VIII reunião da Coordenação Nacional do FBES)**

f) Grupos de Trabalho²

Quanto ao funcionamento

- Os GTs devem ampliar o uso de meios eletrônicos para seus debates irem além dos encontros presenciais e para melhor comunicação com a Coordenação Nacional e Executiva do FBES.
- Os GTs são estruturas do FBES que possuem caráter transitório e que só deixarão de existir com a aprovação de no mínimo 50% mais um da Coordenação Nacional. **(Incluído na VIII reunião da Coordenação Nacional do FBES)**
- Os GTs do FBES não serão fixos, mas sim criados para apoiar a Coordenação Nacional do FBES para alguma tarefa específica, sendo dissolvidos após o cumprimento da mesma.

(Incluído na VIII reunião da Coordenação Nacional do FBES)

Quanto à sua criação

- Fica a critério da Coordenação Nacional definir quais GTs serão fixos e quais serão temporários (por tarefas). **(Incluído na VIII reunião da Coordenação Nacional do FBES)**
- **Deve haver um GT específico de mulheres³**

²O documento síntese da V Plenária aponta diversas sugestões e diretrizes para a criação e/ou funcionamento de GTs (veja seção 2 deste documento). Há indicação no documento de aprofundar o debate sobre os GTs no âmbito da Coordenação Nacional.

³A definição incluída na VIII reunião da Coordenação Nacional do FBES “*Deve haver um GT específico sobre gênero*” – foi alterada na X Reunião da Coordenação Nacional para



Na V plenária foram sugeridas as criações dos seguintes GTs:

Juventude, Articulação Política com outros movimentos sociais, Finanças Solidárias / Sustentabilidade, Mulheres, Comunicação e Mobilização, Marco Legal, Educação e Cultura em Economia Solidária, Produção, Comercialização e Consumo

“GT de mulheres”, para organização exclusiva das mulheres.



4.5. Orientações de sustentabilidade e personalidade jurídica

Quanto às indicações da V plenária sobre a sustentabilidade do FBES temos novas orientações para a sustentabilidade, sem repetir o que já temos na IV Plenária:

- **Para aprofundar, discutir e estruturar um plano de sustentabilidade na perspectiva de garantir autonomia política e financeira, é importante que os fóruns organizem um debate ou seminário do tema.**
- **Realizar feiras com uma tenda do fórum, com a venda de produtos doados pelos EES, além de atividades promocionais e feiras específicas, aonde o valor arrecadado é revertido para a manutenção do Fórum.**
- **Elaboração de projetos com apoio das entidades para elaborar, capacitar e gerir os projetos. Ter o entendimento de buscar apoio com fontes financiadoras que atuam e são coerentes com os princípios da Economia Solidária. Todos os fóruns locais buscarem constituir um fundo solidário e a contribuição seja acessível para todos os participantes, com uma prestação de contas transparente e periódica. É importante que estas iniciativas sejam divulgadas para ampliar as contribuições, e seja estabelecido o comprometimento de cada integrante do fórum, seja empreendimentos, entidades de apoio ou gestores públicos. Redistribuição do fundo para todas as instâncias (nacional, estadual, local, redes, coletivo de formação e etc.)**

Quanto ao estatuto jurídico do FBES

Não deve ser criada nenhuma entidade jurídica para o FBES. Este espaço deve permanecer democrático e aberto e buscar garantir que as entidades jurídicas (para captação de recursos nos editais para apoio aos fóruns e empreendimentos) deverão ser deliberada e/ou referendada pelos fóruns a partir do critério de participação orgânica. As redes e entidades que integram organicamente o FBES devem ser preparadas para a captação de recursos (Incluído na V Plenária Nacional)



5. Anexos

Anexo A: Programação

	09.12.12	10.12.12	11.12.12	12.12.12	13.12.12
06:30 07:00	Chegada e credenciamento	Amanhecer	Amanhecer	Amanhecer	Amanhecer
07:00 08:00		Café da manhã	Café da manhã	Café da manhã	Café da manhã
08:00 08:30		Fio condutor + diário	Fio condutor + diário	Fio condutor + diário	Fio condutor + diário
08:30 10:30		Mesa “Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”	Eixo 1 - Orientação Política do movimento Mini-Plenárias (7 MP)	Eixo 3 – Organicidade do Movimento Mini-Plenárias (7 MP)	Eixo 2 - Orientação das ações do movimento Mini-Plenária II
10:30 11:00	Café	Café	Café	Café	Café
11:00 13:00		Eixo 1 - Orientação Política do movimento Grupos de Trabalho (7 GTs)	Eixo 1 - Orientação Política do movimento Mini-Plenárias (7 MP)	Eixo 1 - Orientação Política do movimento Plenária Geral	Ato Político Mística de encerramento
13:30 14:30	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
15:00 17:00	Abertura	15:00 – 16:00 Contribuição à V Plenária Nacional”- Paul Singer Moderação - Ademar Bertucci	Eixo 3 - Organicidade do movimento Plenária Geral	Eixo 2 - Orientação das ações do movimento Mini-Plenária I	Retorno dos participantes
17:00 17:30		16:00 – 17:30 Mesa “Movimentos Sociais no Brasil”			
17:30 19:30	Leitura e aprovação do Regimento Interno	Eixo 3 – Organicidade do Movimento Mini-Plenária por região	Eixo 1 - Orientação Política do movimento Carrossel	Eixo 3 – Organicidade do Movimento Plenária Geral	Retorno dos participantes
19:30 20:30	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar	Jantar
21:00 23:00	Programação da V Plenária	Mostra de livros e Ecosol	Mostra de Ecosol / Atividades autogestionadas	Festa e Mostra de Ecosol	Retorno dos participantes



Anexo B: Regimento de Funcionamento da V Plenária Nacional de Economia Solidária

Define as normas de funcionamento da V Plenária Nacional de Economia Solidária, convocada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A Plenária é a instância máxima e soberana para qualquer decisão na V Plenária Nacional de Economia Solidária.

Art. 2º - A V Plenária Nacional de Economia Solidária, cujo tema é "**Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável**" tem como objetivos, por deliberação da X Reunião da Coordenação Nacional do FBES:

- Contribuir para a consolidação do movimento de economia solidária, afirmando-o como movimento social contra o capitalismo, por uma nova sociedade e organização social, política e econômica;
- Contribuir para o processo de estruturação e organização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES);
- Ampliar diálogos, articulações de alianças estratégicas, parcerias e convergências com outros movimentos sociais na construção de uma sociedade justa, solidária, diversa, autogestionária e sustentável.

CAPÍTULO II - DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - A V Plenária Nacional de Economia Solidária será realizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) no período de 09 a 13 de dezembro de 2012, em Luziânia/GO.

Art. 4º - A V Plenária Nacional é voltada para o movimento de Economia Solidária no Brasil, e é fruto de um processo de Plenárias Locais/Territoriais, Estaduais e Temáticas realizado entre março e outubro de 2012.

CAPÍTULO III - DOS EIXOS

Art. 5º - Na V Plenária Nacional de Economia Solidária os debates serão organizados em três eixos:

- Orientação política (questões mais amplas e gerais sobre a perspectiva e horizonte da economia solidária);
- Orientação das ações (questões que refletem sobre as diretrizes a partir de ações prioritárias para a economia solidária);
- Organicidade (questões que abordam a estrutura e a organização do FBES);

CAPÍTULO IV - DAS/OS PARTICIPANTES, SEGMENTOS E FORMA DE PARTICIPAÇÃO

Art. 6º - As/os participantes da V Plenária Nacional de Economia Solidária serão organizadas/os por representantes de três categorias:

As/os integrantes da comissão organizadora nacional, composta pelas/os integrantes titulares e suplentes da coordenação executiva do FBES, com direito à voz e voto;

As/os representantes eleitos nas Plenárias Estaduais com direito à voz e voto (delegações estaduais);

As/os convidadas/os com direito à voz e sem direito a voto.

Art. 7º - A representação dos diferentes segmentos na V Plenária Nacional de Economia Solidária terá a seguinte composição e proporcionalidade:

Pelo menos 50% de representantes de Empreendimentos Econômicos Solidários e/ou Redes de Empreendimentos;

Até 25% de representantes de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento a Economia Solidária;

Até 25% de representantes de Gestores Públicos de Políticas Públicas de Economia Solidária.



Parágrafo único - É necessário levar-se em conta a representação étnica, racial, de gênero, orientação sexual, comunidade tradicional, de pessoas com deficiência, diversidade das cadeias produtivas e regionais dos Empreendimentos Econômicos Solidários;

Art. 8º - O credenciamento das delegações estaduais e das/dos convidadas/os ocorrerá no local da V Plenária a partir das 9h do dia 9 de dezembro de 2012 até às 18h do dia 10 de dezembro de 2012, não podendo haver novas inscrições após este período.

Parágrafo único - Situações excepcionais serão tratadas pela Comissão Organizadora Nacional.

CAPÍTULO V - DA COORDENAÇÃO

Art. 9º - A Comissão Organizadora Nacional, composta pelas/os integrantes titulares e suplentes da coordenação executiva do FBES, eleita e instaurada pela Coordenação Nacional do FBES em sua X reunião nacional ocorrida em Brasília/DF, no período de 18 a 20 de agosto de 2011, tem as seguintes competências:

- Coordenar, supervisionar e promover a realização da V Plenária Nacional de Economia Solidária;
- Elaborar a proposta de programação da V Plenária Nacional de Economia Solidária;
- Estimular, apoiar, e acompanhar as Plenárias Estaduais e Temáticas preparatórias à V Plenária Nacional de Economia Solidária;
- Validar as Plenárias Estaduais de Economia Solidária e Temáticas;
- Orientar a metodologia nos trabalhos da V Plenária Nacional de Economia Solidária;
- Sistematizar e promover a realização da V Plenária Nacional de Economia Solidária, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;
- Mediar eventuais dissensos e impasses durante as etapas da V Plenária Nacional de Economia Solidária.

Parágrafo Único - A Comissão Organizadora pode convocar representantes de diferentes unidades da federação que fazem parte da Coordenação Nacional do FBES para a consecução de suas atribuições metodológicas, operacionais e de sistematização.

CAPÍTULO VI - DO FUNCIONAMENTO

Art. 10 - Os trabalhos da V Plenária Nacional de Economia Solidária serão realizados através de:

Mesas temáticas;
Grupos de trabalho;
Mini-plenárias;
Plenárias Gerais.

Parágrafo Único - todos estes espaços serão compostos por:

Representantes das Plenárias Estaduais;
Comissão Organizadora Nacional da V Plenária;
Convidadas/os;
Um/a ou mais coordenadoras/es;
Um/a ou mais sistematizadoras/es.

Art. 11 - As deliberações da V Plenária Nacional de Economia Solidária serão de 3 (três) natureza:

Considera-se **consenso** a proposta aprovada pela totalidade das/dos participantes de uma Mini-Plenária ou de uma Plenária Geral;
Considera-se **dissenso** a proposta que não for consensuada e seja defendida por pelo menos dois/duas participantes em uma Mini-Plenária ou Plenária Geral. Neste caso, o documento final apresentará os dissensos para aprofundamento pelo Movimento de Economia Solidária após a V Plenária.



Considera-se **aprovada em votação** a proposta não consensual que foi submetida à votação em uma Mini-Plenária ou Plenária Geral do eixo “Organicidade do Movimento”, a fim de garantir a direção de suas ações e funcionamento do FBES.

Parágrafo Primeiro: As Mini-Plenárias e Plenárias Gerais dos eixos “Orientação Política do Movimento” e “Orientação das Ações do Movimento” terão apenas deliberações do tipo *consenso e dissenso*.

Parágrafo Segundo: No caso de votação (eixo “Organicidade do Movimento”), o rito de decisão será o seguinte:

Será considerada aprovada a proposta que obtiver pelo menos 50% mais um dos votos das/dos participantes da Mini-Plenária ou Plenária Geral.

A cada proposta apresentada, será garantida uma manifestação contrária e uma manifestação favorável, pelo tempo máximo acordado pela Mini-Plenária ou Plenária Geral no início dos trabalhos.

Após as manifestações, a/o coordenador/a consultará a Mini-Plenária ou Plenária Geral sobre a necessidade de mais manifestações sobre o mesmo tema.

Estando a Mini-Plenária ou Plenária Geral esclarecida, a proposta será encaminhada para votação por contraste.

Havendo consenso da Mini-Plenária ou Plenária Geral quanto ao resultado por contraste, a votação será considerada encerrada.

Caso não haja consenso quanto ao resultado por contraste, a/o coordenador/a repetirá a votação e procederá a contagem de votos das/dos participantes com direito a voto.

Art. 12 - As Mesas Temáticas, que não terão caráter deliberativo, contarão com exposições de convidadas/os e servirão como subsídio para os trabalhos nos três eixos.

Art. 13 - Os Grupos de trabalho farão a leitura do documento síntese a partir de questões orientadoras para a apropriação das/dos presentes sobre o conteúdo vindo dos estados. Eles não têm caráter deliberativo.

Art. 14 - As Mini-Plenárias deliberarão sobre as questões orientadoras e debates nos 3 (três) eixos, podendo organizar-se por temas ou por macrorregião.

Art. 15 - As Plenárias Gerais deliberarão, em última instância, as propostas encaminhadas pelas Mini Plenárias dos seguintes eixos:

Orientação Política do Movimento;

Organicidade do Movimento.

Parágrafo único: O eixo “Orientação para as Ações do Movimento” terá suas deliberações consensuadas nas duas mini-plenárias reservadas para este eixo durante a V Plenária Nacional.

Art. 16 - Caso algum/a participante da V Plenária Nacional tenha ação contrária aos princípios da Economia Solidária, tais como: agressão física ou verbal, desrespeito às inscrições para fala, desrespeito a questões de gênero, de orientação sexual, de raça, de etnia, de diversidade religiosa, de pessoas com deficiência, poderá ser retirada/o pela Comissão Organizadora da Plenária.

Art. 17 - O relatório final da V Plenária Nacional de Economia Solidária será divulgado e disponibilizado às/aos participantes da V Plenária, bem como para as instâncias do FBES, para a sociedade, para movimentos sociais e para os governos.

Art. 18 - O quórum para deliberações na Plenária Nacional de Economia Solidária é de pelo menos 50% mais um/a das/os participantes credenciadas/os, em primeira chamada, respeitada a maioria de mulheres.

Parágrafo Primeiro: Caso o quórum não seja atingido em primeira chamada, será realizada uma segunda chamada, após 30 minutos da primeira.

Parágrafo Segundo: Caso o quórum ainda não seja atingido em segunda chamada, as deliberações poderão ser tomadas com a quantidade de participantes presentes.



Art. 19 - Os casos omissos do presente regimento serão deliberados pela Comissão Organizadora e, em caso de recurso, pela Plenária Geral.



Anexo C: Lista dos participantes

Representantes das Plenárias Estaduais

UF	Nome completo	Segmento
AC	Adalberto Braz da Fonseca	EES
AC	Antonio da Conceição de Azevedo	EES
AC	Clóvis Pires de Araújo	EES
AC	Élida Hilário Guimarães	EES
AC	Francisco Janes da Conceição	EES
AC	Márcia Silvia de Lima	EES
AC	Maria Andrade da Costa	EES
AC	Maria das Dores Miranda de Lima	GP
AC	Pedro Moraes	EES
AC	Sonia Aparecida Santos Coelho	EES
AL	Edimir Francisco da Silva	GP
AL	Denise Maria Oliveira dos Santos	EAF
AL	Ivanilda da Conceição Gomes	EES
AL	João José Xanxão da Silva	EAF
AL	José Cicero da Silva	EES
AL	José Edson Alves	
AL	Lindinalva Oliveira dos Santos	EES
AL	Marcia Tojal da Silva Januário	EES
AL	Maria Quinó dos Santos	EES
AL	Mayara Oliveira dos Santos Lima	EES
AL	Renato Ferreira da Silva	GP
AL	Rosedite Pereira Lessa	EES
AL	Salette Barbosa de Oliveira	GP
AL	Valdenisa Gonçalves dos Santos	EES
AM	CLAY OLIVEIRA ESTEVES	EES
AM	DEUSDETH SALLES DA SILVA	EES
AM	ELIAZIBE CAMPOS PEREIRA	EAF
AM	MARIA DO CARMO RODRIGUES DA SILVA	EES
AM	Tatiane Valente	EES
AP	Assunção Gomes da Graça	EES
AP	Carmita Duarte Medeiros	EES
AP	Edna Maria Coelho Carvalho	EES
AP	Eloina C. Lazamé	EES
AP	Linaldo Dário Loureiro	EES
AP	Maria das Graças Santos Brazão	EES
AP	Maria do socorro Alberto dos Santos	EES
AP	Solange do Carmo Costa	EES
BA	Aderlinda Bastos Santana	EES
BA	Agda Ribeiro da Silva	EES
BA	Ana Suely Conceição Franco Moraes	EES
BA	Ananias Nery Viana	EES
BA	Carlos Alberto Ferreira dos Santos	EES
BA	Cintya Santos Nobre	EAF
BA	Debora Rodrigues	EAF
BA	Dinorah Lobo dos Santos Souza	GP
BA	Diogo Rego	
BA	Eleneide A. C. Carneiro	EES
BA	Evaristo Carneiro de Souza	EES
BA	Fabiana Andrade Lopes	EES
BA	Farnézio Brás dos Santos	EAF



UF	Nome completo	Segmento
BA	Geusa da Purificação Pereira	EAF
BA	Gilmário de Almeida	EES
BA	Ivonete de Oliveira Silva	EES
BA	Joiara Souza Santos	EES
BA	José da Boa Morte Teixeira Filho	GP
BA	Juvaldino Nascimento da Silva	EAF
BA	Maria das Graças S. Santos	EES
BA	Maria do Socorro dos Santos	EES
BA	Nilton Souza de Cerqueira	GP
BA	Ronalda Barreto	EAF
BA	Tatiana Araújo Reis	GP
BA	Teresa de Souza Bahia	EAF
CE	Ana Lourdes de Freitas	EES
CE	Antonia Olga C. de Moura	EAF
CE	Carlos Roberto Cabral Bruno	EES
CE	Conceição Peixoto	EAF
CE	Eliane Moreira Barbosa	EES
CE	Expedito Guedes da Silva	EES
CE	Francisca Iracema da Silva	EAF
CE	Francisca Glaucia de Almeida Silva	
CE	Francisco José de Lima Santiago	EAF
CE	Heliane Aragão Pereira	GP
CE	Isabel Cristina Forte	EAF
CE	Ivonilce Lemos Rabello	
CE	Jacques Jefferson Vasconcelos Mendes	EES
CE	Marcos Eldênio de Sousa Farias	EAF
CE	Maria da Conceição Gomes Peixoto	EAF
CE	Maria das Graças dos Santos Pereira	EES
CE	Rosana Marques Lima	GP
DF	Ademar Bertucci	EAF
DF	Afonso Magalhães	GP
DF	Claudia Lima	EAF
DF	Cleide Mara	EAF
DF	Fernanda Mascarenhas Rocha	EAF
DF	Jaime Conrado	EAF
DF	Juliana Guedes	EAF
DF	Lilian de Jesus Alves dos Santos	GP
DF	Maria de Fátima Romano	EES
DF	Maria de Lurdes Pereira de Oliveira	EES
DF	Maria Diva	EES
DF	Maria Onézia Alves do Nascimento	EES
DF	Nelcy Barcellos Cordenonsi	EES
DF	Olena Valente Rodrigues	EES
DF	Paulo Henrique de Moraes	EES
DF	Rita de Cássia Carvalho	GP
DF	Rizoneide Amorim	EAF
DF	Rosimeri Melo Pereira	EES
DF	Santina Camargo	EES
DF	Shirlei Silva	
DF	Solange Almeida Batista	EES
DF	Waldelucia Alves de Oliveira	GP
ES	Aidce Fátima Tapias de Oliveira	EAF
ES	Ana Gualandi Dias	EAF



UF	Nome completo	Segmento
ES	Benivaldo Neres da Paixão	EES
ES	Gilmar José Leopoldino	GP
ES	Guilherme Ribeiro de Souza Lima	GP
ES	Itamarcos Coutinho Pitomba	EAF
ES	Jossiara Santana Antonio	EES
ES	Joziele de Cássia Lopes Pereira	GP
ES	Luciana Ferreira da Silva	GP
ES	Maria do Carmo Cantilio Felipe	EES
ES	Maria José de Souza Ramo	EES
ES	Maria Santana	EAF
ES	Marília Soares de Moraes	EES
ES	Marli Machado Sala	EES
ES	Rafael Coffler	GP
ES	Rafael Correia Freitas	EAF
GO	Antônio Pereira Chagas Chagas	EES
GO	Deusdete José de Oliveira	EES
GO	Diego Quixabeira e Souza	EAF
GO	Joana D´Arc Aguiar de Souza	EAF
GO	Luzia Luzinete Souza	EES
GO	Ormezinda Ferreira dos Santos	EES
GO	Terezinha Lima Silva	EES
GO	Venice Francisca Martins	GP
GO	Vera Lúcia Serradourada	GP
GO	Vicente Herculano Costa	EES
MA	Claudia Maria Corrêa Gonçalves Neta	GP
MA	CLAUDIANE ALENCAR FERNANDES	EES
MA	Dandara Mendes	EES
MA	EUNICE COSTA NUNES	EAF
MA	JAQUELINE BARROS	EES
MA	JOSÉ CARLOS DE PAIVA SANTOS	GP
MA	Kátia Cristina Neves Bastos	EES
MA	Maria da Conceição de Sousa Silveira	GP
MA	Maria José Coelho	EES
MA	MARIA LUIZA MENDES	EES
MA	Mariana Debora Claudiano do Nascimento	GP
MA	MATIAS SOUSA DO NASCIMENTO	EES
MA	NIZETE SANTOS CARVALHO	EES
MA	SHEILA MARIA SILVA FERREIRA	EES
MG	ADELIA MARIA GOMES DOS SANTOS	EES
MG	ALEXANDRE PIRES LAGE	EAF
MG	AMÉRICO JESUS DE MELO	EES
MG	ANA AMÉLIA DE MELO MEDEIROS	EAF
MG	ANA PAULA SOARES MEDINA	EES
MG	ARLENE DEILA DA SILVA SALDANHA ALVES	EES
MG	ARMANDO DOS SANTOS	EES
MG	BEATRIZ DE CARVALHO TEIXEIRA WERNECK	EES
MG	CARMEM LÚCIA DA SILVA	EES
MG	CLEONICE FERREIRA NUNES LOPES	EES
MG	EDSON LUIZ AMBRÓSIO	GP
MG	ELSON DE OLIVEIRA FELICE	EAF
MG	FABÍOLA BARBOSA MARTINS CASTRO	GP
MG	FRANCISCA MARIA DA SILVA	EES
MG	FRANCISCA PAULINA DA SILVA	EES



UF	Nome completo	Segmento
MG	GERALDO PACHECO	EAF
MG	HUDSON DE PAULA BOHRER	GP
MG	HUMBERTO ALENCAR SILVA DE FREITAS	EAF
MG	JOÃO LOPES	EES
MG	JOÃO MARQUES CHILES	EAF
MG	LEONIE MOREIRA DA FONSECA	EES
MG	LUCIDALVA SANTOS	EES
MG	LUZIA CAMPOS DA S. FERREIRA	EES
MG	MANUEL ALEJANDRO CASTANERA SALINAS	EAF
MG	MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA	EES
MG	MARIA GERALDA DE SOUSA LOPES	EES
MG	MARIA GORETTI LEÃO	GP
MG	MARIZA FERREIRA MENDES	EES
MG	MARTA FERNANDES OLIVEIRA	EES
MG	MEIRILENE SIMPLICIO DO AMARAL SILVA	EES
MG	NEUZA MARIA FERREIRA	EES
MG	PATRÍCIA ENGRÁCIA RIBEIRO	GP
MG	REGINALDO BARBOSA DA SILVA	EES
MG	ROSANE VILELA BALTAZAR	EES
MG	ROSENY ALMEIDA	EAF
MG	SIDINEIA APARECIDA DOS SANTOS	EAF
MG	SILVANA MARIA LEAL DE ASSIS	EES
MG	SOLANGE MOREIRA DA COSTA	GP
MG	SÔNIA DE FÁTIMA MEDEIROS VASCONCELOS	EES
MG	SÔNIA MARIA RIBEIRO DE OLIVEIRA	EAF
MG	TEREZA CRISTINA DA SILVA	EES
MG	TIAGO VANDRÉ SANTOS DE LIMA	EAF
MS	Adriano Rodrigues da Rosa	EES
MS	Anibal Carlos Monzon Novena	EES
MS	Antônio Mendes da Silva	GP
MS	Armindo Tudela Fardim	EES
MS	Dilma Gomes da Silva	EAF
MS	Helena Feitosa alvares Barreto	EES
MS	João Batista Vieira de Almeida	EES
MS	José Carlos Pacheco	EAF
MS	Lenir Paiva Flores Garcia	EES
MS	Levi Octávio Quirino Cabreira	GP
MS	Marcelo Meira da Silva	EAF
MS	MARCELO MEIRA DA SILVA	EAF
MS	Margareth Delmondes	EES
MS	Maria do Socorro Carvalho da Costa	GP
MS	Marinalva Angelica Leite Nascimento	GP
MS	Miguel Ferreira	GP
MS	Neide Castilho dos Santos	EAF
MS	Pedro Márcio Medina Pessoa	EAF
MS	Sara Haubert Santiago	EAF
MS	Sebastiana Almire	EES
MS	Sebastião Arnaldo de Sousa	EES
MS	Simone Cristine Lúcio	EES
MS	Sivirino Porto Sandre	EES
MS	Vanderley Martins Pontes	EES
MS	Zilma Gonçalves	EES
MT	Altamira Generoso	EES



UF	Nome completo	Segmento
MT	Antonio Pereira da Silva	EES
MT	Aristoteles Araujo Marques	EES
MT	Bento Carlos Moura	EES
MT	Carmem Melo	EAF
MT	Dalcina Luiza da Silva	EES
MT	Elizabete Maria da Silva	EES
MT	Ezedequias de Queiroz Silveira	EAF
MT	Gilmar Xavier	EES
MT	Jussila Toreboudo	EES
MT	Miguelina M. Sampaio	EAF
MT	Odilia P. de Oliveira	EES
MT	Rosana Cruz	EAF
MT	Ursulina F. dos Santos	EES
PA	Alzamira de Souza Santarém	EES
PA	Fátima Pinheiro Correa	EES
PA	Hailton Mendes da Silva	EES
PA	Joana D'arc Santos de Souza	EES
PA	Maria Aparecida Alves Igreja	EES
PA	Maria Beatriz Ferreira Lima	EES
PA	Maria Celia Luiza Sena	EES
PA	Maria Dalva da Cruz Luz	GP
PA	Maria Gercina Alves de Araújo	EES
PA	Miguel Carvalho do Nascimento	EES
PA	Rosa Malena Santa Brigida	EES
PA	Vera Goretti da Silva Oliveira	EES
PB	Adriana E. M Araújo	EES
PB	Francileide de Souza Alvarenga	EAF?
PB	Genilda Costa da S. Cordeiro	EES
PB	Inácia Josefa de F. Apolinário	EES
PB	Iris Diana M Oliveira	EES
PB	Maria Auxiliadora de A. Barros	EAF
PB	Maria de Fátima M.Nascimento	EES
PB	Maria do Socorro Moraes	EES
PB	Maria Ilza Andrade Ferreira	EES
PB	Marlene Gomes de Medeiros	EES
PE	Ana Cristina do Nascimento	EES
PE	Ana Dubeux	EAF
PE	Ângelo Zanre	EAF
PE	Beatriz de Fátima dos Santos	EES
PE	Bernadete B. Aguiar	EES
PE	Cristiane Maria da Silva	EES
PE	Dilce Maria Alves Feitosa	EES
PE	Helena Maria Batista	EES
PE	Horácio Lourenço da Silva	EES
PE	Ivete da Silva Sousa	EES
PE	José Quiterio da Silva	EES
PE	José Rufino dos Santos	EES
PE	Leylah Oliveira de Araújo	EES
PE	Luiz Damião Barboza	EES
PE	Luiza Cavalcante Santos	EES
PE	Maria Cristina Alexandre de Souza	EES
PE	Maria de Lourdes B. da Silva	EES
PE	Maria Severina da Silva	EES



UF	Nome completo	Segmento
PE	Rita José de Santana Scabio	EES
PE	Robelania Rabelo dos Santos	EES
PE	Selma Cavalcante	EES
PE	Shirley Santos	EAF
PE	Silvana Queiroz	EAF
PE	Valuzia Arcoverde de Brito	EES
PE	Zafira Peixoto	GP
PI	Antonia de Jesus A. Lima	EAF
PI	Claudio Roberto S. Moraes	EES
PI	Cristijanes Lacerda	EES
PI	Cristino de Sousa Pereira	EES
PI	Francisca Andrade Soares	GP
PI	Francisca Ferreira da Silva Santos	EES
PI	Francisco Xavier de Oliveira	EAF
PI	Gercina Dalva Pereira de Sousa	EES
PI	Hermilha Pereira	EES
PI	Joana Pereira da Silva	EES
PI	Leandro Dias de Sousa	EAF
PI	Mauro Rodrigues da Silva	EAF
PI	Raimunda Vila Nova	EES
PI	Solange Maria da Silva do Nascimento	GP
PI	Ytalo da Silva Aguiar	EES
PR	Célio Leandro Rodrigues	EES
PR	Clauba Machado Mendonça	EES
PR	Dirce de Souza	EES
PR	Durce Rodrigues de Figueiredo	GP
PR	Erica Salles Lima	EES
PR	Irene Medina	EES
PR	Ivone B. França das Neves	EES
PR	Jaime Antonio Piloni	EES
PR	Jamile Christoval Pereira	EES
PR	Jandir José Teixeira	EES
PR	José Aparecido de Oliveira	EAF
PR	Lucia L. de Oliveira	GP
PR	Marcia Bianchi da Costa	GP
PR	Maria Madalena dos Santos da Silva	EES
PR	Marilena Silva	EAF
PR	Marilene Felix dos Santos	EES
PR	Marinete M. Ferreira	EES
PR	Odair Maria Carueiro Martins	EES
PR	Reginaldo D. Figueiredo	EAF
PR	Rosangela Ferreira	EAF
PR	Vladimir de França	GP
RJ	Alba Cristina Miranda Meirelles	
RJ	Alex Esteves	EAF
RJ	Amadeu S. da Silva	EES
RJ	Ana Maria B. Barbosa	EAF
RJ	Aneilda dos Santos Sampaio	EES
RJ	Arlete de Meneses Colonese	EAF
RJ	Bárbara Cunha F. de Oliveira	EAF
RJ	Daniele Braz da Silva	EES
RJ	Eliane Freixo dos Santos	EES
RJ	Ellen Cristina adalberto Mazzei	



UF	Nome completo	Segmento
RJ	Elza Santiago	EES
RJ	Gilson Correa	EES
RJ	Juliana Cavalcanti	GP
RJ	Lucia Pinto de Oliveira	EES
RJ	Luiz Antunes da Penha	EES
RJ	Luiz Carlos da Silva	EES
RJ	Maria das Graças Nunes de Oliveira	
RJ	Maria Fatima Valentim dos Santos	EES
RJ	Maria José Pessoa	EES
RJ	Maria Madalena Franco Louvisqui	EES
RJ	Maria Terezinha Borel	EES
RJ	Nancy Lino de Oliveira Souza	EES
RJ	Neurisete da Silva	EES
RJ	Nilza Franco Portela	
RJ	Nívea Patrocínio	
RJ	Regina Célia S. Guimarães	EES
RJ	Rosane Maria Ribeiro Nunes	
RJ	Rosineide dos Anjos Fagundes	EES
RJ	Sigrity Lima	GP
RJ	Sonia Braz	EES
RJ	Sueli Fernandes de Paula	EES
RN	ANA PAULA DOS SANTOS	EES
RN	ANTONIO JOSE DOS SANTOS	EAF
RN	CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA COSTA	EES
RN	CASSIMIRO JOSÉ DANTAS	GP
RN	FRANCICLAUDIO DE PAULA	EAF
RN	FRANCISCA ELIANE DE LIMA	EES
RN	FRANCISCO MELO MEDEIROS	EES
RN	FRANCISCO NAVEGANTES	EAF
RN	JOANA ALVES LIMA GOMES	EES
RN	JOÃO EVANGELISTA BEZERRA	GP
RN	JOÃO PAULO DA COSTA SOARES	EES
RN	JOELMA MENEZES	EAF
RN	JOSIANE BEZERRA TIBURCIO	GP
RN	LIDIANE FREIRE DE JESUS	EAF
RN	MARIA DANTAS DE MELO	EES
RN	MARIA JOSE DA SILVA	EES
RN	MARIA UBENAIDE OLIVEIRA DE MORAIS	EES
RN	TATIANA MUNIZ SIQUEIRA	EES
RO	Andrea Christiane da Silva Mendes	EES
RO	Esmeraldo Pedroso de Oliveira	EES
RO	Fábio José de Queiroz Macedo	GP
RO	Flavio Moraes	GP
RO	Francisco Reginaldo de Oliveira	EES
RO	Kennedy Wilson Silva Mota	EES
RO	Maria Cristina Nunes Matsuo	EES
RO	Maria de Fátima Silva Aguiar	EES
RO	Marlene Rodrigues Ambrózio Marques	EES
RO	Orivaldo Rodrigues Chaves	EES
RO	Raimundo Moreno Faustino	EES
RO	Ricardo Luiz Coelho Menezes	EES
RO	Rolando Anes Parada	EES
RR	Edilson Pereira da Silva	EES



UF	Nome completo	Segmento
RR	Elielma Coelho Derzi	EES
RR	Joana Marta Chaves Pimentel	EES
RR	Maria Raina Cunha Freitas	EES
RR	Rai Dias da Silva	EES
RR	Zenilton Trajano Peixoto	EES
RS	Ana Mercedes S.	EAF
RS	Anelise G. Adam	EAF
RS	Begair do Carmo Flores	EAF
RS	Cacilda Rodrigues Barcelos	EES
RS	Charleston Lourenço	EES
RS	Edilmara Mesquita Riter	EES
RS	Elaine Parcianelo	EES
RS	Francisco Claro de Lima	EES
RS	Gislaine Martinez	EES
RS	Horizontina Stabel	EES
RS	João Agripino	EES
RS	Jorge Solismar da Silva Costa	EES
RS	Jose Carlos Peranconi	EES
RS	Julia Azevedo	EES
RS	Katiucia Gonçalves	EES
RS	Luiz Carlos F. de Oliveira	EES
RS	Maria de Fatima Rodrigues Xavier	EES
RS	Mateus de Marco	EAF
RS	Mirta Rosangela da Luz Arruda	EES
RS	Reinaldo Poltronieri	EES
RS	Rosemeri de Mattos	GP
SC	Ademar Alaricio do Espirito Santo	EES
SC	Angela da Silva	EES
SC	Antônia Ogliari Talgatti	EES
SC	Carlos Eduardo Arns	EAF
SC	Conceição de Fátima Beal	EES
SC	Cora Barga	EES
SC	Cristina Collaço	GP
SC	Imelda Kunst	EES
SC	Kristiany Bender	EES
SC	Lenir das Graças Sgrett	EAF
SC	Maria Aparecida da Rocha	EES
SC	Maria da Penha Lage Camargo	GP
SC	Maria Helena Kirschner	EES
SC	Maria Maura Silva	EES
SC	Marlise Cisz	GP
SC	Marta Rosalba Quintero	EES
SC	Nair Bender	EAF
SC	Neli Nelsi Pertel	EES
SC	Paulo Ribeiro Ramos	EES
SC	Rosangela Canônica	EAF
SE	ALANE DE SOUZA LUZ	EES
SE	ELZE AUGUSTA VALENÇA	GP
SE	JOCELIA DA SILVA NÉU	EES
SE	JOSEFA ANA DILMA DOS SANTOS	EES
SE	Manoel Rodrigo de Souza Cardoso	EAF
SE	QUITÉRIA DA SILVA	EES
SE	RANIE CHARLES DE LIMA	EES



UF	Nome completo	Segmento
SE	SIVALDO CARDOSO FONTES	EAF
SE	TIAGO RODRIGUES	EES
SP	AGDA LEITE	EES
SP	ANDRÉ ROMÃO POLVEIRO	EES
SP	Caio Y. Saravalle	GP
SP	CANDIDA MARIA DOS SANTOS	EES
SP	CARLOS SANTANAJR	EES
SP	CONCEIÇÃO GOMES ALVES	EES
SP	DIGENIR	EES
SP	ELISIA	EES
SP	FERNANDO SANTOS	EAF
SP	GENIVALDO SILVA	EES
SP	GILMARA	EES
SP	IRACEMA DE OLIVEIRA	EAF
SP	JARISE SANTANA	EES
SP	JOÃO CARLOS CASSIANO	
SP	LUCIANO MINA	GP
SP	LUIZ ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS	GP
SP	MAÍRA CAVALCANTI ROCHA	EAF
SP	MAITHE COLOMBO BERTOLINI	EAF
SP	MARIA DAURISNEIDE ALVES	EES
SP	MARIA DO CARMO GUEDES FAHL	EES
SP	PAULO ÍNDIO	EAF
SP	RAQUEL REGINA ALBUQUERQUE	EES
SP	REINALDO PACHECO	EAF
SP	RITA DE CÁSSIA FAJARDO	GP
SP	ROBSON GRIZILLI	GP
SP	ROSANGELA REGINA ALVES	EES
SP	STEFANIA NASCIMENTO	EES
SP	THAÍS MARSCARENHAS	EAF
SP	THAMIRES FELIPEROSA	EAF
SP	THIAGO CUSTÓDIO	EES
SP	VAGNER DA SILVA	EES
SP	VALDELINA FAGUNDES	EAF
SP	VERA MACHADO	EAF
SP	VICTOR HUGO	EAF
SP	VILMA RODRIGUES CRISPIANO SOARES	EES
SP	VIVIANE GOMES ALMEIDA	EAF
SP	YOLANDA	EES
TO	CELIA MARIA DE ASSIS	EES
TO	DINÉA WOLNEY COSTA MATHEWS	EAF
TO	ENI TEREZA DA CUNHA	GP
TO	INALDA MORENO DE CARVALHO	EES
TO	JOSE CELSO CARBONAR	GP
TO	MARIA ANTONIETA DA CONCEIÇÃO NEVES	EES
TO	MARIA DE LOURDES RODRIGUES SANTOS ROCHA	GP
TO	MARIA IDETE MOREIRA ALVES	EES
TO	PEDINHA DOS SANTOS	EES
TO	RAQUEL PINHEIRO DA SILVA	EAF
TO	SAMUEL DOS REIS VIANA	GP
TO	TATIANA PEREIRA DOS REIS	EES
TO	VANJA MARIA PROGEM DA LUZ	GP
TO	WALDECY CARDOSO DA CRUZ	EES



UF	Nome completo	Segmento
TO	WILTON DE OLIVEIRA SOUZA	EES

Representantes das Comissões de Trabalho

Comissão Organizadora Nacional

UF	Nome Completo	Segmento
DF	Ademar Bertucci	EAF
PE	Ana Dubeux	EAF
RO	Andrea Mendes	EES
SC	Carlos Eduardo Arns	EAF
BA	Diogo Rego	EES
RN	Francisca Eliane	EES
SC	Genes da Fonseca	
MG	João Lopes	EES
DF	Jaime Conrado	EAF
SC	Kristiany Bender	EES
MT	Luciane Ferreira	EES
SP	Luciano Mina	GP
AC	Márcia Lima	EES
RR	Maria da Graça Corrêa	EES
DF	Rizoneide Amorim	EAF
MG	Rodrigo Pires Vieira	EAF
BA	Ronalda Barreto	EAF
MS	Sebastiana Almire	EES
DF	Shirlei Silva	EAF
RJ	Sônia Braz	EES
AM	Tatiane Valente	EES

Comissão de Sistematização e Metodologia

UF	Nome Completo
DF	Ademar Bertucci
RJ	Adriana Cardoso
MT	Aline Oliva Paglioco Nava
PE	Ana Dubeux
CE	Ana Lourdes de Freitas M
SP	Ana Luzia Alvares de Laporte
RS	Ana Mercedes
SC	Carlos Eduardo
DF	Clara Marinho Pereira
DF	Claudia Lima
MG	Daniel Tygel
RS	Daniela Pimentel
SP	Diogo Jamra Tsukumo
BA	Diogo Rego
MG	Edina Souza Ramos Mendes
MT	Elisabete Silva
MA	Eunice Costa Nunes
RJ	Fernanda Nagem
RJ	Fernando Ramalho



UF	Nome Completo
RN	Francisca Eliane
RO	Flávio Morais Nogueira Junior
RN	Francisco dos Navegantes Silvino Nicácio
RS	Géssica Carneiro da Rosa
PA	Joana Motta
MG	João Lopes
CE	Isabel Cristina Forte
GO	Joana D'arc
RN	Josiane Bezerra
PR	Keiko Sato
DF	Lecir Peixoto
BA	Leide Manuela
RN	Lidiane Freire
DF	Ligia Scarpa Bensadon
PR	Lourença Santiago
PE	Luciana Rodrigues
MT	Luciane Ferreira
SP	Maíra Cavalcanti Rocha
AC	Marcia Lima
PE	Marco Levay
PR	Maria de Fatima Costamilan
PR	Marilena Silva
RS	Mateus Tiago Führ Müller
PI	Mauro Rodrigues
PE	Mônica Vilaça
SC	Nair Bender
RS	Natália Diogo dos Santos
RJ	Nívea Patrocinio
PB	Paulo Diniz
DF	Rizoneide Amorim
MG	Rogério
BA	Ronalda Barreto
RS	Rosana Kirsh
CE	Rosana Marques
RN	Rosângela Alves de Oliveira
MG	Roseny de Almeida
RS	Sabrina Stieler Teixeira
MG	Sandra Rufino
MS	Sebastiana Almire
DF	Shirlei Silva
PE	Shirley Alves dos Santos
RJ	Sonia Braz
DF	Tatiana Castilla
PE	Tauá Lourenço Pires
BA	Tereza Bahia
SP	Thais Mascarenhas
SP	Vanessa Sigolo



UF	Nome Completo
MT	Luciane Ferreira

Comissão de Comunicação

UF	Nome Completo
RO	Andrea Mendes
DF	Charles Rafael
DF	Clovis Lunardi
DF	Daniela Rueda
DF	Danuse Queiroz
DF	Fernanda Pessoa
DF	Geldo Ferreira de Araujo
DF	Hildemarkson Nascimento
ES	Kadio Serge Aristide
DF	Leonardo Gomes dos Santos
DF	Mário Lima Pereira Lisboa
DF	Mohammad Araújo Haq
SP	Paulo Édison de Oliveira
DF	Thomas Jeferson Pires da Silva
DF	Webert da Cruz Elias
ES	Walmir Mendes Dettmann

Comissão de Animação, Cultura e Mística

UF	Nome Completo
MS	Acelino Ferreira Lima
CE	Ana Lourdes de Freitas M
GO	Deusdete Oliveira
MA	Eunice Costa Nunes
AM	Tatiane Valente

Comissão de Saúde

UF	Nome Completo
MS	Dilma Gomes
MS	Maria Angélica Higa
DF	Vanda Maria Almeida Fernandes
MS	Victória Munaro



Comissão de Infraestrutura

UF	Nome Completo
RS	Claudio Ogando
AM	Deusdeth Salles
RS	Gislaine von Hohendorff
DF	Jaime Conrado
SC	Kristiany Bender
DF	Lecir Peixoto
SP	Luciano Mina
DF	Miguel Arcaya
DF	Marcela Peixoto Batista
DF	Paulo Moraes
MG	Rodrigo Vieira
RS	Sueli Silva

Secretaria Executiva do FBES

UF	Nome Completo
RJ	Adriana Bezerra Cardoso
DF	Daniela Rueda
DF	Ligia Scarpa Bensadon
DF	Marcela Peixoto Batista



Anexo D: Documento “Reflexões Diárias”

Este documento foi proposto como metodologia para que os participantes da plenária fizessem sua sistematização e registro para cada dia da plenária.

REFLEXÕES DIÁRIAS

Eu pertencço a _____

Caso me encontre perdido por aí, por favor me deixe no(a) _____ para que eu possa reencontrar meu/minha escritor(a)! Obrigado!

Segunda Feira, 10 de dezembro 2012

As coisas mais importantes que observei / aprendi ontem foram...

Os diálogos e reflexões construídos durante a V Plenária Nacional têm alguma aplicação prática no meu cotidiano de trabalho e/ou militância? Algo que eu deveria mudar/ fazer levando em conta o que observei? O quê?

Que reflexões quero aprofundar? Como posso fazer isto e com quem?

Hoje preciso falar com?	Sobre?

Quando voltar a minha cidade não posso esquecer de...

O registro mais importante que faço...

Por exemplo: atividade, situações, experiências vividas durante o dia... Problemas que surgem...

Algo que se mostre importante, mesmo que você ainda não compreenda muita bem...



Anexo E: Prestação de contas da V Plenária Nacional

A tabela abaixo apresenta a prestação de contas geral da plenária, destacando que o valor financeiro expressa parcialmente as despesas da etapa nacional, visto que muitos apoios e parcerias importantes se deram pela militância e atividades diversas. Não está expresso o valor das despesas de toda a movimentação realizada para esta construção, com as 200 plenárias preparatórias realizadas no país, fruto de muita militância, parceria e articulação local; nem das atividades preparatórias da Comissão Organizadora Nacional e da Secretaria Executiva do FBES.

Projeto	Fonte dos Recursos	Entidade conveniada	Início	Fim	Valor Total	Atividades	Valor por atividade
Apoio para a construção da V Plenária Nacional de Economia Solidária	Fundo Nacional de Solidariedade	Unicafes	Out 2012	Mar 2013	R\$ 20.000,00	Material aos participantes, papelaria, infraestrutura e atividade cultural	R\$ 20.000,00
Apoio à participação nordestina na V Plenária Nacional de Economia Solidária: o bem viver, a cooperação e a autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável	Banco do Nordeste do Brasil	Casa da Mulher do Nordeste	Set 2012	Jun 2013	R\$ 70.000,00	Passagem Terrestre	R\$ 57.100,00
						Gráfica	R\$ 7.700,00
						Atividade cultural	R\$ 5.200,00
Economia Solidária: valorização dos espaços de diálogo entre governo e sociedade civil	Senaes	UNB	Out 2012	Jan 2013	R\$ 400.000,00	Hospedagem, alimentação, auditórios, estrutura da feira e salas	R\$ 400.000,00
Apoio do Instituto Marista de Solidariedade (IMS)	IMS	IMS	Dez 2012	Dez 2012	R\$ 100.000,00	Passagens aéreas	R\$ 85.000,00
						Passagens terrestres e traslados	R\$ 15.000,00
Apoio do Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag)	Contag	Contag	Dez 2012	Dez 2012	Serviço e equipamentos	Fotocópias e equipamentos audiovisuais e médicos	Serviço e equipamentos
Apoio do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT – UNB)	CDT-UNB	CDT-UNB	Dez 2012	Dez 2012	Serviço	Translado entre Brasília e Luziânia	Serviço
Apoio da Superintendência de Economia Solidária	Sesol/BA	Sesol/BA	Dez 2012	Dez 2012	Show de forró	Atividade cultural	Show de forró

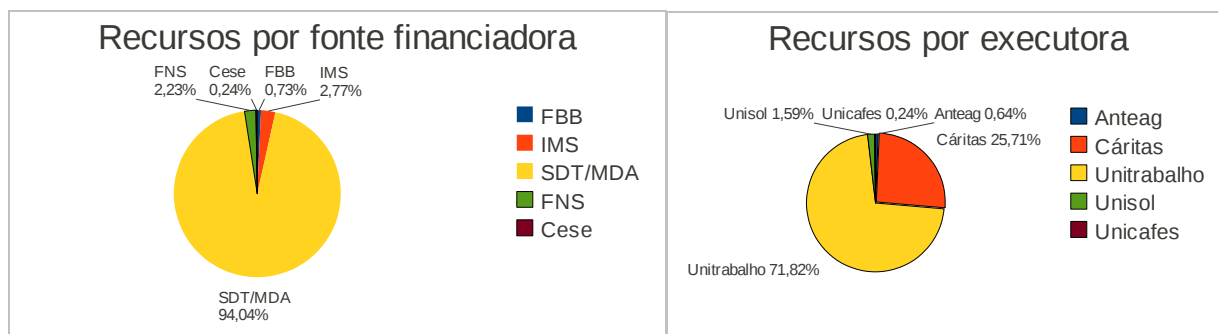


(SESOL/BA)							
Autocusteio com produtos vendidos na plenária (canecas e camisetas)	Autocusteio	Autocusteio	Dez 2012	Dez 2012	R\$ 6.437,29	Médico, enfermeiros, medicamentos, crédito e aparelhos de celular, gráfica, gasolina, papelaria, anéis de tucum, taxi, serviços, entre outros	R\$ 6.437,29
Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)	Conab	Conab	Dez 2012	Dez 2012	R\$ 16.300,00	Alimentos de associações e cooperativas da economia solidária via PAA	R\$ 16.300,00
Cáritas Brasileira	Cáritas	Cáritas	Dez 2012	Dez 2012	Equipamentos	Veículo, impressora	Equipamentos
Fóruns Estaduais e Locais de Economia Solidária	Fóruns	Fóruns	Fev 2012	Dez 2012	Militância, serviços, parcerias locais e estaduais	Realização das plenárias locais e estaduais (hospedagens, alimentação, materiais, transporte), chegada à Luziânia/GO, papel A4 e equipamentos	Militância, serviços, parcerias locais e estaduais
Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadoras e Comunicadores (Renajoc)	Renajoc	Renajoc	Set 2012	Dez 2012	Serviço	Cobertura colaborativa e equipamentos	Serviço
Contribuições voluntárias via Catarse	Militantes	Militantes	Out 2012	Dez 2012	R\$ 12.263,34	Infraestrutura e serviços	R\$ 12.263,34
Total financeiro (sem contar as inúmeras atividades e serviços não mensurados)							R\$ 625.000,63



Anexo F: Prestação de contas financeira do FBES no período de 2009 a 2012

A prestação de contas abaixo contempla os projetos executados diretamente pelo FBES em parceria com entidades da economia solidária, para suas inúmeras atividades nacionais e para a manutenção da estrutura da Secretaria Executiva do FBES, em Brasília-DF. Destaca-se que o Fundo Solidário do FBES teve de dezembro/2011 a novembro/2012 um fluxo de 23 mil reais, recebendo doações diversas e com despesas para a sustentabilidade do FBES, cujo detalhamento pode ser solicitado à Secretaria Executiva do FBES.



Projeto	Fonte dos Recursos	Entidade conveniada	Início	Fim	Valor Total	Atividades	Valor por atividade
Apoio à realização da VIII Reunião da Coordenação Nacional do FBES	Fundo Nacional de Solidariedade	ANTEAG	Nov 2008	Nov 2009	R\$ 20.000,00	Apoio a atividades da Coord. Executiva (FSM 2009 e Reunião)	R\$ 20.000,00
Fortalecimento do FBES: apoio à IV Plenária Nacional de Economia Solidária	Fundação Banco do Brasil. Projeto: 7526 / 5015	Cáritas Brasileira	Jan 2009	Fev 2009	R\$ 22.952,19	Serviços Terceiro – Pessoa Física	R\$ 16.807,88
						Manutenção do escritório da Secretaria Executiva (telefone)	R\$ 2.421,31
						Reunião da Coordenação Executiva	R\$ 3.723,00
Apoio à realização da XXI Reunião da Coordenação Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária	Instituto Marista de Solidariedade	Cáritas Brasileira	Set 2009	Dez 2010	R\$ 75.000,00	Manutenção da equipe da Secretaria Executiva	R\$ 54.647,10
						Manutenção do escritório da Secretaria Executiva	R\$ 20.352,90



Projeto	Fonte dos Recursos	Entidade conveniada	Início	Fim	Valor Total	Atividades	Valor por atividade
Fomento a redes sociais de Economia Solidária e Agricultura Familiar	SDT/MDA, Convênio Caixa Econômica Federal nº 286.218.52	Cáritas Brasileira	Abr 2010	Jul 2012	R\$ 698.591,00	5 Reuniões da Coordenação Executiva	R\$ 80.600,00
						1 Reunião da Coordenação Nacional	R\$ 115.200,00
						Apoio a II CONAES	R\$ 21.500,00
						6 Encontros Regionais	R\$ 178.955,00
						10 Reuniões de Grupos de Trabalho	R\$ 64.496,00
						Manutenção da equipe da Secretaria Executiva	R\$ 202.320,00
						Estudo sobre Fundos Rotativos	R\$ 35.520,00
Da Campanha da Fraternidade para a Campanha da Lei de Iniciativa Popular da Política Nacional de Economia Solidária	Fundo Nacional de Solidariedade	Unisol Brasil	Dez 2010	Ago 2012	R\$ 50.000,00	Planejamento inicial	R\$ 9.000,00
						Manutenção do escritório da Secretaria Executiva	R\$ 26.000,00
						Elaboração dos materiais da Campanha	R\$ 10.000,00
						Reprodução gráfica dos materiais	R\$ 5.000,00
Fomento a redes sociais de economia solidaria, fundos rotativos solidários e bases de serviços da agricultura familiar	SDT/MDA, Convênio Caixa Econômica Federal, Contrato de Repasse nº 0321.685-67/2010	Fundação Unitrabalho	Jul 2010	em andamento 30% executado (Término: Jan 2014)	R\$ 2.258.284,00	6 Reuniões da Coordenação Executiva	R\$ 102.780,00
						1 Reunião da Coordenação Nacional	R\$ 112.000,00
						7 Encontros Regionais	R\$ 248.024,00
						10 Reuniões de Grupos de Trabalho	R\$ 129.520,00
						6 Encontros Estaduais de formação	R\$ 360.000,00
						5 Encontros de Fundos Rotativos Solidários	R\$ 150.000,00



Projeto	Fonte dos Recursos	Entidade conveniada	Início	Fim	Valor Total	Atividades	Valor por atividade
						Apoio à operação das Bases de serviço de comercialização (BSC)	R\$ 750.000,00
						10Orientação às BSC	R\$ 37.800,00
						Elaboração e sistematização de estudos	R\$ 96.000,00
						Gestão do projeto e manutenção da equipe da Secretaria Executiva	R\$ 272.160,00
Campanha pela Lei da Economia Solidária Iniciativa Popular para um Brasil Justo e Sustentável	Cese	Unicafes	Out 2011	Jan 2012	R\$ 7.500,00	Folder, cartilha, cartaz, adesivo e DVD	R\$ 7.500,00
Apoio ao fortalecimento e sustentabilidade do FBES	Instituto Marista de Solidariedade	Cáritas Brasileira	Fev 2012	Dez 2012	R\$ 12.000,00	Aluguel, condomínio e IPTU	R\$ 5.340,00
						Luz e água	R\$ 640,00
						Telefone fixo, pré-pago, internet e provedor	R\$ 6.020,00
Total							R\$ 3.144.327,19



Anexo G: Relatório de Atividades do Fórum Brasileiro de Economia Solidária de abril de 2008 a dezembro de 2012

Apresentação

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) realizou e participou de inúmeras atividades, seja nos Fóruns Locais e também em nível nacional e internacional. Este relatório apresenta uma visão geral das reuniões, plenárias, seminários, encontros, grupos de trabalho, etc desenvolvidas entre o período de abril de 2008 a dezembro de 2012. Todas estas atividades contribuíram significativamente para o avanço e organização do FBES, assim como fizeram emergir os desafios a serem enfrentados para a construção da economia solidária como estratégia de desenvolvimento humano, social, ambiental e político para o país.

Para relatar as atividades do FBES entre abril de 2008 e dezembro de 2012, a secretaria executiva do FBES elaborou o presente relatório está estruturado em três blocos:

- i) Organização e gestão do FBES*
- ii) Articulação, diálogos e convergências com os movimentos sociais*
- iii) Incidência junto aos governos.*

Organização e gestão do FBES **Sobre a organização do FBES**

Fóruns Estaduais de Economia Solidária

Atualmente, integram o FBES 136 fóruns locais e microrregionais e 27 fóruns estaduais, espalhados por todo o território nacional. Nossa diversidade é um aspecto que se destacou nas inúmeras atividades promovidas pelos fóruns e nas dinâmicas de organização e mobilização realizadas.

A atuação das mulheres é ponto a se destacar em nossa organização e na atuação política da economia solidária, assim como a busca da autogestão dos processos que realizamos.

Os desafios e dificuldades também foram evidenciados neste período como, por exemplo, em aspectos relacionados à estrutura e sustentabilidade de nossa auto-organização.

Encontros Regionais dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária

Um momento muito importante para o movimento foi a realização dos 5 Encontros Regionais (Norte, Sul, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), no segundo semestre de 2010. Nestes encontros, os Fóruns Estaduais puderam partilhar leituras de conjuntura do movimento em seus estados e na regiões, organizar as agendas diante dos desafios identificados, fazer um balanço da situação de cada Fórum com base nas resoluções da IV Plenária Nacional e avançar na apropriação e conhecimento das bandeiras e estrutura do FBES.

As regiões Centro-Oeste, Sudeste e Norte escreveram Cartas ao Movimento, que trazem sua identidade e compromissos do período. Acesse em: <http://miud.in/kkP>



Entidades Nacionais de Assessoria e Fomento da Economia Solidária

Na IV Plenária deliberou-se o critério de que são consideradas Entidades Nacionais as organizações que estão participando de, pelo menos, sete (7) Fóruns Estaduais e que no momento de definição da composição da Coordenação Nacional, os Fóruns confirmam esta participação.

Neste período, o FBES conta com cinco Entidades Nacionais: Cáritas Brasileira, UNICAFES, IMS, Rede ITCPs e Rede Unitrabalho. Estas entidades integram a Coordenação Nacional e Executiva do FBES. A Rede de Gestores também compõe a Coordenação Nacional e Executiva do FBES, tendo sua participação indicada diretamente pela Rede, conforme deliberação da IV Plenária.

Sobre a gestão do FBES

Coordenação Nacional do FBES

No período deste relatório ocorreram três (3) reuniões da Coordenação Nacional: novembro de 2008, dezembro de 2009 e agosto de 2010. A definição da IV Plenária orienta para que ocorram duas reuniões por ano desta Coordenação. Assim, um desafio está em criar as condições para que este espaço de gestão do FBES possa realizar suas atividades em reuniões presenciais. Uma estratégia de dinâmica para a Coordenação Nacional durante este período foram informes por e-mail, consultas por telefone e uma videoconferência, garantindo que as informações estivessem acessíveis às/aos coordenadoras/es nacionais para os encaminhamentos necessários a serem dados.

VIII Reunião da Coordenação Nacional

Em novembro de 2008 ocorreu a VIII Reunião da Coordenação Nacional, após a realização da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, espaço em que várias deliberações em torno de concepções e ações prioritárias do movimento de economia solidária, da natureza e finalidade do FBES. Nesta reunião realizou-se a eleição da Coordenação Executiva, as deliberações de pontos pendentes da IV Plenária, a definição do plano de ação do triênio (2009-2011) e o diálogo com governo e movimentos sociais.

IX Reunião da Coordenação Nacional

Realizada em dezembro de 2009, em Goiânia, contou com a participação de representantes de 25 Fóruns Estaduais, das Entidades Nacionais e da Rede de Gestores, totalizando 90 pessoas. Na pauta: análise de conjuntura e os desafios da sustentabilidade do FBES, trazendo o horizonte e a conjuntura política do ano de 2010 com foco no fortalecimento das bases organizativas do FBES.

X Reunião da Coordenação Nacional do FBES

Entre 18 e 20 de agosto de 2011 ocorreu a X Reunião da Coordenação Nacional do FBES que contou com a presença de representantes dos fóruns estaduais de todos os estados, as entidades nacionais e rede de gestores públicos. A partir de uma análise de conjuntura e da avaliação sobre a economia solidária no último triênio, pautou-se o planejamento estratégico do triênio (2012-2014) e foi lançada, oficialmente, a V Plenária Nacional de Economia Solidária. Outras importantes deliberações desta reunião ocorreram, entre as quais, a eleição dos representantes de empreendimentos solidários da coordenação executiva do FBES; a redefinição das entidades nacionais do FBES e a criação de grupos



de trabalho. Além disso, ocorreu um ato político de lançamento da Campanha pela Lei da Economia Solidária, com a presença dos movimentos sociais, como: ANA, MPA, MAB, FBSAN, MMM, MNCR, e também do governo: SENAES/MTE, SDT/MDA, Frente Parlamentar de Economia Solidária e SEPM.

Foram também criados nesta reunião Grupos de Trabalho (GTs), organizados para aprofundar temas específicos e de interesse do FBES:

- Mulheres (antigo Gt de Gênero)
- Educação & Cultura
- Marco legal & Políticas Públicas
- Estratégias Econômicas: PCCSs, Finanças e Logística
- Comunicação & Articulação com Movimentos Sociais
- Raça e Etnia & Povos e Comunidades Tradicionais.

Coordenação Executiva

Durante as reuniões de Coordenação Nacional em 2009 e 2011 foram eleitos novos integrantes para a Coordenação Executiva. A deliberação na VIII Reunião da Coordenação Nacional foi de que a Executiva esteja composta por 13 integrantes titulares, com 5 entidades nacionais, 7 representantes de empreendimentos (2 norte, 2 nordeste, 1 centro-oeste, 1 sudeste e 1 sul) e 1 da Rede de Gestores, bem como seus respectivos suplentes.

Durante o período foi mantida a frequência de reuniões a cada dois meses, aproximadamente, sendo que em 2008, 2009 e 2010 ocorreram cinco reuniões em cada ano; 2011 realizou-se seis reuniões e em 2012 foram sete reuniões presenciais.

A Executiva, no período deste relatório, pôde contribuir e incidir na pauta junto aos movimentos sociais, governo e Congresso Nacional, além de acompanhar e desenvolver atividades do movimento e junto com projetos de economia solidária.

Através da Coordenação Executiva estamos presentes em diversos espaços de representação nacionais e internacionais:

- ✓ Diálogos e Convergências
- ✓ Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
- ✓ Espaço por um Mercosul Solidário
- ✓ Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária
- ✓ Comitê Nacional de Educação de Jovens e Adultos
- ✓ Conselho Nacional de Assistência Social
- ✓ Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- ✓ Fórum Interconselhos - PPA Governo Federal
- ✓ Mercosul Social e Solidário
- ✓ Plataforma pelo Marco Regulatório Estado/ Sociedade Civil



- ✓ Conselhos/ Comitês Gestores: Fundos Solidários, Centro Nacional de Formação em Economia Solidária, Brasil Local, Sistema de Informação da Economia Solidária/ Mapeamento, Sistema de Comércio Justo e Solidário.

Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva é uma equipe de apoio da Coordenação Nacional e Executiva do FBES. Sua sede fica em Brasília e durante o período deste relatório manteve constante suas atividades. Em 2009, a secretaria teve redução de sua equipe em função da redução de recursos disponíveis para manutenção das ações nacionais do FBES. A partir de 2010 houve contratação de integrantes, recompondo a equipe, mas, por outro lado, houve rotatividade de membros desta equipe. Ao final de 2012, a secretaria conta com quatro integrantes.

No período, a Secretaria Executiva realizou as seguintes atividades:

- Alimentação da página do FBES e páginas no Cirandas
- Elaboração quinzenal dos Boletins do FBES
- Relatoria e sistematização das informações de atividades do FBES
- Organização e operacionalização das atividades nacionais
- Elaboração e gestão de projetos para sustentação das atividades nacionais
- Organização, encaminhamento e suporte para representações, pautas e convites
- Mobilização e diálogo com os fóruns estaduais.

Grupos de Trabalho

Os grupos de trabalho do FBES (GT) foram reorganizados na X Reunião da Coordenação Nacional. Abaixo, apresentamos os GTs que estão com composição e agenda em andamento.

GT Mulheres

Uma das atividades realizadas por este GT ocorreu em parceria com o GT de Mulheres da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), em Recife/PE (outubro de 2010). Neste encontro, discutiu-se as estratégias para a emancipação econômica da mulher e maior participação política dentro dos movimentos de Economia Solidária e Agroecologia.

Durante o Encontro de Diálogos e Convergências (setembro de 2011), o GT reuniu-se e realizou uma ação com atividade formativa e debate.

Na Cúpula dos Povos (junho de 2012), o GT esteve presente na Passeata das Mulheres, contribuindo na organização para marcha, tendo confeccionado camisetas junto com grupo produtivo de mulheres.

Em Porto Alegre, setembro de 2012, o GT também realizou um encontro durante o 2º Encontro do Latino Americano e Caribe das Mulheres da Economia Social Solidária, contribuindo com o evento e propiciando um momento de preparação da incidência junto à V Plenária Nacional de Economia Solidária.

Para a V Plenária, foi preparado um texto específico para subsídio dos debates, publicado em: e.eita/mulheresplenaria



GT Comunicação, mobilização e articulação das relações internacionais

Este GT originou-se do antigo (e extinto) Grupo de Articulação das Relações Internacionais do FBES, tendo seu escopo de atuação ampliado. Uma das ações foi a presença destacada nas atividades internacionais realizadas no período.

O GT realizou reuniões virtuais e agendas presenciais tendo entre as pautas o Fórum Social e Feira Mundial de Economia Solidária, as Feiras de Santa Maria, o V Encontro Latino-Americano e Caribenho de Economia Solidária e Comércio Justo, a Cúpula dos Povos e as articulações com a RIPESS e Espacio Mercosul.

GT Educação e Cultura e GT Estratégias Econômicas

Os GT de Educação e Cultura e Estratégias Econômicas realizaram chamada para composição e início das ações, solicitando que os Fóruns Estaduais indicassem representantes. O GT Educação e Cultura definiu seu plano de trabalho de atividades e pautas em reuniões virtuais e presenciais. A primeira reunião deste GT foi durante a Plenária Temática de Educação (julho/ 2012).

Sustentabilidade e Fundo Solidário do FBES

A IX Reunião deliberou por uma contribuição mensal das/os integrantes do FBES: fóruns estaduais, entidades e rede de gestores. Em dezembro de 2011 a Coordenação Executiva criou o Fundo Solidário do FBES, aberto para receber doações pela conta da Caixa Econômica Federal - Agência 1041 op 003 C/P 1940-3.

Sobre as ações do FBES

CIRANDAS

O CIRANDAS (www.cirandas.net) é a rede social e econômica feita pela e para a economia solidária. Nossa rede teve um salto de desenvolvimento e acesso no período: em 2012 contamos com mais de 6.000 usuárias/os cadastradas/os e mais de 300 empreendimentos da economia solidária ativaram seus sites no sistema.

No CIRANDAS estão disponíveis ferramentas para se comunicar com o universo da economia solidária: blog, chat, agenda, galeria de fotos. Mas, o desafio do CIRANDAS está em desenvolver ainda mais suas funcionalidades econômicas. Para isto, o FBES realizou um termo de compromisso com a cooperativa EITA, que está com a responsabilidade técnica do sistema a partir de 2012.

Contamos com apoios que permitiram o desenvolvimento nas funcionalidades do sistema e a formação de multiplicadoras/es. Junto com o projeto de Comercialização Solidária foi possível criar uma nova interface para apresentação do preço aberto e a exibição mais simples de produtos e serviços, tornando mais fácil para consumidoras/es localizá-los. Além disso, dois processos de formação foram realizados com objetivo de apropriação e uso da ferramenta na perspectiva de multiplicadoras/es: um em parceria do projeto Centro de Formação em Economia Solidária e o IBASE e outro, à distância, junto com voluntários da Petrobras.

Processos educativos

Após a IV Plenária, iniciou o projeto Centro de Formação em Economia Solidária (CFES), fruto das propostas construídas no GT de Formação FBES/ SENAES. Este projeto, implementado por organizações de assessoria da economia solidária,



permitiu a realização de diversas atividades formativas voltadas para a formação de educadores/as e contando com participação de integrantes dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, tanto na gestão do projeto, na proposição das atividades e na participação destas ações. Estas atividades contribuíram para a nossa organização, permitiram a articulação do FBES com outros movimentos sociais e o aprofundamento da elaboração e práticas da autogestão no processo pedagógico.

Sobre marco jurídico

Campanha pela Lei de Iniciativa Popular de Economia Solidária

A campanha teve seu lançamento e início da coleta de assinaturas durante a IX Reunião da Coordenação Nacional (dezembro de 2009). Na X Reunião da Coordenação Nacional, a campanha ganhou mais força com a realização de um ato numa mesa de diálogo junto a movimentos sociais e governo. Neste momento também foi lançando site, materiais gráficos e audiovisuais da campanha para mobilização da sociedade. Para acessar: www.cirandas.net/leidaecosol

Durante o ano de 2011 esteve aberta a chamada para entidades serem co-autoras do projeto de lei junto à Comissão de Legislação Participativa. Totalizamos 32 organizações co-autoras, e, ainda um total de 57 organizações assinaram o termo de compromisso com a mobilização social da campanha.

Assinatura dos decretos do Sistema de Comércio Justo e Solidário e PRONINC

O FBES esteve presente na construção dos decretos do Sistema de Comércio Justo e Solidário e do Proninc (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares). Estes dois decretos foram assinados pelo presidente Lula em novembro de 2010 e buscam fortalecer a ação de incubação de empreendimentos da economia solidária e a estruturação do comércio justo e solidário em todo o país.

Além do Sistema de Comércio Justo e Solidário ter se consolidado como lei, o Programa de Comercialização Solidária iniciou um processo de habilitação no Comércio Justo e Solidário de mais de 100 empreendimentos solidários, tornando real este sistema.

Incidência pelo Marco Regulatório

Principalmente em virtude do decreto nº 7.592 que penalizou todas as organizações da sociedade civil, ao suspender o repasse de recursos públicos, além de outras ações do governo federal neste sentido, foi desencadeada uma mobilização e articulação dos movimentos e organizações do país em torno da Plataforma pelo Marco Regulatório. Para isto, foi criado um grupo de trabalho junto com o governo para se elaborar uma nova proposta de marco regulatório entre estado e sociedade civil, no sentido de ter uma relação jurídica mais adequada, reconhecendo que para cumprirem suas funções, as entidades devem ser fortalecidas sem que isso signifique reduzir a responsabilidade governamental, num ambiente regulatório estável e sadio. A caminhada de diversos movimentos sociais mostra que a mudança em nossa legislação ocorre se a pauta for apropriada e mobilizada pelas bases, por isto este debate precisa de chegar aos Fóruns Estaduais.

Produção, Comercialização, Consumo e Finanças Solidárias



Feiras da Economia Solidária

O FBES contribuiu para a organização de feiras da economia solidária, em nível local e estadual, a partir dos Fóruns Estaduais e Locais, e da coordenação executiva nas feiras nacional e internacionais. No período deste relatório, estivemos na organização:

- Feira Panamazônica (Acre, outubro/ 2010): Contou com centenas de empreendimentos solidários dos países amazônicos e com muitas atividades formativas e seminários.
- II Mostra Nacional de Economia Solidária (Salvador, dezembro/ 2010): Mais de 600 empreendimentos, vindos dos 27 estados, mostraram a diversidade dos produtos da Economia Solidária. Também aí ocorreram atividades formativas e uma reunião ampliada do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.
- Feira de Santa Maria (RS, julho): Um grande espaço de encontro e articulação de movimentos sociais, comercialização e formação que ocorre todos os meses de julho.
- Feiras Estaduais e Locais: Foram muitas feiras realizadas pelos Fóruns Estaduais e Locais durante o período deste relatório.

Selo da Economia Solidária

Os Fóruns deram início ao debate a respeito do Selo da Economia Solidária. Este debate esteve presente no Fórum Social Mundial da Economia Solidária (janeiro/ 2010), em reuniões da Coordenação Executiva, nos 5 encontros regionais e também em oficina durante a II Mostra Nacional de Economia Solidária.

Finanças Solidárias

Durante o período deste relatório, tivemos conquistas no campo das Finanças Solidárias.

Em relação aos Fundos Solidários, na nossa atuação no Comitê de Fundos Solidários:

- Participamos das negociações de recursos para Fundos Solidários junto ao MDS, SENAES e BNB e da análise de 50 projetos de Fundos Solidários para o semi-árido, que tiveram acesso a cerca de R\$6milhões conquistados.
- Contribuímos com o mapeamento dos Fundos Solidários no Brasil, tendo sido identificados cerca de mil Fundos Solidários e mapeados em torno de 400, e com a sensibilização, formação e capacitação para grupos de economia solidária sobre Fundos Rotativos. Nossa contribuição também se direcionou para a pesquisa sobre a legalidade do repasse de recursos públicos para os Fundos Rotativos e na realização de um seminário junto com a Advocacia Geral da União, onde se reconheceu esta pertinência legal.
- Incidimos para que os governos da Bahia, Paraíba e Pernambuco criassem Comissões Estaduais de Fundos Solidários e no Conselho Nacional de Economia Solidária para que legitimasse o Comitê de Fundos Solidários dentro de sua estrutura. Também incidimos junto ao MDS para



o aporte de produtos doados pela Receita Federal destinados para Bazares Solidários. Os recursos gerados por estes Bazares são destinados para Fundos Rotativos Solidários. Alcançamos, neste processo, a criação de uma portaria no MDS para Bazares Solidários.

Já em relação aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), destacamos conquistas que contribuíram para o fortalecimento do movimento de economia solidária:

- Fortalecimento da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, a partir da ampliação do número de atores sociais que atuam e fomentam essa metodologia de desenvolvimento territorial, com a expansão de 35 BCDs em 2008 para 102 em 2012. Além disso, a Rede brasileira de BCDs caminha para a criação de redes locais e estaduais.
- Fortalecimento do processo de articulação institucional com órgãos do poder público como a SENAES, o MDS e outros agentes do sistema financeiro (Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Brasil, Banco no Nordeste, Banco da Amazônia, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo e Banco Central) que possibilitaram a construção de políticas e programas públicos que somados alcançam R\$20 milhões destinados para a construção de sistema de serviços financeiros territoriais solidários, além de apoiar as ações de um grupo de trabalho com o Banco Central que estuda o reconhecimento e a regulamentação dos BCDs e das moedas sociais pelo sistema financeiro nacional.
- Ampliação e aperfeiçoamento das metodologias das iniciativas de finanças solidárias com base em BCDs que promoveram o acesso a capital a populações excluídas do sistema financeiro para que estas possam fortalecer e criar seus empreendimento econômicos solidários.
- Ampliação da capilaridade social da temática dos bancos comunitários e das moedas sociais como iniciativas de economia solidária que geraram uma maior visibilidade na sociedade e nos meios de comunicação em geral do tema das finanças solidárias enquanto outro modo de relação econômico-financeira, mais apropriada à realidade de populações marginalizadas e necessário para de estruturar um outro modelo de desenvolvimento-social.

Relações Internacionais

A preparação dos debates para 2012, ano da Rio + 20 e da V Encontro da Ripess, gerou uma série de atividades junto ao grupo de articulações internacionais do FBES, além de diversas agendas com redes e parceiros internacionais que acumulam forças na construção da economia solidária em nível mundial. Dentre eles, o encontro do Fórum Internacional de Economia Social e Solidária no Canadá, que contou com uma delegação brasileira e apresentação de experiências nacionais, além da atividade à distância no Fórum Social Mundial em Dakar e a participação na I Conferência de Economia Solidária da África do Sul.

Fórum Social Mundial

Em 2009, o FSM aconteceu em Belém, onde realizamos várias atividades autogestionárias, entre elas uma grande Feira da Economia Solidária com participação dos estados e muitos países.



Em 2010, décimo ano do Fórum Social Mundial, ocorreram 27 eventos espalhados pelo mundo. O primeiro deles, o Fórum Social 10 Anos: Grande Porto Alegre que aconteceu no período de 25 a 29 de janeiro de 2010, com atividades em vários municípios região metropolitana de Porto Alegre - Porto Alegre, Gravataí, Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Sapiranga. Integramos a esta edição do FSM, o Fórum Social de Economia Solidária que iniciou em Santa Maria, levando a Feira Mundial de Economia Solidária desta cidade para Canoas.

Em 2011, o FSM aconteceu em Dakar/ Senegal, e o FBES promoveu uma atividade no Fórum Social Estendido: uma atividade a distância com participação de pessoas no Brasil e no território de Dakar.

Em janeiro de 2012, aconteceu o Fórum Social Temático - Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental, em Porto Alegre. Neste ano o FBES realizou oficinas sobre a V Plenária e sobre Educação e Cultura, sendo um momento preparatório para a Cúpula dos Povos, no calor das mobilizações dos indignados de todo mundo.

Fórum Social e Feira Mundial de Economia Solidária

Iniciado em Santa Maria/RS (22-24 janeiro/ 2010), foi momento de construção coletiva de um amplo balanço da Economia Solidária nos últimos 10 anos, tanto nacional quanto internacionalmente. Representantes de empreendimentos do Brasil e dos países dos 5 continentes estiveram presentes nesta atividade para debater os seguintes eixos temáticos: Finanças Solidárias, Educação e Cultura Solidárias, Integração Solidária Internacional, Produção, Comercialização e Consumo Solidários, e a Soberania Alimentar e Nutricional.

Logo em seguida, na Grande Porto Alegre, ocorreu o Fórum Social Mundial 10 Anos, sendo que o FBES transferiu para lá o Fórum Social e Feira Mundial da Economia Solidária, apresentando os resultados dos debates realizados em Santa Maria na Plenária dos Movimentos Sociais e na atividade de encerramento do evento. Acesse os resultados do Fórum Social Mundial de Economia Solidária em <http://miud.in/kkt>

RIPESS

A Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS) congrega redes nacionais e supra nacionais de economia social e solidária dos 6 continentes, e que tem como força motriz (em termos de organização, quantidade de países envolvidos e proposição) a América Latina e Caribe. O FBES é parte do Conselho de Administração e do Conselho Diretivo Regional - América Latina e Caribe.

III Encontro Latino-americano de Economia Solidária e Comércio Justo

Promovido pela RIPESS América Latina e Caribe (RIPESS LAC), ocorreu no Uruguai (outubro/ 2008). Este encontro fez a crítica ao modelo capitalista, apoiando as iniciativas de resistência e de construção do comércio justo e da economia solidária na América Latina e Caribe.

IV Encontro de Mundialização da Solidariedade

Durante os dias 22 a 25 de abril de 2009, ocorreu o IV Encontro de Mundialização da Solidariedade, em Luxemburgo, dando sequência à série de eventos internacionais que iniciou-se em 1997 (Lima/Peru), 2001



(Quebec/Canadá), 2005 (Dakar/Senegal), e durante os quais foi criada a Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária.

Tanto o III quanto o IV encontros tiveram a característica de serem mistos, ou seja, conciliarem a dimensão de encontro e troca de experiências entre as várias iniciativas existentes que puderam participar com a dimensão política de assembleia da RIPESS, em que, por exemplo, foi renovada a composição do seu Conselho de Administração, entre outras deliberações.

IV Encontro Latino-americano de Economia Solidária e Comércio Justo

Estivemos presentes no Encontro Latino-americano de Economia Solidária e Comércio Justo (Medellín/ Colômbia/ 2010). Nesta atividade as bandeiras e estratégias do movimento em nível latino-americano e caribenho foram traçadas. Foi neste evento que se deliberou que o Brasil seria a sede do próximo encontro, no Rio de Janeiro, em 2012 e com esta responsabilidade, o FBES assumiu o Secretariado Técnico da RIPESS LAC.

Para saber dos resultados e ler a Declaração de Medellín, acesse <http://miud.in/kli>

Fórum Internacional de Economia Social e Solidária

No Québec/ Canadá (outubro/ 2011) aconteceu o FIESS. O FBES esteve presente apresentando suas experiências e reflexões. Esta atividade teve como objetivos:

- Reunir os principais atores da economia social e solidária pertencentes aos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, assim como seus parceiros das instâncias governamentais, do movimento sindical, dos organismos de pesquisa e das instituições internacionais.
- Contribuir para o fortalecimento das parcerias entre sociedade civil e poderes públicos, em favor da economia social e solidária nos diversos países participantes.
- Realçar as experiências de parcerias que obtiveram sucesso, sobretudo na construção de políticas públicas.
- Contribuir ao desenvolvimento do comércio internacional e inter-regional sobre o tema da economia social e solidária.

V Encontro Latino-americano de Economia Solidária e Comércio Justo

O FBES organizou em conjunto com a RIPESS-LAC, o encontro de militantes da economia solidária da América Latina e Caribe, em junho de 2012, no Rio de Janeiro. Estiveram presentes mais de 300 participantes de 20 países que puderam contribuir e problematizar as discussões no contexto da Rio +20 e da Cúpula dos Povos, apresentando as propostas da economia solidária e do comércio justo e solidário, fortalecendo a construção de estratégias comuns das redes que integram a RIPESS-LAC.

Espaço por um Mercosul Solidário

O FBES faz parte do Espaço por um Mercosul Solidário (EMS). Esta articulação que realiza encontros durante a Feira de Santa e a Feira Canária de Economia Solidária (Atlântida/ Uruguai, janeiros).

O FBES esteve presente no VIII Encontro do Espaço Mercosul Solidário, realizado em Assunção/ Paraguai (maio/2008). Além do Brasil, o evento contou



com a participação de representantes de redes de economia solidária e comércio justo da Bolívia, Uruguai, Paraguai e Chile. Durante o encontro aconteceu uma Feira Regional Solidária onde expusemos produtos de nosso país.

Feiras de Santa Maria e Seminários Latino-Americanos de Economia Solidária

Anualmente, o FBES junto com o EMS e RIPPES-LAC realiza na Feira do Mercosul/ Santa Maria o Seminário Latino-americano de Economia Solidária, sendo momento de convergência de iniciativas no campo da economia solidária e dos movimentos sociais do Mercosul, principalmente. O primeiro Seminário ocorreu em 2005 e seguimos a realizamos nos anos seguintes.

Em 2010 realizamos o 6º Seminário, cujo tema foi O Desenvolvimento que Queremos pela Ótica dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Em 2011 a feira contou com o lançamento da convocatória para adesões para a campanha pela lei da economia solidária, junto com a entrega solene do texto do projeto de lei ao deputado Paulo Pimenta, membro da Comissão de Legislação Participativa. O 7º Seminário Latino-Americano de Economia Solidária teve o tema Educação e Economia Solidária na América Latina.

O tema do 8º Seminário Latino-Americano de Economia Solidária (2012) foi sobre a relação entre o estado e a sociedade civil, do ponto de vista do Movimento da Economia Solidária no Mercosul, promovendo a troca experiências sobre a participação/ organização da sociedade civil.

Articulações, diálogos e convergências com movimentos sociais

A estratégia de articulação com outros movimentos sociais teve avanço no período, no sentido de aperfeiçoar a luta e potencializar bandeiras rumo à outro modelo de desenvolvimento e sociedade.

No nível nacional inúmeras atividades aconteceram, em especial no ano de 2011, por exemplo, no apoio da Coordenação Nacional do FBES à agroecologia e a soberania e segurança alimentar, ao dizer não à liberação do feijão transgênico e à flexibilização do código florestal brasileiro.

Em maio de 2011 cerca de 500 militantes da economia solidária somaram-se ao Grito da Terra, numa positiva articulação, aonde a pauta da economia solidária foi incorporada pela Contag, em virtude do debate sobre a política de economia solidária levantada pelo PL 865. Em agosto, antecedendo a X Reunião da Coordenação Nacional do FBES, cerca de 100 militantes da economia solidária estiveram ao lado das trabalhadoras rurais por um "Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade", na Marcha das Margaridas.

Nos estados e municípios inúmeras foram as feiras, oficinas e seminários aonde a economia solidária e a agricultura familiar estiveram juntas. Além disso, o FBES é integrante do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN).

Outra pauta somatória de forças na articulação de movimentos sociais ocorreu através de campanhas nacionais em andamento, potencializando atividades e incidências políticas entre a reforma política, a lei de iniciativa popular da



economia solidária e contra agrotóxicos. A chamada foi lançada com o desafio de trabalhar com os temas junto a sociedade, os movimentos sociais e o governo.

Diálogos e Convergências

A pauta junto com outros movimentos sociais se consolidou com maior expressão na construção do Encontro de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar e Economia Solidária. A proposta foi convocada pelas redes: ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), FBSSAN (Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), Grupo de Trabalho de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV), Marcha Mundial das Mulheres (MMM); e Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

O Encontro Diálogos e Convergências foi planejado ao longo de 2010, sendo construído a partir das práticas de resistência e alternativas existentes em territórios, no caminho de consolidação de um campo de articulações de movimentos em prol de um outro modelo de desenvolvimento, territorial, sustentável e solidário. Foram realizadas três oficinas territoriais preparatórias em que estivemos presentes: agreste da Paraíba, planalto serrano catarinense e norte de Minas Gerais. O encontro nacional ocorreu em Salvador (setembro/2010) com a participação de 300 pessoas de todo país, trabalhando em três dimensões: denúncia, resistência e construção de alternativas. Os temas específicos de debate, partindo das experiências foram: Reforma Agrária, Direitos Territoriais e Justiça Ambiental; Mudanças Climáticas: impactos, mecanismos de mercado e a Agroecologia como alternativa; Agroenergia: impactos da expansão dos monocultivos para agrocombustíveis e padrões alternativos de produção e uso de energia no mundo rural; Defesa da Saúde Ambiental e Alimentação Saudável e o Combate aos Agrotóxicos e Transgênicos; Direitos dos/as Agricultores/as, Povos e Comunidades Tradicionais ao Livre Uso da Biodiversidade; Soberania Alimentar e Economia Solidária: produção, mercados, consumo e abastecimento alimentar.

Durante o evento também houve a apresentação da metodologia do Intermapas, que agrega os mapas da economia solidária, agroecologia, financiamento do BNDES e injustiça ambiental, facilitando a construção de estratégias de reivindicações e convergências com uma melhor visão das ações nos territórios: www.fbes.org.br/intermapas.

A perspectiva é que haja desdobramento das articulações e convergências nos territórios, aprofundando a metodologia no lugar onde nossas lutas se integram na prática.

Para acessar a carta política do Encontro: www.dialogoseconvergencias.org

Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental: contra a mercantilização da natureza e em defesa dos bens comuns

Estivemos presentes numa das maiores mobilizações conjuntas dos movimentos sociais do período recente, que ocorreu em meio ao debate global sobre sustentabilidade, após 20 anos da Eco92, a chamada Rio + 20, no Rio de



Janeiro (junho/ 2012). Participamos na preparação e organização junto ao Grupo de Articulação, em reuniões preparatórias desde 2011.

Estivemos na Marcha dos Povos que levou 80 mil pessoas às ruas do Rio de Janeiro com nossas bandeiras e cantos, na Passeata das Mulheres em defesa dos direitos e da liberdade das mulheres, na Plenária por uma outra economia e novos paradigmas de sociedade, pautando a inserção da economia solidária como novo modelo de produção e reprodução da vida.

Organizamos um debate sobre economia solidária durante a Cúpula dos Povos que contou com Paul Singer e Boaventura de Souza Santos, reunindo mais de 800 participantes. Promovemos uma feira de economia solidária onde o FBES teve um estande para coleta de assinaturas pela lei de iniciativa popular. Como FBES, estivemos na Cúpula dos Povos com a presença de 500 trabalhadores/as.

Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010

A Campanha da Fraternidade em 2010 foi ecumênica e teve como tema “Economia e Vida” incorporando a economia solidária. O FBES elaborou uma cartilha como parte do material da Campanha.

A campanha discutiu os problemas do atual modelo econômico, apontando a Economia Solidária como alternativa para transformá-lo, sendo debatida em paróquias e igrejas de todo país. Os recursos arrecadados do Fundo Nacional de Solidariedade foram destinados para projetos de Economia Solidária em todo o país, promovendo e visibilizando iniciativas que contribuem na construção desta outra economia.

Incidência junto aos governos

Conselho e Conferência Nacional de Economia Solidária

Como FBES, estivemos presentes em todas as reuniões do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) ocorridas entre 2008-2012. Neste Conselho participamos com quinze representações de empreendimentos. Também participamos e incidimos nas câmaras temáticas do CNES. Através do CNES construímos o projeto de lei da política nacional de economia solidária, que segue pelo executivo, legislativo e como lei de iniciativa popular.

Em junho/ 2010 ocorreu a II Conferência Nacional de Economia Solidária, marcada pela qualidade dos debates e participação ativa do movimento de Economia Solidária. A conferência nacional foi parte de um processo de dezenas de Conferências Microrregionais e Municipais, seguidas de Conferências Estaduais e Temáticas.

O tema desta Conferência foi Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável. Durante o evento, o FBES mobilizou a Marcha em prol da Lei da Economia Solidária, levando mais de 1.000 delegadas/os à Câmara Federal, onde foi apresentado o Projeto de Lei para cerca de 15 deputadas/os federais na Comissão de Legislação Participativa. Nossa atuação também buscou qualificar os pontos em debate, com contante articulação e diálogo durante a conferência.

Integração e articulação de ações



Se em 2009 os vários programas e ações da Economia Solidária do governo federal estiveram com dificuldades de execução, os anos seguintes permitiram concretização das ações:

- Estivemos presentes nas cerca de 100 feiras estaduais e microrregionais.
- Centenas de atividades formativas através dos CFES e Seminários de Comercialização Solidária.
- Acompanhando e contribuindo no mapeamento.
- Junto aos mais de 500 agentes do Brasil Local.
- Também buscamos contribuir nos projetos NEATES, Cataforte, Comercialização Solidária, Finanças Solidárias – Fundos Solidários e Bancos Comunitários, Pronasci, Proninc, Bases de Serviço e Dinamização Econômica.

A existência de programas e projetos voltados para a economia solidária gerou um debate sobre a necessidade da articulação/ integração de suas ações na perspectiva territorial. Em Santa Maria (julho/ 2010), o FBES realizou uma reunião preparatória sobre este debate, que desencadeou uma oficina em agosto, em Brasília, onde representantes de entidades executoras dos vários projetos de economia solidária junto com o FBES propuseram uma agenda de compromissos de articulação.

Em nível regional, a partir do projeto CFES, as regiões Sul, Sudeste e Nordeste desencadearam também processos de integração regional das políticas e programas. E em nível nacional, o CFES Nacional fez uma atividade (dezembro/ 2011), que gerou a Carta ao Movimento de Economia Solidária (<http://miud.in/kkN>) sugerindo caminhos para que as políticas públicas possam ser integradas a partir dos territórios. Diversas atividades educativas e formativas foram desenvolvidas na parceria entre o FBES e o projeto CFES, a exemplo:

- Seminário de Formação para Conselheiros/as.
- Oficina sobre Metodologias de Assessoria Técnica para Empreendimentos da Economia Solidária: com a contribuição de várias organizações e projetos governamentais voltados para economia solidária.
- Oficina sobre Formação Política e Economia Solidária: em parceria com o MST/ Escola Nacional Florestan Fernandes.
- Seminário de Avaliação dos Projetos Governamentais para a Economia Solidária: em parceria com os projetos Brasil Local e Comercialização Solidária.

Eleições

O FBES esteve ativo no debate político das eleições presidenciais de 2010 e municipais em 2012.

No primeiro turno das eleições presidenciais, o FBES encaminhou às quatro candidaturas a Plataforma da Economia Solidária: Dilma Roussef, José Serra, Plínio de Arruda e Marina Silva. No segundo turno, o FBES declarou explicitamente seu apoio, de forma não partidária, à candidatura Dilma Rousseff. Este apoio foi lavrado por duas cartas de apoio e o compromisso de



milítância dos Fóruns Locais de Economia Solidária, em conjunto com outros movimentos sociais. O FBES, junto com outras organizações e movimentos, entregou uma carta coletiva de apoio à candidata Dilma durante carreata em Belo Horizonte, colocando pautas prioritárias para que o futuro governo pudesse avançar com um olhar mais atento às questões ambientais e de modelo de desenvolvimento.

Acesse:

- A Plataforma entregue aos presidencialíaveis no primeiro turno e as duas cartas de apoio enviadas: <http://miud.in/e7k>
- Posicionamento público do FBES sobre o 2o turno eleitoral 2010: <http://miud.in/fA6>
- Carta de apoio entregue a Dilma Rousseff em carreata em BH: <http://miud.in/fPj>

Já em 2012, nas eleições municipais, foram várias ações locais de incidência junto a candidatas/os para apresentar a economia solidária, utilizando como instrumento uma carta de compromisso. Diversos foram os estados em que a pauta da economia solidária se fez presente, e que requer a incidência e atuação do FBES, por meio dos Fóruns Estaduais e Locais, para sua efetivação de políticas públicas.

Por um Ministério da Economia Solidária e o diálogo com ministérios

Com a eleição de Dilma Rousseff em 2010, o FBES junto com outras forças consolidadas da Economia Solidária no país, contribuiu na construção de uma comissão que buscou a unificação das forças para as negociações durante a transição presidencial. Esta comissão elaborou a Carta à Presidenta Eleita, reivindicando a criação de um Ministério da Economia Solidária ou de uma Secretaria Especial de Economia Solidária. A carta contou com a adesão de centenas de organizações e movimentos nacionais, internacionais e locais, além de dezenas de Deputados Federais e Estaduais de todo o país, sendo entregue à presidenta.

- Veja a carta e adesões coletadas, do Brasil e do exterior em <http://miud.in/jKE>

No início do ano de 2011, aproveitando a estruturação do novo governo federal da presidenta Dilma Rousseff e frente à proposta da erradicação da pobreza extrema deste governo, o FBES propôs a retomada do contato com a Frente Parlamentar de Economia Solidária, realizando debate com os parlamentares. Também ocorreram diversas audiências com os ministérios (MDS, MMA, SEPM e MTE), no sentido de pautar a economia solidária e sua contribuição para a erradicação emancipada da pobreza extrema.

PL 865: Audiências Públicas pela política pública nacional de Economia Solidária

Um dos principais motivos que levantou toda uma mobilização do movimento de economia solidária em 2011 foi desencadeada pelo Projeto de Lei 865/ 2011 da presidência, o PL 865, que propunha criar um ministério de micro e pequena empresa e nele, inserir as atuais estruturas e políticas federais de economia solidária: a SENAES e o Conselho Nacional de Economia Solidária.



De forma rápida, logo após o lançamento do PL 865, o FBES inicia uma grande movimentação pelo país de debate do PL, lança nota pública e dialoga com a presidência, o Congresso e a SENAES. Diversos coletivos, fóruns e redes pelo país lançam seus manifestos posicionando-se contra o PL 865. Além disso, uma ampla articulação de organizações da economia solidária compôs um Grupo de Trabalho ligado à presidência.

Como forma de ampliar os debates, o FBES propõe a realização de audiências públicas pelo país, o que foi amplamente aceito junto às negociações. Também conseguimos articular 28 parlamentares que assinaram a retirada das atribuições da economia solidária do PL 865, com a emenda apresentada pela maioria do movimento de economia solidária, junto aos deputados Luiza Erundina e Pe. João.

Em menos de 2 meses ocorreram 23 audiências públicas, que envolveram mais de 2.500 pessoas em 22 Estados e realizamos uma Audiência Nacional onde afirmamos:

- Identidade da Economia Solidária
- Distinção entre a Economia Solidária e a Micro e Pequena Empresa
- Reconhecimento da importância de políticas para a Micro e Pequena Empresa
- Disposição e abertura para o diálogo com o Governo Federal.

O resultado destas audiências foi sistematizado pelo FBES em um documento, que detalhou este grande e amplo debate, colocando a economia solidária como:

- Estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário
- Opção de organização da Economia Popular
- Estratégia emancipatória de luta contra a pobreza, ressaltando o seu papel na emancipação econômica das mulheres
- Relacionada com a promoção da diversidade cultural, étnica, racial
- Transversal na sociedade e necessidade de ser transversal nas ações do poder público.

Como resultado das mobilizações e da pressão social, o governo retira as atribuições da Economia Solidária do PL 865 que cria a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa. Isto representou uma conquista para o movimento de economia solidária. Ao saberem do resultado, diversas redes e organizações internacionais de economia solidária se manifestaram, contentes com a vitória. E ainda, representantes de redes de 3 continentes enviaram um minivídeo de apoio ao movimento brasileiro no debate do PL 865. Acesse materiais em: www.cirandas.net/pl865

A economia solidária no PPA 2012-2015

Fruto das intensas mobilizações de 2011, da atuação de nossas/os conselheiras/os e do reconhecimento da economia solidária por outros movimentos sociais, foi a conquista do programa temático "Desenvolvimento



Regional, Territorial, Sustentável e Economia Solidária" no Plano PluriAnual (2012 - 2015), contando com recurso de 43.259 milhões de reais.

No total, este novo PPA contempla 12 programas temáticos com iniciativas relacionadas à economia solidária, distribuídos em 11 ministérios. E desta forma, avançamos da consolidação transversal das políticas públicas de economia solidária.

